



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**CRENÇA NO MUNDO JUSTO, EMPATIA E VITIMIZAÇÃO
SECUNDÁRIA:**

**A Inocência da Vítima e o Comportamento Desviante na
Adolescência**

MARIA JOANA DOS SANTOS ESTEVES

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

2017

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário, para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Gouveia-Pereira, por toda a disponibilidade, orientação e partilha de conhecimentos. Pela preocupação em clarificar todas as minhas dúvidas e atenuar algumas das minhas angústias. Pelo exemplo profissional que é, responsável por despertar em mim, ainda mais curiosidades e saberes.

Quero agradecer à Rita Mendonça, pela compreensão, pela partilha de conhecimentos e pelas horas que dispensou, imprescindíveis para a realização deste estudo.

Agradeço às escolas e respetivos diretores, pela disponibilidade, como também, aos participantes deste estudo, pela confiança em mim depositada.

Quero agradecer à minha mãe pelo que, por palavras, se torna uma tarefa difícil de descrever, por ser um exemplo, por tornar sempre tudo tão real na minha vida e acima de tudo pelo que é incondicional.

Agradeço ao meu pai, pelo que foi e pelo que representa na minha vida, pelo que não se explica, pela saudade, pelo amor, por me acompanhar sempre em qualquer caminhada.

Ao meu irmão, pelo humor, pelo carinho, pela paciência e dedicação.

Ao Bruno, por tudo o que o amor não explica, pelo apoio sempre calmo e constante, pelo sorriso e pelos abraços.

Aos meus tios, pela disponibilidade, pelo apoio, pela transmissão de conhecimentos profissionais e da vida e pelas piadas, das quais só nós nos rimos.

À minha avó, pelo fado, pela inspiração e pela sabedoria.

Quero agradecer também à Telma, por me mostrar sempre o positivo e o solucionável, por me ajudar a lidar com as minhas angústias.

Às amigas que são para a vida, à Arrais, às manas Roças e à Inês, por receberem sempre de braços abertos os meus cómicos desesperos, pela escuta, pelas boas músicas, pelas boas conversas e as demais gargalhadas, pela cumplicidade, pela dedicação, pelo carinho.

Resumo

A empatia é um construto que poderá estar intrinsecamente relacionado com a defesa do mundo justo e, consequentemente, com as estratégias de vitimização (Correia et al., 2012; Van den Bos et al., 2009/2015; Mendonça et al., 2016). A literatura, tem já demonstrado que a competência empática está alicerçada a diversos tipos de comportamentos menos aceitáveis “aos olhos” da sociedade. Posto isto, o presente estudo experimental pretende aferir o impacto do comportamento desviante juvenil, da crença no mundo justo e da perceção de inocência da vítima na vitimização secundária. Ainda aliada a esta hipótese, pretendemos compreender de que forma a empatia medeia a relação destas variáveis na vitimização secundária. Tivemos ainda em conta a análise da relação entre o comportamento desviante dos adolescentes, tanto com a identificação à vítima, como também, com a situação de vitimização vivida pela mesma.

Avaliámos uma amostra constituída por 249 estudantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos de idade. Através do modelo de mediação, foi possível aferir a existência da total mediação da empatia cognitiva na relação entre os comportamentos desviantes e a vitimização secundária. O que sugere que quanto menos a empatia se manifesta mais desvio se evidencia nos jovens e, consequentemente, mais estes recorrem a estratégias de vitimização secundária. Compreendeu-se ainda que, a forma como os participantes percecionaram a vítima, se correlaciona com a forma como estes manifestam a sua empatia e, por conseguinte, a vitimizam mais de forma secundária. Não se encontraram efeitos de interação significativos da crença no mundo justo.

Palavras-chave: Crença no Mundo Justo; Empatia Cognitiva; Vitimização Secundária; Inocência da Vítima; Comportamento Desviante; Adolescência.

Abstract

Empathy is a construct that may be intrinsically related to the defence of the Just World and, consequently, to victimisation strategies (Correia et al., 2012; Van den Bos et al., 2015; Mendonça et al., 2016). Literature has already demonstrated that empathic competence is rooted in a variety of behaviours that are less acceptable on the eyes of society. Ultimately, the present experimental study intends to assess the impact of juvenile deviant behaviour, the belief in the Just World and the victim's perception of innocence in secondary victimisation. Still allied to this hypothesis, we intend to understand how empathy mediates the relationship of these variables in secondary victimisation. We have also taken into account the analysis of the relationship between the deviant behaviour of adolescents, both with the identification to the victim, and also the victimisation situation experienced by the victim.

Our sample, consisted of 249 students, aged between 13 and 20 years old. Through the mediation model, it was possible to assess the existence of total mediation of cognitive empathy in the relationship between deviant behaviours and secondary victimisation. What suggests that the less empathy manifests, the more deviation is evident in the young, and consequently the more they resort to strategies of secondary victimisation. It was also understood that the way in which the participants perceived the victim correlates with the way in which they express their empathy and, therefore, victimise them more in a secondary way. No significant interaction effects of belief in the Just World were found.

Keywords: Belief in a Just World; Empathy; Secondary Victimization; Victim's Innocence; Deviant Behavior; Adolescence.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 11 |
| Enquadramento Teórico..... | 14 |
| 1. Adolescência..... | 14 |
| 1.1. Identidade vs. Confusão de Papéis – Erikson e a Teoria do Desenvolvimento Psicosocial | 15 |
| 1.2. Do Desenvolvimento Cognitivo ao Desenvolvimento Moral | 16 |
| 2. A Empatia | 18 |
| 2.1. O Desenvolvimento da Empatia..... | 22 |
| 2.2. Empatia e Comportamentos Violentos..... | 25 |
| 3. Delinquência..... | 26 |
| 3.1. Em torno de um Conceito..... | 26 |
| 3.2. Delinquência Juvenil | 28 |
| 3.3. Delinquência Juvenil e pressupostos teóricos | 30 |
| 4. A Crença no Mundo Justo | 31 |
| 4.1. As Funções da Crença no Mundo Justo | 32 |
| 4.2. Crença no Mundo Justo Pessoal e Geral: Que Diferenças? | 34 |
| 4.3. A Crença no Mundo Justo ao longo da vida | 35 |
| 5. A Inocência da Vítima..... | 36 |
| 6. A Vitimização Secundária | 38 |
| Objetivos e Hipóteses..... | 42 |
| Método..... | 49 |
| 1. Amostra | 49 |
| 2. Desenho Experimental..... | 50 |
| 3. Instrumentos | 51 |
| 3.1. Notícia Fictícia..... | 51 |
| 3.2. Escala de Crença no Mundo Justo Geral..... | 52 |
| 3.3. Escala de Comportamentos Desviantes..... | 53 |
| 3.5. As Variáveis Dependentes | 54 |
| 3.5.1. Relevância Situacional | 54 |
| 3.5.2. Identificação à Vítima | 55 |
| 3.5.3. Vitimização Secundária | 55 |
| 4. Procedimento | 56 |
| Resultados..... | 58 |
| 1. O Controlo da Manipulação | 58 |

| | |
|---|------------|
| 2. A Escala dos Comportamentos Desviantes | 58 |
| 2.1. O Comportamento Desviante e a Relevância Situacional..... | 59 |
| 2.2. A Condição da Vítima, o Comportamento Desviante e a Identificação à Vítima . | 60 |
| 3. A Vitimização Secundária | 62 |
| 4. Correlações | 66 |
| 5. Análise da Mediação..... | 67 |
| 5.1. Do Comportamento Desviante | 68 |
| 5.2. Da Condição da Vítima..... | 69 |
| Discussão..... | 71 |
| 1. Comportamento Desviante e Relevância Situacional..... | 71 |
| 2. Comportamento Desviante, Condição de Inocência e Identificação à Vítima | 72 |
| 3. Vitimização Secundária..... | 73 |
| 3.1. Análise de Mediação | 79 |
| 4. Considerações finais e propostas para estudos futuros..... | 83 |
| Referências..... | 86 |
| Anexos..... | 102 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Distribuição dos Participantes por Idade e Género..... | 49 |
| Tabela 2. Distribuição dos participantes por ano de escolaridade..... | 50 |
| Tabela 3. Correlação entre os factores Vitimização Secundária, Crença no Mundo Justo, Comportamento Desviante e Empaia Cognitiva. | 66 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Distribuição, em percentagem, dos participantes pelo número de reprovações. | 50 |
| Figura 2. Média da Relevância Situacional segundo o Comportamento Desviante dos Participantes | 60 |
| Figura 3. Média da Identificação à Vítima segundo o grau de desvio dos participantes (mais vs. menos) e a condição de inocência da vítima..... | 61 |
| Figura 4. Média da utilização de estratégias de Vitimização Secundária segundo a história de inocência, o Comportamento Desviante e a Crença no Mundo Justo dos Participantes..... | 64 |
| Figura 5. Média da utilização de estratégias de Vitimização Secundária segundo a história de não inocência, o Comportamento Desviante e a Crença no Mundo Justo dos Participantes. .. | 65 |

Introdução

As grandes oscilações de comportamentos, expressos pelos adolescentes, estão associadas às mudanças abruptas, características do início desta fase (Fernandes, 1990). Marcelli e Braconnier (2005) acrescentam, ainda, que a adolescência se define maioritariamente pelas alterações de natureza biológica (e.g. modificações corporais, sociais, emocionais e cognitivas). É nas modificações cognitivas que, ao assumirem uma maior complexidade, providenciam ao jovem, ferramentas que o vão ajudar a compreender e integrar um novo mundo, de relações e afetividades. Logo, a busca coerente para integrar os diferentes autoconceitos que acompanham a fase da adolescência, caracterizam-se pelo aumento da introspeção e pela testagem de hipóteses acerca de si próprio, na procura de um “eu” consistente. Paralelamente, surge a capacidade de o indivíduo se auto-avaliar e compreender, através da tomada de perspectiva social, a opinião dos outros acerca de si próprio e vice-versa (Kolligian, 1990). É na adolescência, que surge a compreensão do pensamento desses “outros”, do seu ponto de vista, dos seus sentimentos e das suas atitudes e a tomada de consciência de que ele próprio possa ser objeto do pensamento do outro (Coslin, 2002).

A partir desta fase, já se compreende que o pensamento do adolescente acarrete questões mais abstratas. Essas mesmas questões, são o que lhe permite inferir estados mentais e compreender a perspectiva social e emocional de quem o rodeia (Decety, 2010). Surge a empatia que, neste estudo, é tida em conta como sendo a capacidade de se colocar no lugar do outro, mais precisamente, a tomada de perspectiva. Esta capacidade é uma das principais características relacionadas com a empatia na medida em que, no domínio da psicologia, e mais do que sentir o que o cliente está a sentir (Rogers, 1975), este conceito é utilizado para definir uma resposta cognitiva e emocional desencadeada pela condição ou estado afetivo do outro, sendo, à partida, qualitativamente congruente com os mesmos (Eisenberg & Strayer, 1987). À medida que esta se vai desenvolvendo irá manifestar, gradualmente, uma maior sensibilidade relativamente aos desejos e necessidades dos outros. Um facto, é que esta competência de entendimento e esclarecimentos do outro, vai evoluindo ao longo de todo o ciclo vital (Thompson, 1987).

Por outro lado, Hoffman (1987, 1989, 1991) considera que as relações existentes entre a afetividade e a cognição têm uma, fundamental, importância para a internalização e estruturação dos princípios que regem a moral e a vida em sociedade. Mais concretamente, este autor sugere a existência de possíveis relações entre a justiça e a empatia. Ressalta-se

que, apesar da empatia vicária ser amplamente discutida por diversos teóricos da Psicologia (Bryant, 1987; Davis, 1983; Eisenberg & Strayer, 1987; Rogers, 1979/2001a, 1985/2001b; Strayer, 1987; Strayer & Eisenberg, 1987), Hoffman (1987) é o primeiro autor a propor que intrinsecamente dependente aos afetos empáticos gerados nas situações quotidianas e ao nível de desenvolvimento cognitivo-afetivo, os indivíduos, aprendem e apreendem diferentes tipos de princípios distributivos que são ativados e considerados os mais justos de serem aplicados. O resultado disto reflete-se numa justiça que fortalece o sentimento de bem-estar e competência pessoal, como também, contribui para o sentimento de pertença e bem-estar social (Lind & Tyler, 1988).

Myers (2007) considera, a justiça, como uma condição onde o fruto das relações entre cada sujeito é proporcional e funciona mutuamente, face à sua contribuição. Esta definição revela-se bastante semelhante à hipótese do mundo justo proposta por Lerner (1980), que traduz a necessidade do ser humano em acreditar na harmonia entre os resultados obtidos pelo indivíduo e a justiça perante o seu investimento no mundo. Percecionando o mundo como um lugar justo os indivíduos tendem a revelar mais sentimentos de justiça para com os outros.

Percebendo diariamente as interações vividas com centenas de outros seres humanos que cruzam a nossa vida, torna-se rotineiro presenciar uma série de acontecimentos de vidas alheias. Estes acontecimentos variam entre os mais felizes e os mais infelizes, vão dos mais justos aos mais injustos. Na maior parte dos casos acontecimentos infelizes ou injustos geram vítimas. Contudo, e até que ponto, estaremos nós dispostos a ser empáticos, tomando a perspetiva do outro, quando nos deparamos com o sofrimento de alguém vítima de qualquer situação, justa ou injusta? Mais ainda, que tipo de mecanismos defensivos à nossa perceção de justiça, são exacerbados quando nos deparamos com sofrimento de vitimas inocentes? Até que ponto os adolescentes, com ou sem desvio comportamental, vêm as suas reações a vitimas inocentes dirigidas por este processo quase automático que os coloca num debate interno entre uma ameaça ao mundo impenetrável por injustiças e o mecanismo cognitivo, e empático, do sofrimento de qualquer vitima de injustiça?

Mendonça et al (2016), revela que existe uma forte relação entre as perceções dos jovens com mais desvio comportamental face a uma maior utilização de estratégia de vitimização secundária. Mais ainda, este estudo permitiu perceber que a crença no mundo justo, quando ameaçada, provoca nos jovens ainda mais necessidade de recorrer a julgamentos sobre vitimas, corroborando a dificuldade de se colocarem no lugar do outro. Pretende-se aqui refletir de que forma a Empatia desenvolvida até esta fase da vida, em jovens

com maior ou menor grau de desvio comportamental, agregados á vitima que é percecionada, medeia o controlo da utilização do conjunto de estratégias de vitimização secundária.

Posto isto, e no caminho da clarificação que a empatia poderá revelar nos recursos a estratégias de vitimização secundária, este estudo propõe-se a compreender a relação que poderá existir entre a o desvio em adolescentes, a condição inocente ou não da vitima observada e a elevada crença no mundo justo nas várias formas de vitimização (e. g. culpabilização e responsabilização da vítima, merecimento da mesa) Parece também pertinente compatibilizar aqui de que forma a Empatia destes jovens promove a capacidade de tomarem a perspetiva de uma vitima, onde a vitimização tome um lugar secundário e não principal, de defesa ao mundo justo.

Enquadramento Teórico

1. Adolescência

Adolescência. Um conceito complexo que se caracteriza como a fase que decorre, entre a infância e a fase adulta, sendo considerada fundamental para a evolução de qualquer indivíduo. Este conceito é relativamente recente, pois só durante os anos 60 é que, investigadores, se debruçaram sobre o mesmo. Este facto prendeu-se com a preocupação de entender e caracterizar de forma mais concreta, esta fase da vida dos sujeitos, que até então não tinha sido reconhecida como um estágio de grande importância no Desenvolvimento Humano (Sprinthall & Collins, 1994).

Na transição do século XIX para o século XX, as alterações sociais, vividas por consequência da industrialização ocidental, como as mudanças observadas nos núcleos familiares, trouxeram às nações a consciencialização das diferentes capacidades psicológicas e fisiológicas, presentes no período da adolescência que para além de únicas, tinham o seu papel fulcral no desenvolvimento saudável de cada indivíduo (Sprinthall & Collins, 1994). Até então os adolescentes não tinham espaço para as vivências únicas desta fase, como a aprendizagem e o lazer, em contrapartida, estes passavam da infância para a fase adulta, onde se esperava que desempenhassem o mesmo tipo de tarefas que os adultos. A descontinuidade deste pressuposto, só surge com o aparecimento de leis que impunham a obrigatoriedade de mão de obra adulta especializada, excluindo o trabalho por parte de menores (Gammer & Cabié, 1999). É então aqui que Stanley Hall, surge como primeiro investigador desta fase de desenvolvimento, onde realizou os primeiros estudos científicos a fim de compreender as características desta fase (Sprinthall & Collins, 2003).

Autores, consideram que o início da adolescência se evidencia com o aparecimento da puberdade, tendo em conta que, esta se manifesta em diferentes fases da vida de cada indivíduo (Avanzini, 1980; Fernandes, 1990; Fleming, 1988).

Contudo, conseguimos enquadrar a adolescência num largo período que se estende entre os 11/12 anos de idade prolongando-se até aos 17/18 (Gouveia-Pereira, 2008). Período, este que se reconhece como agitado, onde tem que ser realizado um trabalho de separação, relativamente aos laços mantidos com as figuras parentais até então imprescindíveis, passando a criança progressivamente, a ter controlo sobre o seu próprio corpo. Ao mesmo tempo que se afasta do cuidado materno, começa a investir mais nas relações com os pares (Tyrode & Bourcet, 2000). Esta fase é marcada por crescentes sentimentos de autonomia, fundamentais ao desenvolvimento do adolescente. Estes sentimentos, requerem um quanto controlo por

parte das figuras parentais, no sentido em que, continuar a supervisionar e a conter alguns comportamentos do adolescente e ao mesmo tempo dar-lhe liberdade para que explore a sua autonomia, são uma tarefa fundamental para o bom desenvolvimento do mesmo (White & Renk, 2012). Posto isto, entende-se que os estímulos ambientais ganham uma grande importância, visto que, o desenvolvimento do adolescente não é somente fruto das suas capacidades inatas. O adolescente vive dividido entre a possibilidade de se tornar autónomo – responsável, independente e sexualmente ativo - e a consequência que isto traz ao proporcionar-lhe a possibilidade de constituir uma nova família, abandonando o seio familiar. Está também presente a rotura obrigatória que o adolescente encara face aos papéis desempenhados na infância, tais como a passividade e a dependência, pois, só assim consegue progredir de uma forma saudável para a idade adulta. É aqui nesta fase que qualquer indivíduo percebe a incompatibilidade presente entre os papéis adquiridos ao longo da infância e os desempenhados na fase adulta, possibilitadores de sucesso (Rocheblave-Spenlé; cit. por Gammer & Cabié, 1999). As modificações individuais, devem também ser consideradas pois são responsáveis por impregnar as experiências de cada adolescente e consequentemente o seu desenvolvimento futuro (Sprinthall & Collins, 1994).

1.1. Identidade vs. Confusão de Papéis – Erikson e a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial

Numa ampliação à teoria de Freud, que colocava o foco da sua teoria nos impulsos biológicos, nas pulsões sexuais e nos traumas precoces da infância, Erikson (1963) elaborou a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial, que se centra na formação da identidade pessoal onde, passa a considerar a criança como curiosa, exploradora e flexível face à sua adaptação ao meio envolvente. Nesta abordagem, Erikson, traduz a estruturação da personalidade, como uma aliança entre os fatores biológicos, psicológicos e sociais enfatizando o facto destas interações, serem essenciais na estrutura da personalidade de qualquer indivíduo (Dias & Fontaine, 2001; Sprinthall & Collins, 1994; Weiner, 1995). Nesta abordagem de Erikson (1986), e por considerar importante a reciprocidade presente na relação entre a criança e o mundo que a rodeia, sugeriu oito estágios - confiança, autonomia, iniciativa, produtividade, identidade, intimidade, criação e sabedoria - que correspondem ao desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Estes oito estágios, funcionam como crises bipolares ou conflitos com os quais todo e qualquer ser humano se deparava no decorrer da sua vida. A maturação psicológica e as imposições sociais são alterações que todos os indivíduos têm de enfrentar, sendo que estas, se distribuem nestes oito estágios em alturas distintas, do desenvolvimento

de cada um. Para que este desenvolvimento seja coeso estas crises têm de ser ultrapassadas com sucesso de maneira a que o indivíduo consiga resolver satisfatoriamente a crise seguinte. Ao contrário do que Freud estabelece nos seus estágios de desenvolvimento, onde considera que o desenvolvimento termina na adolescência ou na fase jovem-adulto, Erikson considerou que, os problemas enfrentados pelos adultos e idosos tinham, na sua natureza, características muito diferentes dos conflitos que ressaltavam na adolescência (Shaffer & Kipp, 2010).

A adolescência é uma fase fulcral pois representa um importante papel na formação da identidade. É aqui que os adolescentes formulam, não só uma compreensão mais madura, clara e estável relativamente áquilo que são, como também, e através das inúmeras experiências que vão vivenciando, daquilo que querem alcançar futuramente (Weiner, 1995, p. 5). É por este motivo que Erikson, nomeou esta fase de vida como um conflito de identidade vs. confusão de papéis, no qual o adolescente se rege pelo sentido de compreender qual o seu lugar no mundo presente e futuro. (Shaffer & Kipp, 2010; Sprinthall & Collins, 1994).

1.2. Do Desenvolvimento Cognitivo ao Desenvolvimento Moral

Piaget (1932), propôs na sua teoria, onde desenvolveu diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo, a existência de uma linha de desenvolvimento evolutiva referente às capacidades cognitivas de todo e qualquer ser humano. Na sua teoria, explicou o motivo pelo qual os adolescentes possuem determinadas competências cognitivas que não são emergentes na primeira e na segunda infância. Entre os 7 e os 12 anos, os sujeitos encontram-se no estágio ao qual Piaget denominou de *operações concretas*. É nesta fase, que o pensamento da criança pré-adolescente se limita aos objetos e situações do presente. A resolução de problemas é movida simplesmente pelos detalhes do problema vividos no presente imediato. Os padrões lógicos surgem como evolução destas *operações concretas* pois proporcionam, aos sujeitos, a possibilidade de generalizar e aplicar diferentes lógicas e formas de pensamento no que diz respeito às relações com outras pessoas e objetos.

É no início da adolescência que a flexibilidade no pensamento cognitivo se começa a manifestar de forma mais intensa, dando lugar a um novo estágio designado de *operações formais*. É neste estágio que o adolescente transforma a forma de pensamento generalizado, em pensamentos com diversas possibilidades, hipóteses e interpretações. Ao contrário dos problemas vivenciados pela criança, onde os detalhes concretos da situação assumem um foco único e uma mais simples resolução de problemas no “aqui e agora”, na adolescência esta resolução ganha maior amplitude permitindo ao adolescente que um problema seja conduzido

através de um teste de hipóteses planeadas. É também nesta fase, que o adolescente revela um raciocínio mais abstrato e abrangente onde, especular sobre determinada situação, se torna a melhor opção tendo em conta que lhe permite perceber as várias e diferentes formas de pensamento (Piaget, 1972). Aqui o adolescente já se encontra numa fase onde existe a capacidade de pensar sobre os seus próprios pensamentos e, mais que isso, sobre os pensamentos dos outros. Estes últimos são encarados pelo adolescente como a possibilidade de, numa determinada circunstância, diferentes pessoas possam ter diferentes pensamentos e perspectivas. Percebe-se aqui, a já dotada capacidade que os adolescentes possuem ao compreender essas diversas perspectivas, conhecimentos e interesses, que lhes permitem desenvolver e estabelecer, de uma forma eficaz, relações sociais, tão essenciais neste período de vida (Shaffer & Kipp, 2010).

Como adaptação à anterior teoria proposta por Piaget, baseada na moralidade heterónoma e autónoma, Kohlberg (1976) propõe os estádios de desenvolvimento moral. Para Piaget (1965), a moralidade heterónoma, diz respeito à obediência pelas figuras de autoridade e respeito unilateral (e.g. medo de ser castigado) sendo que o seu desenvolvimento se situa pelos 8 anos de idade. Mais tarde, por volta dos 11 anos de idade, surge a moralidade autónoma que, contrariamente à primeira, está relacionada com a moral da cooperação e respeito recíproco, onde as convenções sociais e a assimilação de normas, acarretam uma maior importância, no que diz respeito, às relações sociais que serão vividas pela criança pré-adolescente.

Ao aprofundar as questões da moralidade, Kohlberg, percebeu que, o desenvolvimento destas questões, é muito mais amplo do que a anterior proposta de Piaget, descrita no estágio das *operações formais*. A moralidade tem a sua essência nas questões de igualdade, de justiça, nos contratos sociais e na reciprocidade necessária das relações humanas. A fim de perceber a intimidade destas relações, Kohlberg (1976), estudou a moralidade, através da apresentação de breves situações ou dilemas, onde considerou 6 estádios de moralidade, agrupados em 3 níveis: pré-convencional; convencional e pós-convencional. Aqui, definiu qualitativamente cada estágio de desenvolvimento, diferenciando o antecedente do posterior onde, este último, representava uma nova e mais complexa forma de organizar o pensamento. Apesar de depender do desenvolvimento cognitivo de cada indivíduo, a passagem para o estágio posterior pode estar relacionada, também, com a idade do mesmo. No nível convencional, o grau de moralidade é aquele que se pode observar entre adolescentes e jovens adultos. É neste estágio de desenvolvimento, que as expectativas e normas sociais, presentes em modelos adultos, são interiorizados. Aqui, o adolescente já é capaz de diferenciar com clareza o que é

justo e injusto, percebendo que, a aplicação destes conceitos é adaptativa, consoante as convenções sociais de cada indivíduo.

No âmbito da perspectiva sócio-moral, “(...) *é a de um ponto de vista moral que todos os seres humanos devem tomar uns para os outros como pessoas autónomas, livres e iguais, havendo procedimentos que asseguram a honestidade, imparcialidade e reversibilidade na tomada de perspectiva.*” (Colby & Kohlberg, 1987). Lourenço, refere ainda que, os indivíduos seriam capazes de hierarquizar as perspectivas em confronto de acordo com a perspectiva de um ser-moral-razional, que regular-se-ia pelo imperativo categórico, pelo véu de ignorância, ou pela situação de comunicação ideal. Para este autor, no âmbito das operações de justiça, estas seriam coordenadas “(...) *por igualdade, reciprocidade, equidade, universalidade e tomada de perspectiva com vista à salvaguarda dos direitos humanos fundamentais, ou seja, à consideração da pessoa como fim, não como meio*” (1992, p.113).

Regra geral, o jovem percebe o mundo como um lugar com regras que tem de ser respeitadas e onde os seus deveres, têm de ser cumpridos. Este mesmo processo fomenta no jovem a procura do “viver” de acordo com o que é aceite socialmente. Ao contrário do que é percebido no nível *pré-convencional*, no *nível convencional*, o indivíduo internaliza a autoridade sem a questionar colocando assim a base do raciocínio na submissão das suas vontades face às suas próprias necessidades, como também, á dos que o rodeiam.

A consciência do sentido de identidade coincide com a altura em que todas as outras mudanças ocorrem, como o desenvolvimento cognitivo, o raciocínio moral e a afetividade. O jovem tende a desenvolver-se em três dimensões: das operações concretas para as formais, do raciocínio moral convencional para o pós-convencional e de uma identidade difusa para uma identidade estável.

O desenvolvimento destas poderão ter implicações na capacidade de o adolescente tomar a perspectiva do outro e, por sua vez, nos processos empáticos tão presentes nas vivências e no seu desenvolvimento psicossocial.

2. A Empatia

O termo empatia teve a sua origem na palavra grega *empathia*, que significa “paixão” ou “ser afetado por algo”, tendo sido utilizada por autores como Robert Vischer (1847), que a descrevia como um processo de imitação interna, denominado de *Einfühlung*. Este processo, ocorria durante a apreciação de objetos de arte, no qual a projeção do self em obras artísticas faria com que emergissem sentimentos de admiração e de unicidade (Sampaio, Camino, & Roazzi, 2009). Na área da Psicologia, o primeiro autor a traduzir o termo *Einfühlung* para

Empathy, foi Titchener em 1909. Para este autor, o conceito de empatia compreendia a capacidade para aceder e conhecer a consciência do outro e para raciocinar de maneira semelhante, através de um processo de imitação interna, com o qual as pessoas com o mesmo nível intelectual e moral poderiam compreender-se entre si (Wispé, 1986). No início do século XIX, a empatia era reconhecida como uma característica, através da qual, alguém se identifica como “o que está na consciência de outra pessoa”. No geral os psicólogos consideravam a empatia, como uma capacidade que se traduz na compreensão dos sentimentos e sensações dos sujeitos, entre si. Aqui, sentiam e percebiam o que acontece com os outros, como se fossem, elas mesmas, a vivenciar as vivências alheias (Sampaio et al., 2009).

São diversos os autores (e.g. Hoffman, 2000; Pavarino, Del Prette, & Del Prette, 2005; Rogers, 2009; Veiga & Santos, 2011) que, ao longo do tempo, tem vindo a destacar a empatia, como fundamental no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, bem como na implementação das relações interpessoais e na prevenção da agressividade. Vignemont e Singer (2006) tiveram em conta, a empatia, em duas grandes componentes: (a) epistemológica, na medida em que fornece informação acerca das ações futuras do outro, assim como de propriedades ambientais, e (b) social, remetendo para a origem da motivação para a cooperação e comportamento pró-social, contribuindo, consequentemente, para uma comunicação eficaz.

Batson (Batson et al., 1981; Batson et al., 1987) e de outros autores (Davis, 1983; Enz & Zoll, 2006), consideraram que, uma perspetiva multidimensional, seria mais pertinente para a análise e melhor compreensão da empatia, do que as perspetivas unidimensionais, uma vez que os estudos empíricos demonstravam as relações entre as componentes cognitivas e afetivas, onde se revelou que os sujeitos experimentam diferentes tipos de experiências emocionais durante os diferentes episódios empáticos (citados por Sampaio et al., 2009).

A empatia foi, durante muito tempo, vista como uma habilidade focada, apenas, no aspeto afetivo-cognitivo, no entanto, nos dias atuais há um consenso de que a empatia envolve três componentes, o cognitivo, o afetivo e o comportamental (Del Prette e Del Prette, 2005, Veiga & Santos, 2011). A componente cognitiva, é responsável pela capacidade de inferir os sentimentos e pensamentos do outro, sem que seja necessário experienciá-los. Percebe-se aqui, que esta funciona como a capacidade de compreender a situação a partir da perspetiva do outro (Falcone et al., 2008). Já a componente afetiva, compreende a capacidade, mais concreta, de partilhar emoções. Por fim, a componente comportamental, diz respeito à expressão empática, onde os indivíduos manifestam a sua compreensão, acerca da situação vivenciada pela outra pessoa. Esta componente abarca, tanto a comunicação verbal, como, a

não-verbal (Falcone et al., 2008). Mas para isso, é necessário que o indivíduo desenvolva a consciência de que existe um outro e que, esse, possui pensamentos e sentimentos distintos dos seus (Tassinari & Durange, 2014).

Contudo, Davis (1980) define empatia com base em duas dimensões: um modelo multidimensional da empatia, no qual uma resposta empática demandava que, perante a observação de uma situação alheia, fossem desencadeados mecanismos de resposta no observador. Para que isto fosse possível, tornava-se necessário a contextualização da situação e do sujeito (i.e. tomada de perspectiva) - empatia cognitiva; e processos de reconhecimento e contextualização emocional face à situação exposta (i.e. preocupação empática) - empatia emocional-. Perante esta abordagem integradora – de empatia cognitiva e emocional - foi desenvolvida uma escala, multidimensional, de avaliação das componentes afetivas e cognitivas denominada de *Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal*. Esta era constituída pela dimensão “Tomada de Perspetiva”, inerente à empatia cognitiva e pelas dimensões “Preocupação Empática”, “Desconforto Pessoal” e “Fantasia” associadas à empatia emocional (Davis, 1980, 1983).

Debruçando-nos, agora, sobre a perspetiva cognitiva, a empatia define-se como, a capacidade de perceber os sentimentos e a perspetiva do outro e de expressar essa perceção (Pavarino et al., 2005), onde é imprescindível a existência de uma componente comunicacional. Na comunicação interpessoal, a empatia é considerada essencial e significativa para que os indivíduos, estabeleçam relações harmoniosas entre si, para que se promova a compreensão e a aceitação do ponto de vista do outro (Rogers, 2009). Pressupondo, assim, a compreensão do ponto de vista do outro, das suas expressões e do modo como reage a diversas situações (Veiga & Santos, 2011; Rueckert & Naybar, 2008).

Relativamente, à perspetiva afetiva, a empatia é encarada como o “viver a emoção do outro”, onde é expressada uma compreensão emocional ainda, tendo em conta, o devido distanciamento pessoal (Goleman, 1995; Baron-Cohen et al., 2003). Preston e Waal (2002) sustentam a ideia de que, para haver compreensão do que o outro sente, é essencial que exista a experimentação própria dessa emoção. Propondo, com isto, que estes autores consideram relevante a ideia de contágio emocional, que consiste num processo através do qual o observador imita e sincroniza os estados emocionais do outro, com base na sua expressão facial, vocalização ou postura.

Visto que, a empatia cognitiva abrange um processo de tomada de perspectiva, que permite aos indivíduos, compreender os sentimentos do outro, não implicando uma sujeição emocional, pois o sujeito limita-se a processar a informação que apreende (Soto & Levenson,

2009). É exatamente nesta dimensão, que colocaremos o nosso foco. A capacidade de ser empático, envolve um processo intelectualmente complexo construído ao longo do desenvolvimento de cada pessoa, estando inerente, toda a sua maturação cognitiva (Preston & Waal, 2002). Mais precisamente, a tomada de perspectiva, é tida em conta como sendo a capacidade de se colocar no lugar do outro, um conceito que de resto vai de encontro ao conceito de empatia, habitualmente empregue na clínica psicológica, assumida como sendo a capacidade de se colocar nos “sapatos do cliente” (Rogers, 1975). Uma vez que a capacidade de fornecer uma base segura para os outros é, pelo menos em parte, dependente da capacidade de reconhecer as necessidades do outro.

Rogers (2009) destacou o papel fundamental da empatia no desenvolvimento da personalidade, onde, realçou algumas controvérsias no que diz respeito à preocupação empática: *“a maior barreira à comunicação interpessoal é a nossa tendência muito natural para julgar, para apreciar, para aprovar ou desaprovar as afirmações de outra pessoa ou outro grupo”* (Rogers, 2009, p.378). A compreensão da perspetiva do outro, representa uma situação de risco e de insegurança, na medida em que implica um afastamento do nosso “mundo” em prol do “mundo” do outro. Este facto, poderá provocar alterações nos nossos sentimentos e opiniões. Positivamente, a *“saída do nosso mundo”*, poderá revelar-se enriquecedora para o nosso desenvolvimento. Também a aceitação de nós próprios, sendo que a pessoa deixa *“os seus padrões de referência e encara o seu eu verdadeiro”* (Rogers, 2009, p. 351).

Preston e De Waal (2002) propõem o modelo Perception Action Model (PAM), baseado na hipótese de Damásio (1994) dos Marcadores Somáticos das Emoções. Aqui, a base da capacidade empática, é compreendida através de um mecanismo neurológico que permite ao observador partilhar as representações mentais e sentimentos do outro. Quando ocorre essa partilha de experiências a um nível neurológico são, automaticamente ativados, estados semelhantes no observador. Posto isto, quanto mais semelhantes e socialmente próximos forem dois indivíduos, mais facilmente o sujeito se identifica com o objeto, dando origem a um aumento da correspondência entre as respostas automáticas e motoras, do sujeito (Preston & De Waal, 2002). Contudo, pode assumir-se que a empatia também pode estabelecer-se mesmo que não exista proximidade ou similaridade.

Posto isto, podemos considerar que a partilha de estados emocionais e de representações mentais se traduz num processo custoso para o observador (Hodges & Klein, 2001). Uma vez que os recursos cognitivos são limitados, podemos inferir que uma maior ativação emocional por parte do observador significa menos disponibilidade cognitiva para a

interação com o outro, podendo refletir-se na incapacidade de responder adequadamente às necessidades do outro.

Zahn-Waxler e Radke-Yarrow (1990) destacam a empatia como parte de um grande processo psicológico interpessoal que envolve cinco fatores qualitativos: 1) um processo dinâmico e recíproco; 2) embora seja um processo predominantemente inconsciente consegue tornar-se acessível ao conhecimento consciente; 3) envolve uma fusão com a vida mental do outro, sugerindo uma espécie de mecanismo de interação íntima das entidades psíquicas de qualquer indivíduo envolvido; 4) envolve uma identificação projetiva bidireccional e; 5) o processo está associado a uma capacidade de segurar ou permitir transferências de empatia, implicando algum controlo durante o processo.

Existe consenso no que concerne à perspectiva de variabilidade da empatia nos indivíduos, à sua mensurabilidade, assim como à sua influência no comportamento humano, nomeadamente na promoção do altruísmo, na prevenção e redução do comportamento anti-social e agressivo.

De acordo com Hare e Neumann (2009) as características afetivas e interpessoais estão extremamente associadas a um estilo de vida desviante à norma, que abarcam comportamentos irresponsáveis e impulsivos e a tendência de ignorar ou violar as convenções morais e sociais. Mais concretamente, enquanto componente do fator afetivo, a empatia demonstra estar muito relacionada com os comportamentos de cariz anti-social ou violento (Jolliffe & Farrington, 2004), sobretudo com a violência instrumental (Flight & Forth, 2007).

2.1.O Desenvolvimento da Empatia

O início do desenvolvimento da empatia surge, conforme Thompson (1987), perto dos dois meses de idade, onde o bebé já é capaz de distinguir expressões faciais mais complexas, como a alegria, a raiva e a surpresa. No primeiro ano de vida, já lhe é possível experienciar, a mesma emoção, transmitida a partir da expressão emocional de outra pessoa e entende que essa emoção não é dela, mas sim, da outra pessoa. Aos dois anos de idade, a criança já consegue reconhecer as emoções nos outros, consolando as pessoas, embora de forma bastante incipiente. No terceiro ano de vida a criança já é capaz de perceber que pode induzir uma emoção diferente no outro, embora não faça uso do estado emocional da outra pessoa de modo a regular a sua atividade exploratória. Ao quatro ano de idade, a criança já consegue distinguir bem as emoções básicas através das expressões faciais visíveis em fotografias.

À medida que as crianças se vão desenvolvendo, vão demonstrando, uma maior sensibilidade face às necessidades e desejos dos outros, logo, percebe-se que esta capacidade

de relacionamento e entendimento, vai evoluindo ao longo de todo o ciclo vital (Thompson, 1987).

Na investigação que Roberts e Strayer (1996) desenvolveram, reconheceu-se a importância de crianças, experienciarem emoções como o medo, tristeza e a felicidade. Este tipo de experiências permitir-lhes-á uma melhor aceitação e reconhecimento destes sentimentos. Proporcionando também, à criança, uma melhor forma de lidar, asseivamente, com sentimentos de raiva e frustração que surgem, durante as interações sociais. Assim, manifestar comportamentos mais empáticos na relação que estabelecem com os outros, torna-se uma tarefa mais fácil.

Também Findlay, Girardi & Coplan (2006), se debruçaram sobre o desenvolvimento da empatia nos indivíduos. Através da investigação que concretizaram, foi possível compreender que as crianças empáticas, manifestam maior sensibilidade, face aos comportamentos sociais que vão evidenciando. Estas expressam maiores níveis de simpatia para com as crianças tímidas e são igualmente capazes de manifestar empatia cognitiva e afetiva para com as mesmas.

Dadds e colegas (2009) descobriram, através de uma amostra constituída por crianças e pré-adolescentes, que os traços de psicopatia estão fortemente relacionados com os padrões específicos que remetem para défices da competência empática. Tendo sido, estes défices, mais salientes em indivíduos do sexo masculino. Aqui, a análise da empatia cognitiva, demonstrou que, nos adultos, a psicopatia é independente da empatia cognitiva. Contudo a empatia afetiva encontra-se fortemente associada a este tipo de problemática. Este estudo revelou que, no geral, os indivíduos de ambos os sexos, demonstraram défices na competência empática – tomada de perspectiva (Dadds et al., 2009). Este pressuposto vem corroborar os dados obtidos por Schaffer, Clark e Jeglic (2009) onde, perceberam perante os participantes - estudantes universitários – que existem associações significativas entre o comportamento anti-social e os défices na empatia cognitiva e afetiva.

A empatia, é tida como um fator determinante, tanto no ajustamento psicossocial, como também, nas relações entre pares. A carência deste ajustamento, poderá dar origem ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e agressivos.

À medida que as crianças crescem e entram na adolescência, os seus comportamentos pró-sociais tornam-se cada vez mais evidentes e importantes (Damon, 1944). A empatia é tida como, um papel essencial neste comportamento pró-social, tendo em conta que, esta, está associada ao desenvolvimento da moral. É importante, por isso, perceber a forma como esta se vai desenvolvendo nos indivíduos (Roth Hananiaa, Davidovd & Zahn-Waxlerc, 2011). Este

construto, tem-se vindo a revelar um fator de extrema importância, face à boa mediação, que desempenha, na interação humana positiva (Eisenberg & Strayer, 1987) revelando-se, portanto, essencial no despoletar de comportamentos pró-sociais, como também, no surgimento de comportamentos altruístas (McDonald, 1988). Calloway-Thomas (2010), considera ainda que, a empatia, funciona como impulsionadora daquilo que fazemos interculturalmente, visto que, nos proporciona uma melhor compreensão dos diferentes valores, visões e comportamentos.

Durante o período da adolescência, as relações sociais ganham uma especial importância, sendo essenciais para o crescimento pessoal e desenvolvimento dos adolescentes (Scholte & Van Haken, 2006).

O desenvolvimento da empatia na adolescência, o adolescente já consegue compreender de forma clara os pensamentos e sentimentos das pessoas que o rodeiam (Decety, 2010). À medida que este vai crescendo a sua capacidade empática vai evoluindo. Posto isto, percebe-se que existe uma probabilidade maior dos adolescentes entre os 16 e os 19 anos, serem mais empáticos do que os adolescentes, com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos. Este facto faz sentido, tendo em conta a maturação psicossocial, dos adolescentes mais velhos (Strayer & Roberts, 1997).

No estudo de Garaigordobil & Galdeano (2006), analisaram a distribuição da diferença de género face ao desenvolvimento empático. Aqui concluíram que as raparigas, ao contrário dos rapazes, são motivadas no sentido de favorecer o desenvolvimento de competências orientadas para relações mais próximas com os outros. Por outras palavras, as raparigas, revelaram, uma maior capacidade de compreender os sentimentos e as emoções dos outros. Este estudo, veio clarificar que, as adolescentes, quando revelam níveis mais altos de empatia, têm comportamentos sociais mais positivos – autocontrolo e assertividade - e poucos comportamentos sociais passivos e agressivos.

Noutro estudo com adolescentes, realizado por Garaigordobil & Galdeano (2006), percebeu-se a existência de algumas variáveis que são preditoras da empatia na adolescência, sendo elas: os comportamentos sociais assertivos; comportamentos pró-sociais; alto autoconceito positivo; comportamentos e traços de personalidade criativa; poucas condutas sociais agressivas; estratégias cognitivas de interação social assertivas, poucos comportamentos de ansiedade-timidez e comportamentos sociais harmoniosos. No fundo, este estudo vem confirmar que, a empatia, é um importante fator do desenvolvimento social. Esta, possibilita o desenvolvimento de padrões de pensamento e de comportamentos de acordo com as normas sociais sustentando, assim, o desenvolvimento de uma melhor autoconceito.

Lerner e Simmons (1966) consideraram ainda, num outro estudo a importância da empatia e da compaixão como reação alternativa á vitimização secundária. No estudo que propuseram, os participantes quando se depararam com o sofrimento de uma vítima inocente demonstraram vontade em compensar a vítima. Concluiu-se, portanto, que mesmo em situações onde a injustiça é percebida pelos observadores, estes sentem motivação em reagir empaticamente e com compaixão. Numa outra fase deste estudo, quando os participantes se deparam com uma vítima cujo sofrimento é permanente, a reação é oposta aos sentimentos empáticos, recorrendo á derrogação do carácter da vítima optando por termos mais negativos para a descrever (Lerner & Simmons, 1966; Miller, 1977).

2.2. Empatia e Comportamentos Violentos

Neste sentido, alguns estudos (Perry & Perry, 1974; Chaplin et al., 1995; cit. por Blair, et al., 2005, p. 53) procuraram compreender a relação entre estes aspetos e identificaram que os indivíduos com altos níveis de comportamento anti-social reportaram respostas empáticas mais reduzidas ao mal-estar (como o medo e a tristeza) das suas vítimas.

De facto, as várias características afetivas importantes, como a empatia e os laços emocionais, contribuem para a inibição do comportamento anti-social e violento, prevenindo, nos indivíduos, comportamentos agressivos (Hare & Neumann, 2009). Consequentemente, Meloy (1988; cit. por Meloy, 2006, p. 542) procurou aprofundar a razão, pela qual os sujeitos violentos participam mais em atos de violência, mais concretamente, numa violência instrumental - tipo de agressividade pró-activa e planeada, orientada por um comportamento calculado e direcionado para um determinado objetivo, demarcando-se pela ausência de emoção (Flight & Forth, 2007). Neste seguimento, este tipo de violência e a sua prática, relacionam-se com menores níveis de empatia (Meloy, 1988; cit. por Meloy, 2006, p. 542). Contudo, também se observa que, estes indivíduos, participam em atos de agressão ou violência reativa - não planeada. Nestes casos, ressaltam, o grau de impulsividade, como também, os baixos níveis de controlo comportamental (Woodworth & Porter, 2002). Posto isto, e como fora supramencionado, os indivíduos que revelam comportamentos violentos, demonstraram maiores dificuldades na resposta empática, face a emoções como o medo e a tristeza nas suas vítimas. Neste sentido, e perante o presente estudo, suscitou-se a preocupação em compreender a importância da empatia para a moral social, originando, dessa forma, um modelo que coloca a tónica na empatia como o mecanismo inibitório de vitimização a vítimas de sofrimento (Bal Van de Bos, 2016; Mendonça et al. 2016; Correia; 2001). Existe ainda um modelo, que é proposto como um sistema que, ao ativar as o

desconforto ou o sofrimento de outros, (e.g. as expressões de medo ou de tristeza de outros indivíduos) resulta num aumento da atividade automática, da atenção e da atividade cerebral do sistema de resposta a ameaças (Blair, 1995; cit. por Blair et al., 2005, p. 77), principalmente, quando esta percepção se torna dolorosa para o observador. Neste sentido, o indivíduo, por associação de estímulos, adquire uma socialização moral, que tem a sua origem, na combinação entre a ativação desses mecanismos, através das questões desconfortantes, tais como, a representação mental de atos que causam mal-estar a outros - transgressões morais, como alguém a bater noutra pessoa (Blair, 1995; cit. por Blair et al., 2005, p. 77). Este facto vem fortalecer a relevância que os processos empáticos refletem, face à socialização moral, sendo que, se traduz na tradução do mal-estar da vítima, tal como quando ocorre a aprendizagem do reforço do estímulo. Por outras palavras, o sofrimento de uma pessoa, é desconfortante para um indivíduo saudável, sem traços de psicopatia ou violência. O importante aqui, para o indivíduo que observa, é evitar a ação que causa dor a outros indivíduos, atenuando o seu desconforto. Tornando-se, mais uma vez, fulcral o desenvolvimento coeso da empatia, facilitadora da socialização moral (Hoffman, 1994; cit. por Blair et al., 2005, p. 78). O mau desenvolvimento desta competência, trará uma falha do funcionamento apropriado, de um sistema onde o pensamento sobre posturas de evitamento a outros indivíduos deveria despertar, no sujeito, um estado mental de desconforto que interceta a ativação de mecanismo inibitórios de violência, frustrando a tentativa de provocar dor a outrem.

3. Delinquência

3.1. Em torno de um Conceito

O conceito de delinquência, ainda encontra algumas dificuldades no que diz respeito à sua precisão, podendo este ser definido em função de critérios jurídico-penais onde se assume que o indivíduo que pratique atos condenáveis aos “olhos da lei”, é um indivíduo delinquente (Cusson, 2002). Outra definição mais ampla deste conceito, é a que se aproxima da definição dos comportamentos anti-sociais que, de certa forma, diz respeito a uma perspetiva mais direcionada para o indivíduo face aos seus comportamentos na sociedade que integra (Negreiros, 2001. P.14).

De acordo com Born (2005), não existe somente uma única teoria que explique qualquer fenómeno do ser humano. Trata-se, assim, um amplo conceito, que pode ser definido de diversas formas, tendo em conta diversas vertentes ao qual está alicerçado - Sociológica, Legal, Criminológica ou Clínica/Psicopatológica. A vertente sociológica, assume a existência

de vários tipos de ações que podem ser praticadas, pelo indivíduo, de diversas formas, no seu meio envolvente, dando destaque às ações anti-sociais, onde se inserem os comportamentos delinquentes. No fundo, estes são os que se revelam intencionais e, em muitos casos, se associam a situações onde existe a possibilidade de criar “danos” a outrem. Quanto mais sólidos forem os laços que o indivíduo possui com a sociedade, e quanto maior for a sua conformidade e consenso para com a sociedade, menos será a tendência para contrariar as normas sociais (Born, 2005).

No que diz respeito à psicopatologia, Negreiros (2001, p. 12-13), caracteriza a Delinquência Juvenil como uma perturbação do comportamento, que persiste num padrão comportamental de desadaptação social e, pode interferir em diversos aspetos da vida do adolescente. Aqui, entende-se a delinquência como um conjunto de comportamentos reprováveis e de oposição, que se refletem nos conflitos constantes com os outros indivíduos da sociedade. É legítimo esperar que esta fase promova o aparecimento de comportamentos delinquentes pontuais, que desafiem as convenções estabelecidas até este momento da vida de qualquer indivíduo (Negreiros, 2001).

Tal como refere Born (2005), os fenómenos delinquentes são múltiplos e diferenciados, variando entre atos vistos como benignos e outros como mais graves ou mais penalizáveis, tal como, (e.g.) assaltos a estabelecimentos.

No estudo de Sellin e Wolfgang (cit. in Cusson, 2011), pretendeu-se avaliar de que maneira os sujeitos percecionavam a gravidade dos delitos. Neste estudo, concluíram que, quanto maior fosse a gravidade do ato, maior seria a probabilidade deste ser condenável e considerado crime pela opinião pública. Os participantes desta investigação, revelaram que seria mais grave um homicídio cometido durante um assalto, ao invés de uma violação ou um assalto à mão armada, só atribuindo, neste último, a mesma gravidade se o agente do ato criminoso tivesse na sua posse uma arma de fogo. De facto, o fator social, tem uma grande influência na definição do conceito de delinquência, sendo que, esta varia tendo em conta as expectativas e as normas sociais.

Na mesma linha do anterior estudo, Cusson, (2011) considerou que o fator social tem um grande peso na definição do conceito de delinquência, que varia, tendo em conta as expectativas e as normas sociais. A passagem ao ato criminal varia, ainda, tendo em conta a adesão do indivíduo às normas sociais e à credibilidade que deposita nas mesmas. Quanto maior for a vinculação social anteriormente referida, menor se revelará a probabilidade de o indivíduo, transgredir as normas sociais.

Contudo, e como já referido, a delinquência tem uma definição ampla que abrange, não só, o contexto legal, como também, o contexto social, visto que, é a sociedade, através das normas pelas quais se rege, que define os comportamentos que são considerados reprováveis e que corrompem as expectativas da sociedade (Kazdin & BuelaCasal, 2001).

Para Farrington (1996), a abordagem à delinquência, percebe-se como um conceito complexo que consubstancia uma grande variedade de “*condutas: tais como roubo, vandalismo e de muitos outros atos considerados perturbadores à paz social*”.

Posto isto, e indo ao encontro da Perspetiva Desenvolvimental de Born (2005), as lacunas no processo de aprendizagem e socialização do indivíduo, são responsáveis pela prática e envolvimento em atos delinquentes e, posteriormente, pelo possível ingresso no mundo da desviância.

3.2. Delinquência Juvenil

O ser humano, enquanto ser social, passa por diversas e distintas fases, sendo que, a adolescência e a infância, comportam um maior peso no seu desenvolvimento pois, é nestas, que os processos de socialização se desenvolvem. A infância é vista como a fase onde o ser humano tem como referência as figuras parentais. Já a adolescência, remete estas referências relacionais para o grupo de pares, imprescindíveis no bom desenvolvimento da personalidade e identidade do adolescente. É nesta fase que, os pais e os grupos de pares assumem, para o adolescente, um papel importante, sendo as lacunas destas relações que premeditam o seu comportamento perante a sociedade.

O facto de o jovem não estabelecer laços sociais, trará dificuldades de integração no grupo de pares o que pode originar a sua desadaptação e, conseqüentemente, promoverá sentimentos de marginalização e de exclusão, processo este, que poderá originar no adolescente comportamentos delinquentes. A não socialização, ou a dificuldade de se integrar no grupo de pares, como também, a ausência de vínculos familiares, poderá originar, no jovem, um sentimento de marginalização e de exclusão, que dará origem a atos delinquentes. (Martinho, 2010). Aqui surge o fenómeno da Delinquência Juvenil que pode tomar partido deste processo, e prolongar-se ao longo da vida dos indivíduos (Born, 2005). As alterações emocionais e físicas, como também, a alternância de estados psicológicos na adolescência, geram sentimentos de insegurança no adolescente. Todas as pressões físicas, psicológicas e sociais, vividas pelo adolescente, poderão estar na origem de comportamentos agressivos, onde, o conflito e a oposição relativamente a figuras parentais, poderão originar, no

comportamento do adolescente, condutas anti-sociais e desviantes, que perfazem o conceito de Delinquência Juvenil (Monteiro & Ferreira, 2007).

Bandura e os seus colaboradores, realizaram diversas experiências e concluíram que, a maior parte dos comportamentos aprendidos resultam através da aprendizagem social por observação. O indivíduo observa, imita e posteriormente modela os comportamentos observados, adaptando-os a si e integrando-os no seu quadro de respostas. Estudos sobre a agressividade, realizados por este autor, demonstram que as crianças expostas a comportamentos agressivos, têm tendência não só a reproduzir os mesmos comportamentos agressivos que observaram (cit. in La Rosa, 2003).

Farrington (1996), considera ainda que, a delinquência juvenil, assenta num “*registo da atividade da delinquência*”, em picos, que variam consoante a faixa etária de qualquer indivíduo. Contudo, é entre “*os 15 anos e 17 anos*” que existe uma maior tendência para seguirem o caminho do desvio comportamental, onde, e “quanto ao sexo”, a proporção à incidência é maior entre rapazes. Este autor, salienta alguns fatores que estimulam uma conduta anti-social, sendo eles, “*o desejo por bens materiais*”, “*a necessidade de excitação*”, “*de estatuto*”, “*a frustração*”, “*a raiva*”, “*o consumo de álcool*” e, ainda, outros fatores que se interligam, como a “*motivação à prática de atos delituosos, com os devidos, métodos selecionados para atingir o fim pretendido do indivíduo*”.

Assim, num enquadramento dos referidos fatores, surge a questão: quais os meios utilizados de forma a inibir tal tendência delituosa?

Passamos à reflexão dos mesmos, como forma preventiva e inibidora da prática delituosa. Temos como pilar importante, a supervisão dos pais, o relacionamento de relações de empatia com os progenitores, a interiorização de crenças e atitudes pró ou anti-sociais, a relevância da atitude parental face à norma e todo o processo de socialização: interação casa-escola, hábitos culturais e prática de desportos que ajudam a criar disciplina e regras, servindo de suporte à saúde mental, e física, do jovem.

Posto isto, e conforme fundamentam diversos autores que tem colocado cada vez mais questões relativamente a este construto, surge a necessidade de distinguir um delinquente ocasional de um delinquente habitual (de carreira). O primeiro remete para todo e qualquer indivíduo que raramente comete crimes, situando-os num período de vida muito curto, sendo que, na sua maioria, decorrem durante a juventude. Contrariamente a este conceito, o delinquente habitual, comete um maior número de delitos, num período muito mais alargado da sua vida, onde constrói uma “*carreira delinquente*”. Born (2005) caracteriza o conceito de delinquência através da frequência, gravidade e diversidade dos atos praticados pelos sujeitos.

A delinquência de carreira engloba todos os atos graves passíveis de pena de prisão que, conforme a sua ocorrência, podem até mesmo inscrever-se num modo de vida. Aqui não estão inseridos delitos menores ou condutas próprias da adolescência (Brochu et al, 2002; cit. por Born, 2005).

A frequência do envolvimento em atos delinquentes também é relevante para a compreensão do fenómeno da delinquência na adolescência. Quanto maior o número de delitos cometidos no passado, mais elevado o risco de reincidência: a delinquência passada prediz a delinquência futura. Contudo, este contínuo não é linear uma vez que a adolescência é uma fase experimental de características peculiares que podem exponenciar a delinquência, o que explica porque é que só cerca de metade dos adolescentes delinquentes se tornam adultos criminosos (Cusson, 2007).

3.3. Delinquência Juvenil e pressupostos teóricos

Moffitt (1993) considera, em alguns dos seus estudos, o facto do indivíduo poder principiar atos marginais e, portanto, ingressar no mundo marginal, em idades distintas, salientando que, é na infância e na adolescência que os comportamentos delinquentes são mais frequentes. Os motivos que levam qualquer indivíduo a praticar crimes, são diversos, e a sua continuidade nessas práticas varia, tendo como influência os fatores externos, tais como, o carácter social e familiar, e os fatores internos sendo estes já inerentes ao indivíduo. O mesmo investigador, considera ainda a existência de delinquentes limitados a adolescência e adolescentes de carreira onde, os primeiros ocupam uma fase transitória e passageira relativamente normativa, e os segundos, já se prende com revelam comportamentos mais raros persistentes e patológicos, na vida dos sujeitos (Moffitt, 2006).

Simultaneamente às alterações vividas na puberdade, entre os 11 e 12 anos de idade, pode surgir um tipo de delinquência denominado de *delinquência limitada à adolescência*. Esta emerge na possibilidade de dilema identitário do adolescente que se sente insatisfeito com o seu, ainda, estatuto de criança dependente. É na fase da adolescência, que surge o desejo de atingir o estatuto de maioridade e os privilégios a este subjacentes. A necessidade de afirmação pode trazer ao adolescente a perspetiva de que o ato delinvente é algo normativo e até mesmo apelativo, logo, imitar atos delinquentes traz ao adolescente não só a sensação de autonomia perante os familiares como também afiliação entre os pares o que motiva não só a sua reputação no grupo como também a sua maturação social (Moffitt, 1993). Este processo é visto como um corte com os valores familiares com a ambição de alcançar o protagonismo aos olhos dos pares.

Contudo, o desenvolvimento pré-delinquente dos indivíduos, é normativo e, por isso, a maioria dos delinquentes limitados à adolescência incorrem numa desistência do comportamento criminoso, ao enfrentarem a idade adulta. Neste sentido, estes jovens adultos regressam gradualmente a estilos de vida mais convencionais, iniciando uma vida afetiva e profissional que lhes proporciona um determinado estatuto, autonomia e responsabilidades. Redl & Wineman, (1951) propuseram categorizar a delinquência em três tipos consoante o nível e a organização do Superego. Esta ideia de que os jovens delinquentes não possuem todas as mesmas características da personalidade e as mesmas motivações deu origem a muita investigação empírica (Casoni & Burnet, 2003).

Tal como se pode verificar e de acordo com a vertente criminológica, o conceito de Delinquência Juvenil, traduz-se como amplo e que pode ser explicado à luz de diversas perspetivas. Em suma, a delinquência juvenil envolve toda uma vasta gama de comportamentos contrários às normas legais e sociais, e a sua classificação diverge tendo em conta a cultura, os valores, as leis e as normas de uma dada sociedade (Dias & Andrade, 1997).

4. A Crença no Mundo Justo

O nosso dia-a-dia é repleto de situações diversas, onde nos deparamos com injustiças, sendo aqui, que quase de uma forma imediata, surge a necessidade de encontrarmos uma explicação para os acontecimentos que observamos, de maneira a que o nosso comportamento futuro faça sentido face à injustiça percebida. A *Crença no Mundo Justo* (Lerner, 1980) é uma teoria que ajuda a explicar o processo quase necessário, emergente em qualquer ser humano, de restaurar cognitivamente uma injustiça percebida ou sofrida. Este processo permite que qualquer indivíduo perceção o mundo como um lugar justo onde cada um recebe aquilo que merece, de uma forma proporcional às ações que pratica. Percebe-se este mundo, como um lugar onde a reciprocidade está assente nas ações de cada um, tendo em conta, que as coisas boas acontecem na vida de pessoas boas e as pessoas más têm as devidas punições. Os mecanismos pessoais presentes nesta crença, onde os acontecimentos são justos, permitem ao indivíduo um sentimento de bem-estar geral, face ao mundo e ao futuro, sendo quase inata a necessidade que os indivíduos têm em criar uma relação de causa-efeito entre os acontecimentos, para que, consigam reduzir os sentimentos de angústia que estão presentes na consciência de que também estes podem vir a ser vítimas de injustiças. Nesse sentido, um dos motivos que transporta a nossa motivação na busca da justiça, é a Crença no Mundo Justo (CMJ), pois esta, permite ao indivíduo, que procura e pratica justiça, a confiança na

reciprocidade face aos seus atos. Mais precisamente, o indivíduo percebe que a forma justa como trata os outros, ser-lhe-á recompensada da mesma forma. A ilusão de que o mundo é um lugar estável e conciliador, ajuda os indivíduos a perceberem o seu ambiente físico e social como seguro, visto que, esta percepção se torna possível ao encararmos o mundo como um lugar justo (Lerner & Miller, 1978).

É importante compreender que a crença no mundo justo permite que as pessoas se esforcem a fim de atingir metas a longo prazo (Bal & Van den Bos, 2012; Hafer 2000). Se os indivíduos sustentarem a sua crença na realidade de que, cada um recebe aquilo que merece e, tiverem fé nessa mesma possibilidade, estes acreditam que os seus esforços serão recompensados, e assim tornam-se capazes de lidar com a incerteza associada aos investimentos e objetivos a longo prazo (Bal & Van den Bos, 2012).

A CMJ está presente em todos os indivíduos apesar de, na individualidade, admitir variações no que diz respeito á força e motivação (Rubin & Peplau, 1975). Está presente também a noção de que, os indivíduos que apresentam reações motivadas pela justiça, são os que percebem mais o mundo como justo. (Hafer & Bègue, 2005).

Assim, em indivíduos onde a CMJ seja elevada, a maneira como lidam com a injustiça é mais adaptada, o que lhes permite gerir e proteger a sua saúde mental, como também, o seu bem-estar de uma forma mais coesa e tranquila. Estes indivíduos interpretam tendencialmente os acontecimentos da sua vida como mais justos pois, percebem e superam com maior facilidade as adversidades da vida. Uma CMJ elevada, fomenta no indivíduo, comportamentos de interajuda tornando-o mais sensível face aos restantes indivíduos que, com ele, integram a sociedade (Lerner, 1998).

Em síntese, conseguimos perceber que, a Crença no Mundo Justo, é uma crença que todos, de uma forma ou de outra, querem defender (Bal & van den Bos, 2015). Até que ponto estaremos dispostos a defendê-la sem olhar para o outro, sem “vestir o seu casaco”, quando este se apresenta como ameaça ao que defendemos?

4.1. As Funções da Crença no Mundo Justo

Em 2001, Dalbert e colegas, consideraram a CMJ como um fenómeno que pode ser visto como uma “*ilusão positiva*” da realidade, onde as pessoas passam a atribuir um sentido á vida, tanto no que diz respeito á forma como vêm o mundo, como também, aos acontecimentos vão vivenciado neste. Esta predisposição pessoal, está sujeita a três funções adaptativas. A primeira prende-se com indicativa de um contracto pessoal do indivíduo para com o mundo; já a segunda promove os julgamentos de justiça dos indivíduos dotando-os de

confiança de que serão tratados de forma justa pelos outros e que dessa forma não serão alvo de desastres ou imprevistos; a terceira proporciona aos indivíduos a possibilidade de interpretarem os acontecimentos da sua vida atribuindo-lhe um sentido e um significado (Wolfradt & Dalbert, 2003). Posto isto, percebe-se o papel importante e estratégico que a CMJ assume na vida do indivíduo pois como proporciona às pessoas a possibilidade de conseguirem lidar, de uma forma positiva, com os desafios propostos no dia-a-dia, enfrentando alguns acontecimentos diários mais críticos (Dzuka e Dalbert, 2006).

A primeira função está diretamente relacionada com o facto de as pessoas, agirem de uma forma correta com os outros, pois, quanto mais as pessoas acreditam no mundo como um lugar justo, mais tendência terão para controlar e regular os seus comportamentos (Otto & Dalbert, 2009). Strelan (2007) afirma que a motivação para acreditar no mundo como um local ordeiro, estável e lógico, dota o indivíduo de uma boa percepção relativa á humanidade. Aqui, propõe duas consequências: (1) uma que sustenta que quando as pessoas acreditam que os seus investimentos serão justamente recompensados, passam a confiar mais em atos pró-sociais e adaptativos; (2) e outra, que diz respeito á representação que a CMJ tem como um contracto pessoal das pessoas para com o mundo onde, encarando que o mundo é um sitio razoavelmente justo, o indivíduo deve refletir, também, comportamentos que vão ao encontro desta perspetiva (Otto & Dalbert, 2005).

A segunda função da CMJ proporciona aos indivíduos a possibilidade de projetarem um futuro positivo, assente na confiança do retorno relativamente ao bem que os indivíduos praticam e, conseqüentemente, às coisas boas que estes receberão futuramente (Hafer, 2000). O facto dos indivíduos se comportarem de forma justa para com os outros assume-se como uma estratégia que lhes permite defender a ideia de que serão justamente recompensados no futuro (e.g. Lerner, 1977; Zuckerman & Gerbasi, 1977). Um estudo onde esta função se evidência, é apresentado por Zuckerman e Gerbasi (1977) onde, os participantes que demonstram uma elevada CMJ, revelaram uma maior motivação para confiar nos outros. Numa outra investigação, realizada com jovens prisioneiros, concluiu-se que indivíduos com uma elevada CMJ demonstravam menos comportamentos desviantes (Otto & Dalbert, 2005). Podendo concluir, através destes, que a CMJ pessoal está diretamente relacionada com a confiança em investir para atingir objetivos pensados a nível pessoal.

A última função da CMJ, proporciona aos indivíduos um quadro interpretativo que os ajuda a dar sentido e significado aos acontecimentos da sua vida. Esta função, e a sua importância para o equilíbrio do ser humano, admite a CMJ já de uma forma inconsciente, de maneira a que, a motivação do indivíduo se mantenha. Para que este processo seja possível,

são ativados mecanismos de defesa no indivíduo. que o ajudam a restaurar a (in)justiça psicologicamente ou forma comportamental, sempre que estas pressentirem alguma ameaça (Furnham, 2003).

4.2. Crença no Mundo Justo Pessoal e Geral: Que Diferenças?

Até então, a maior parte dos resultados obtidos em investigações, apontavam para uma contradição entre a (in)justiça para o *self* e a (in)justiça do *self* relativamente aos outros. Com o objetivo de anular esta diferença, surge a necessidade de perceber a distinção entre a CMJ geral e a CMJ pessoal (e.g. Dalbert, 1999; Lipkus et al. 1996). A CMJ pessoal diz respeito á ideia que os indivíduos têm relativamente ao facto, dos eventos que ocorrem na sua vida, serem justos. Já a CMJ geral está relacionada com a ideia de que o mundo é um lugar justo, para todos. Isto é congruente com o facto de, a injustiça pessoal, ter uma maior ênfase na vida particular do indivíduo onde, a discriminação pessoal, se torna mais rejeitada do que a injustiça grupal (Sutton & Douglas, 2005).

Dalbert & Yamauchi (1994) revelam que uma experiência de injustiça é mais ameaçadora e, consequentemente, mais negada, quando está diretamente relacionada com a vida pessoal de qualquer indivíduo. Em paralelo, as discriminações e injustiças que ocorrem no próprio grupo, também são mais negadas do que aquelas que outros grupos vivenciam (Taylor, Wright, Moghadadam & Lalonde, 1990). Naturalmente, e através destes factos, percebe-se que existe uma maior tendência para os indivíduos aderirem mais a CMJ pessoal em detrimento da CMJ geral. Tendo em conta que estas duas dimensões parecem profetizar diferentes fenómenos na vida dos indivíduos, a CMJ pessoal prediz o bem-estar subjetivo e o ajustamento psicossocial, por estar mais diretamente relacionada com as consequências particulares de cada um, concluindo que as pessoas têm uma tendência mais forte para acreditar que o mundo é mais justo para si do que para os outros (e.g. Lipkus et al., 1996). Esta crença, assume um papel adaptativo, mais relevante a nível individual sendo mais forte e incessantemente defendida, do que a CMJ geral, sendo a crença no mundo pessoal apresentada, como um fator que poderá trazer mais sucesso para lidar com situações de injustiça, como também, prevê mais intenções delinquentes. Posto isto, percebe-se a CMJ pessoal como um fenómeno que controla mais eficazmente a raiva e modera os comportamentos agressivos (Bègue & Muller, 2006; Dalbert, 2002).

A CMJ geral é mais responsável pelas atitudes sociais e conservadoras, rígidas e menos flexíveis, tais como o preconceito contra as pessoas de diferentes classes sociais (e.g. Smith, 1985). Ao contrário da CMJ pessoal, que parece estar mais positivamente relacionada

com os benefícios psicológicos individuais, a CMJ geral relaciona-se com o desejo de minimizarmos as ameaças que nos são colocadas, através de acontecimentos injustos decorrentes na vida de outros indivíduos (Lipkus et al., 1996).

Posto isto, torna-se possível associar, a CMJ geral e a CMJ pessoal, á Teoria proposta por Lerner (1977). Esta, sustenta a possibilidade do indivíduo dividir o mundo em partes, podendo, assim, deixar intactas as suas crenças de justiça assumindo que estas só estão presentes em algumas dessas partilhas. Segundo este autor, os indivíduos têm uma motivação primária que se relaciona com a percepção do mundo como justo, o que é colocado, maior parte das vezes, num plano secundário, assumindo que injustiças acontecem frequentemente na vida dos outros, mas não na sua. Assim, o sujeito assume duas diferentes partes do mundo: estando uma delas assente na ideia de que algumas pessoas habitam num mundo onde, apesar das regas, os destinos injustos estão presentes; e o mundo onde o sujeito habita, que reflete ordenação e justiça. Tal como Lerner (1980) considera, esta visão do mundo dividido por partes traz, ao indivíduo uma sensação de proteção facilitadora face a gerência que o mesmo vai fazer face ás ameaças, transportando-as para um local longínquo (Hafer & Bègue, 2005).

Tendo em conta as alterações ao longo da vida de cada indivíduo, a CMJ é um fenómeno que, à partida, se mantém estável, podendo revelar pontuais alterações, durante a adolescência. Principalmente no que concerne estas duas vertentes da crença, a percepção de uma crença no mundo justo pessoal e geral (e.g. Dalbert & Randant, 2004). Neste trabalho iremos analisar, não só alterações da CMJ, em adolescentes, como também, teremos em consideração a influência do seu desvio quando expostos a situações onde a integridade do seu mundo, é ameaçada.

4.3. A Crença no Mundo Justo ao longo da vida

No que diz respeito ao desenvolvimento da CMJ na nossa vida, Lerner (1977) afirma que desde a infância, existe uma necessidade emocional e cognitiva para acreditar que o mundo é um lugar justo. Contudo, é na adolescência que a motivação pela justiça determina o caminho dos indivíduos pois, o desejo de que os nossos futuros desejos sejam sucedidos de forma justa face aos nossos atos, motiva-os a agir dessa mesma forma para com os outros (Emler & Reicher, 2005).

É no início desta fase da vida dos indivíduos, que a habilidade cognitiva lhe passa a permitir identificar a causa e a aleatoriedade dos acontecimentos do quotidiano, percebendo que em alguns casos os bons comportamentos são punidos dando lugar á impunidade dos maus comportamentos (Dalbert & Dzuka, 2004). Para que esta percepção de justiça seja

atenuada, o adolescente vê-se obrigado a recorrer a estratégias cognitivas que nem sempre trazem benefícios ao seu desenvolvimento social. A CMJ passa, nesta fase, a ser uma versão mais formulada da justiça constante, onde o indivíduo, através das habilidades cognitivas que lhe permitem conhecer a causa e a arbitrariedade dos acontecimentos, passa a acreditar que as pessoas são merecedoras do seu destino (Dalbert, 2004; Correia & Vala, 2004).

Este avanço cognitivo, vivido pelo adolescente, coloca-o perante uma nova realidade, onde, a parti daqui, consegue reconhecer que as injustiças acontecem de uma forma aleatória na vida de cada um. Contudo, os jovens recorrem a estratégias que lhes permitem repor a justiça, quando lhes é dada a possibilidade de justificar esses mesmo acontecimentos aleatórios. É no decorrer da adolescência que a diferenciação entre a CMJ pessoal e a CMJ geral se observa (Dalbert & Randant, 2004). No entanto, o impacto desta diferenciação, diminui ligeiramente durante a adolescência prolongando-se até ao início da idade adulta (Dalbert, 2001). Como consequência da evolução cognitiva vivenciada pelos adolescentes, face a estas crenças, a CMJ desempenha diferentes funções na vida do mesmo, assumindo que quanto mais coerente for o seu desenvolvimento cognitivo, mais elevada é a CMJ geral sendo menos pronunciado o declínio na CMJ pessoal (e.g. Dalbert & Dzuka, 2004; Hafer & Bègue, 2005). Por permitir ao adolescente gerir com sucesso os processos do desenvolvimento, exigentes e característicos desta fase de vida, a CMJ pessoal é assumida como uma estratégia fundamental para este fim.

Conclui-se, através destas perspetivas, que a CMJ tem como função principal assegurar a confiança na justiça do mundo que permite, aos jovens e aos indivíduos, que se encontram no início da idade adulta, encarar os desafios do presente, planear um futuro e investir nos seus objetivos e desejos pessoais (Hafer, 2000).

5. A Inocência da Vítima

Lerner (1980, p.40) define uma vítima inocente como alguém que *“having done nothing stupid or careless to merit this suffering”*

Quando decidimos ajudar alguém surge, primeiramente, a necessidade de julgamento no que diz respeito á inocência da vítima que estamos a observar. São diversas as situações em que nos deparamos com acontecimentos injustos, onde a vítima é facilmente detetável. Contudo, é frequente que estas vítimas não incitem empatia por parte dos observadores, fomentando exatamente o contrário, pelo facto destas serem culpadas, evitadas e desvalorizadas, vendo o seu sofrimento minimizado aos olhos do observador (Ryan, 1971).

Vítimas objetivamente inocentes são, na maior parte das vezes, apontadas como mais responsáveis e mais culpadas em situações onde não estava nas suas mãos prever ou evitar o acontecimento que as coloca nesse papel (Correia e Vala, 2003; Correia & Vala, & Aguiar, 2008). Este processo é percebido como uma ferramenta que permite, às pessoas, anular a injustiça percecionada, mantendo a sua crença no mundo justo, intacta.

Percecionando o mundo como um lugar justo e com funções adaptativas, onde os indivíduos podem depositar a sua confiança, perceber que, de alguma forma, a sua crença na justiça do mundo é ameaçada, suscita a tendência dos indivíduos a defenderem, mesmo em casos onde observem situações injustas. Posto isto, traduz-se numa grande ameaça, para os indivíduos que possuem uma crença elevada, observarem alguma situação onde a vítima seja percebida como inocente. A crença de que o mundo é um lugar de reciprocidade no que diz respeito á justiça, onde cada indivíduo tem o que merece, o sofrimento de alguém, provocado por uma situação incontrollável e injusta, que o ponha no papel de vítima, torna-se contraditório.

A questão é que, quando um indivíduo, com forte CMJ, é exposto numa situação onde percecione uma injustiça, a sua confiança no mundo que dá a cada um aquilo que merece é abalada coloca-se, ele próprio, na possibilidade de não ver os seus esforços recompensados assumindo que, num futuro, também ele poderá ser vítima de determinado acontecimento. Assumir que o mundo é um lugar onde existem vítimas inocentes é desconfortante e perturbador para o observador com alta CMJ, principalmente, quando o sofrimento dessa vítima é permanente (e.g. Correia & Vala, 2003).

As vítimas percebidas como não-inocentes provocam um menor impacto nos observadores pois, aqui, já existe a possibilidade de atribuir-lhes responsabilidade pela situação que as vitimizou. Para além disto, o observador deixa de sentir a sua CMJ tão ameaçada pois percebe o acontecimento como justo face ás ações descuidadas da vítima não inocente e, num mundo justo, estas mesmas ações são punidas sustentando a ideia de que cada um é responsável pelo seu destino. A investigação demonstra, não só que vítimas tendem a ser vitimizadas secundariamente como, e particularmente, vítimas inocentes são mais vitimizadas do que vítimas não inocentes (Lerner & Simmons, 1966).

Lerner (1980) realça que este tipo de vitimização surge, por vezes, fruto da impossibilidade de ajudar efetivamente a vítima (pela ausência de contacto com a mesma; ou pela impossibilidade de recursos para minimizar o seu sofrimento; ou ainda porque o sofrimento causado pela vitimização é duradouro ou mesmo “para sempre”). Assim a

vitimização secundária surge como uma alternativa, quando esgotadas outras formas de reestabelecer a justiça.

Para que os indivíduos consigam manter a sua crença no mundo justo e, em simultâneo, convivam com situações de injustiça, Lerner (1980), evidência-se uma estratégia cognitiva, assente na percepção de que a injustiça é um fenómeno inevitável na vida de alguns indivíduos. Compreende-se esta estratégia como mecanismo percetivo, que transporta estas vítimas para além da realidade pois, só assim, se torna possível que estes indivíduos reorganizem a sua cognição no que diz respeito á crença de que o mundo é realmente um lugar justo.

Hafer (2000), que desenvolveu um método que mede indiretamente a ameaça de uma vítima inocente, concluiu que, rejeitarmos vítimas reconhecidas como inocentes é uma tendência que tem implícita a ameaça direta a nossa crença no mundo como lugar justo e coeso. Tal como esperava, a autora concluiu que, uma maior ameaça à crença no mundo justo, está associada, a uma maior dissociação entre o observador e a vítima e a uma maior depreciação desta última.

6. A Vitimização Secundária

Coloca-se então o desafio de manter esta crença num mundo que, às vezes, é injusto tal como lembra Lerner (1980, pg.18) “*It would take a complete fool or naive not to recognize that deserving or justice have nothing to do with what happens to people.*” Este desafio, exige que se encontrem estratégias para lidar com a injustiça.

As estratégias de vitimização secundária, passam por atribuir a responsabilidade de repor a justiça aos organismos criados para esse efeito (e.g. instituições de solidariedade social); o afastamento das situações injustas numa lógica de que “como não vejo, talvez as injustiças não existam e assim não me sinto incomodado”, ou ainda, reinterpretando a injustiça, quer modificando a causa, quer atribuindo isso à personalidade da vítima ou ao seu estatuto social (Lerner, 1980). São diversos os casos onde as vítimas sofrem, não só uma vitimização primária face ao acontecimento sucedido, como também sofrem uma segunda vitimização por parte dos sujeitos que as rodeia, a este processo damos o nome de vitimização secundária (Brickman, Rabinowitz, Coats, Cohn & Kidder, 1982).

A vitimização secundária é uma consequência, não só, da opinião pública, como também, daqueles que rodeiam a vítima. Este acontecimento prejudica a vítima, tendo em conta que, o seu suporte social, se vê reduzido sendo este um fator determinante na reabilitação social e psicológica da mesma (Ross, Lutz & Lakey, 1999).

Lerner (1980) propôs ainda um leque de estratégias racionais e irracionais que proporcionam ao indivíduo, a possibilidade de preservar a sua crença no mundo justo. Desde: colocar o sofrimento da vítima num extremo de exagero ou, por e simplesmente, ignora-la; acreditar, de certa forma, que a vítima será recompensada futuramente pelo seu sofrimento; assumir que a vítima tem responsabilidade e culpa sobre o sucedido. Estas, são algumas das posições estratégicas que, o observador, toma para justificar o sofrimento da vítima (Chaikan & Darley, 1973; Rubin & Peplau, 1975).

As estratégias racionais englobam a prevenção e a restituição que dizem respeito á necessidade que o observador tem em ajudar ou compensar, de alguma forma, a vítima. Nestas estratégias está implícita a aceitação da percepção de injustiça observada. Constatamos que nem sempre é possível compensar ou ajudar a vítima de forma direta o que, de uma forma estratégica reduz a noção de injustiça. A vitimização secundária surge aqui, quando o observador percebe, de forma consciente, que o sofrimento da vítima não é merecido e que, esta, se encontra numa situação de injustiça, mas que por muito que o mesmo a queira ajudar ou compensar, não está ao seu alcance. Esta estratégia psicológica assume-se, portanto, como irracional uma vez que altera a percepção de injustiça e não a injustiça propriamente dita (Lerner, 1980; Lerner & Simmons, 1966).

Como já referido, paralelamente às estratégias racionais, Lerner (1980) propõe ainda um conjunto de quatro mecanismos irracionais, presentes nos processos de vitimização secundária, que são responsáveis pela negação da presença de injustiça. A estratégia emergente, que surge de uma forma primária, é a estratégia de negação/afastamento que está assente no evitamento psicológico e físico da injustiça que surge como ameaça à CMJ, podendo levar á recusa do contacto com a vítima (Pancer, 1988).

Já as outras estratégias irracionais propostas, agrupam-se, tendo em conta que, as três permitem que o observador reinterprete o acontecimento injusto. Percebendo que, aqui, está presente: a reinterpretação da causa - que diz respeito á culpa que depositamos na vítima e ao facto de considerarmos que a mesma é merecedora de tal destino; a reinterpretação do carácter - que diz respeito ao ato de inferiorizarmos a vítima atribuindo-lhe características negativas; a reinterpretação do resultado observado - que permite ao observador perceber que o sofrimento ajuda a fortalecer o carácter ou reduzir o sofrimento minimizando-o (Correia, Vala & Aguiar, 2001; Correia & Vala, 2003; Correia et al., 2012).

Estes processos irracionais, são o que sustenta a vitimização secundária sendo, por isso, pertinente colocar o foco nestas estratégias, que se tornam frequentes no comportamento humano (Hafer & Bègue, 2005). A verdade é que, mesmo conscientes da inocência da vítima,

os observadores, tendem a intensificar o sofrimento da mesma através das estratégias propostas, ao invés de o aliviarem.

Quando Alves & Correia (2010) colocam uma questão, a um grupo de pessoas, relativa a sua opinião face á reação da maior parte das pessoas quando confrontadas com o sofrimento permanente de vítimas, a maior parte dos indivíduos assume, que essa maioria não recorreria a estratégias irracionais de vitimização secundária. Posto isto, percebeu-se que a CMJ, assume um processo inconsciente onde, os indivíduos, teriam tendencialmente uma maior intenção em preservá-la ao invés de colocarem a possibilidade de as pessoas não serem justas perante o sofrimento de outrem. Surge, excecionalmente, uma situação onde os participantes colocavam a vitimização secundária em primeiro plano, pelo facto de a vítima ser não inocente e consequentemente, responsável pelo seu sofrimento (Alves & Correia, 2009; Alves & Correia, 2010).

Tem sido comprovado que indivíduos, com uma crença no mundo justo elevada, têm demonstrado comportamentos de ajuda positivos face a vítimas observadas (DePalma, Madey, Tillman & Wheeler, 1999). Apesar disto, e quando expostos a situações onde a inocência da vítima é evidente, os indivíduos com uma CMJ elevada nem sempre conseguem aceder ás estratégias conscientes de preservação da mesma e, em contrapartida, são motivados a colocar a vitimização secundária como estratégia dominante.

Posto isto, percebe-se a vitimização secundária, quase como um processo de defesa que, através de reações negativas, permite que os indivíduos mantenham a sua CMJ intacta, mesmo quando observam uma vítima proveniente de uma situação injusta.

Através da CMJ o observador consegue, não só reinterpretar cognitivamente a injustiça observada, como também atribuir a responsabilidade do acontecimento injusto, sustentando a teoria da crença, de Lerner (1980), onde “*as coisas más só acontecem a pessoas más*”, logo, o destino da vítima foi fomentado pela própria. A desvalorização ou derrogação da vítima (e.g. Lerner & Simmons, 1966) – que diz respeito ao mecanismo psicológico que coloca a vítima como merecedora da situação vivida, restaurando a justiça na realidade do observador (Sebby & Johnston, 2012); o evitamento da mesma (e.g. Furnham & Pocter, 1992), a minimização do seu sofrimento (e.g. Correia et al., 2001) e a culpabilização e responsabilização da vítima face ao acontecimento que a colocou nesse papel (e.g. DeJudicibus & McCabe, 2001), são estratégias utilizadas pelos observadores que ao longo do tempo tem sido percebidas através da investigação.

Tendo em conta que existem diferentes percepções de justiça, subjacentes á inter-individualidade, é de notar que a intensidade da crença na justiça varia de indivíduo para

indivíduo, permitindo-lhes ter, uma grande capacidade em restaurar a justiça sem recorrer ou recorrendo á vitimização secundária. Evidentemente que, quando as pessoas se encontram em sofrimento, a interpretação deste facto tona-se mais dolorosa do que quando estas se encontram no papel de observadores. Esta realidade, faz com que se torne mais fácil interpretar o sofrimento da vítima observada, como merecido, e mais difícil interpretar que elas próprias possam ser merecedores de tal sofrimento (Rubin & Peplau, 1975).

A vitimização secundária é um fenómeno que está presente em diversas e distintas situações. Desde, nas vítimas de cancro (e.g. Stahly, 1988), ás vítimas de violação (e.g. Kleinke & Meyer, 1990; Penfold, 1992), como também nas vítimas de sida (e.g. Cadwell, 1991; Correia & Vala, 2003) e até vítimas de acidentes de viação (Montada, 1992). Lerner (1965) refere ainda que, a vitimização secundária, não se reflete somente em situações negativas, esta tem características adaptativas também em acontecimentos positivos. Numa investigação onde os participantes justificaram o merecimento de um colega face ao seu desempenho e dedicação no trabalho como bom, assumindo que o facto de este ter ganho um sorteio aleatório, é a evidência de que, também em episódios onde a vítima se encontra numa situação positiva, sofre de vitimização secundária.

É verdade que, a maior parte dos indivíduos, se preocupam mais com o ambiente onde vive e com a forma como este funciona e é gerido, colocando o seu mundo ponto de plenitude e equilíbrio. Isto parece lógico, tendo em conta que, observar e perceber injustiças em qualquer outro ambiente, é menos ameaçador, visto que, estes acontecimentos, para além de distantes, acarretam uma menor relevância face às implicações que estes podem ter no destino dos observadores. Até aqui a preocupação com a injustiça é algo irrelevante na vida dos observadores, alterando esta realidade quando estes sentem maior proximidade a situações de injustiça onde surge a necessidade de justifica-la e atribuindo-lhe algum significado (Lerner & Miller, 1978).

Mendonça e colegas (2016), propõe a interação entre a CMJ, a perceção de inocência da vítima e o comportamento desviante, assume-se uma influência destas variáveis na vitimização secundária. Percebeu-se que vítimas inocentes são sempre percebidas como um grande desafio para o observador com elevada CMJ o que o leva a recorrer, na maior parte das vezes, á vitimização secundária como alternativa á realidade da injustiça observada. Evidências demonstraram que a intensidade dos comportamentos desviantes, juntamente com a elevada crença, tem impacto na maneira como o observador perceciona a vítima, o que promove ou inibe o comprometimento do observador face á situação e, estimula as estratégias que o mesmo possa utilizar (Mendonça et. al., 2016).

Objetivos e Hipóteses

O presente estudo pretende, não só, compreender os efeitos da crença no mundo justo, da percepção de inocência da vítima e do comportamento desviante em adolescentes, na utilização de estratégias de vitimização secundária, como também, a forma como a empatia cognitiva – tomada de perspectiva - medeia esses mesmos efeitos.

Tanto quanto sabemos nenhum outro estudo cruzou estas quatro variáveis nas estratégias de vitimização secundária parecendo-nos, portanto, pertinente e importante compreender de que forma estas variáveis interagem entre si.

Ainda tendo em conta as variáveis acima expostas, teremos também em consideração a influência do comportamento desviante dos jovens e a relação desta análise com a percepção que os mesmos têm relativamente à vítima e à situação á qual esta é exposta, como também, á identificação á mesma.

O motivo pelo qual optamos por utilizar esta análise, prende-se com a diversidade de literatura relacionada com a crença no mundo justo onde a manipulação da inocência da vítima é utilizada de forma experimental (Correia & Vala 2003; Mendonça et al. 2016). Em contrapartida, a semelhança com a vítima e a consequente atribuição de responsabilidade têm revelado resultados pouco conclusivos (e.g. Grubb & Harrower, 2009; Kahn et al., 1977; Shaver, 1970; Thornton, 1984; Correia et al., 2012). Nestes estudos, a variável explicativa para a atribuição da responsabilidade á vítima, assentou na semelhança percebida pelo observador entre ele mesmo e a vítima. Posto isto, e para que seja possível averiguar algumas conclusões relativamente aos julgamentos dos adolescentes, com mais e menos desvio, a análise que propomos fazer utiliza como variável explicativa para a percepção de semelhança do observador para com a vítima, a aproximação destas á situação vivida pela vítima e o grau de desvio comportamental dos adolescentes.

A forma como o observador percebe o facto de ele mesmo, se poder vir a encontrar numa situação semelhante à da vítima, denomina-se como a relevância situacional da história de vitimização (Shaver, 1970). Com base na literatura que conhecemos acerca do comportamento desviante, podemos considerar que um jovem com menos desvio comportamental, mais facilmente se imaginaria e colocaria, numa situação semelhante à da vítima, contrariamente a um jovem com mais comportamentos desviantes. Podendo ainda perceber a probabilidade de, à partida, os jovens com mais desvio se encontrarem mais próximos da realidade do agressor e de comportamentos da mesma índole, demonstrando, por

esse motivo, mais dificuldade em assemelhar-se a situação vivida pela vítima. Posto isto, propõe-se a seguinte hipótese:

H1: Jovens com mais comportamentos desviantes demonstram maior distanciamento à situação sofrida (menor relevância situacional) do que jovens com menos comportamentos desviantes.

A questão da relevância situacional está relacionada, de forma inerente, à questão da semelhança percebida com a vítima. A possibilidade, que acompanha a consciência do observador, em poder vir a partilhar uma situação semelhante à da vítima num futuro próximo ou longínquo, bem como, de encontrar na vítima características de personalidade e atitudes semelhantes às suas, tem sido utilizada frequentemente como medida de associação/dissociação à vítima (e.g. Hafer, 2000b). Os jovens que consideram mais provável vir a encontrar-se na situação da vítima, fazem-no, por se identificarem com esta, e nela, encontrarem características semelhantes a si, considerando consequentemente, razoável, que tal destino também lhes possa acontecer. Por sua vez, aqueles observadores que percebem a vítima como muito diferente de si, considerarão menos provável encontrar-se em circunstâncias semelhantes às suas.

De facto, a semelhança entre o observador e o alvo do cenário tem sido referida como fortemente potenciadora de identificação e empatia (e.g. Krebs, 1975). Vários estudos têm mostrado que a semelhança percebida entre as características do observador e da vítima (e.g. género, etnia, estatuto socioeconómico, etc.) tem afetado a identificação à mesma (e.g. Barnett et al., 1986; Grubb & Harrower, 2009). Mendonça e colegas (2016) vão também ao encontro do mesmo pressuposto onde, num estudo que realizaram, observam que jovens com menos comportamentos desviantes se identificam mais com a vítima do que os jovens com mais desvio. Aqui, os jovens com mais desvio comportamental, consideraram-se menos semelhantes à vítima e pouco se identificaram à situação vivenciada pela mesma. Revelando com isto, que a identificação com a vítima diminui com o aumento de comportamentos desviantes.

Supondo que jovens com mais comportamentos desviantes, mais provavelmente se distanciam da vítima quando a percecionam como inocente, questionamo-nos também, relativamente ao facto da possível identificação destes jovens a estas quando percecionadas como não inocentes. Indo ao encontro da literatura (e.g. Krebs, 1975; Mendonça et al. 2016), podemos acrescentar que existe uma forte possibilidade de os jovens se identificarem com as vítimas e com o seu sofrimento quando partilham de comportamentos da mesma natureza ou,

até mesmo, quando são empáticos perante a situação que observam. Além disso, os processos identificatórios para além do distanciamento à situação, poderão possibilitar ao jovem desviante, uma maior identificação à vítima quando esta tem um comportamento que se aproxima da natureza dos seus próprios comportamentos. Propõe-se, assim, a seguinte hipótese:

H2: Jovens com mais comportamentos desviantes e que foram expostos ao cenário de vítima inocente revelam menor identificação à vítima descrita na história comparativamente àqueles com menos comportamentos desviantes e menos crença no mundo justo.

As duas hipóteses acima propostas, traduzir-se-ão num grande contributo para uma melhor compreensão da relação existente entre o desvio comportamental em jovens, e a sua perceção face a uma vítima inocente. Teremos ainda como objetivo, a análise dos efeitos da perceção da vítima inocente e não inocente, da crença no mundo justo e dos comportamentos desviantes desses mesmos jovens na utilização de estratégias de vitimização secundária.

Como já referido, são vários os autores que exploram fenómenos como a desvalorização e a atribuição de culpabilidade à vítima, as perceções de justiça perante a situação que a vítima vivência, a minimização do seu sofrimento, o merecimento face a essa mesma situação ou a minimização do sofrimento dessas vítimas (e.g. Correia & Vala, 2003; Correia et al., 2001; Correia et al., 2012; Mendonça et al., 2016). Nestes estudos, são sistematicamente encontradas evidências que se prendem com o recurso a estratégia de vitimização secundária quando observadores percecionam o sofrimento de uma vítima inocente principalmente porque, para além de suscitar uma ameaça, esta perceção precipita a defesa da crença no mundo justo.

De facto, para um indivíduo cuja crença no mundo é elevada, o confronto com o sofrimento de uma vítima inocente torna-se desconfortante não só por implicar o sofrimento de alguém que nada fez para o merecer, como também, pela sensação de que uma situação injusta na qual o mesmo não tenha qualquer culpa, lhe possa trazer qualquer sofrimento (e.g. Correia et al., 2011; Ryan, 1971).

Este desconforto traz aos sujeitos de forma automática, reações de defesa que lhes permite continuar a dar sentido à sua vida com coesão, criando o raciocínio de que todos os seus árduos esforços e investimentos em objetivos a longo-prazo serão posteriormente recompensados (Hafer, 2000a). Na tentativa de restabelecer justiça e ordem, os observadores, na presença de uma vítima inocente e com uma forte crença no mundo justo, tendem a justificar a ocorrência do acontecimento sofrido pela vítima, ou seja, estes sujeitos são levados

a recorrer a mais estratégias de vitimização secundária. No seguimento deste pressuposto, quando uma vítima é vista como não inocente, portanto, responsável pelo seu destino, as reações e mecanismos automáticos dos observadores com elevada crença no mundo justo, poderão também aumentar. Nestas situações, os observadores optam por atribuir responsabilidade à vítima pela situação infeliz que vivência.

Ora ao considerarem que a vítima não inocente tem algum controlo para modificar a situação em que se encontra e, que por esse motivo se torna merecedora do seu destino, remete-nos novamente para a consonância entre estas perceções e a crença no mundo justo que não deverão promover estratégias de vitimização secundária. Contudo, existe também a possibilidade de os observadores, perante a necessidade de fortalecer a crença no mundo justo, recorrerem a mais estratégias de vitimização, sejam elas de que tipo forem, quando observam vítimas responsáveis pelo seu sofrimento (Lerner, 1965).

Até então, a literatura tem colocado o seu foco nas perspetivas de justiça adjacentes a populações com elevado desvio ou delinquentes (e.g. Dalbert & Filke, 2007; Otto & Dalbert, 2005) e escolar (e.g. Dzuka & Dalbert, 2007). Mesmo quando estas duas populações são contestadas no mesmo estudo, são as características de personalidade ou os objetivos pessoais a alcançar que são tidos em conta e não a vitimização secundária (e.g. Matsinhe, 2011).

Contudo, percebeu-se que vitimização secundária pode agir como desaprovação social, desencorajando a vítima a denunciar a situação vivida o que, paralelamente, destabiliza o seu bem-estar psicológico. Isto parece ser particularmente verdadeiro em casos de agressão, tais como violação (cit. por Krahe, 1988, Walker, Archer, & Davies, 2005). Este estudo vem, ainda, reforçar a ideia de que a vitimização secundária também está presente em casos de leve agressão.

Mendonça e colegas (2016), observaram a existência de uma interação entre a percepção inocência da vítima, o comportamento desviante e a crença no mundo justo no recurso a estratégias de vitimização secundária. Assim, percebe-se que a vitimização secundária se torne mais evidente com o aumento dos comportamentos desviantes em jovens com uma elevada crença no mundo justo, quando confrontados com uma vítima inocente. Por sua vez, esta percepção de que o sofrimento dessas vítimas é injusto, traz uma ameaça ao mundo justo, um desconforto, ativando um mecanismo que guia os observadores à utilização de estratégias como o evitamento, a responsabilização ou a culpabilização dessas mesmas vítimas que, para além de se tornarem merecedoras do seu sofrimento, vem-no minimizado. Além disso, quando os adolescentes se depararam com uma história onde a vítima é não inocente, a vitimização secundária surge apenas entre os adolescentes que continham uma

elevada crença no mundo justo e maior desvio comportamental. Nesta investigação os resultados foram ao encontro da crença no mundo justo e complementam aqueles encontrados na condição de vítima inocente, reforçando que, apenas uma vítima inocente cujo sofrimento é injusto, desencadeia a incidência em estratégias de vitimização secundária.

Confirma-se que, diante de uma vítima que é parcialmente responsável pelo seu destino, os adolescentes com menor nível de delinquência só se envolvem em estratégias de vitimização se a sua crença no mundo justo for elevada. Através da análise desses dois tipos de vítimas, pode-se concluir que, não só, a CMJ é vista como a variável que melhor explica sistematicamente a vitimização secundária entre os adolescentes, mas principalmente quando a vítima é percebida como inocente que os jovens com maior delinquência e CMJ sentem-se mais desconfortáveis pela ameaça que isto acarreta para o seu mundo onde todos, positiva e negativamente, merecem aquilo que lhes acontece. Posto isto, e ainda de forma exploratória, com o objetivo de tornar mais consistente a análise das variáveis em estudo, sugere-se como terceira hipótese:

H3: Jovens com mais comportamentos desviantes, em condição de vítima inocente e com uma elevada crença no mundo justo vitimizam significativamente mais do que os jovens com menos comportamentos desviantes.

O impacto da inocência da vítima na crença no mundo justo, em jovens com menos ou mais comportamentos desviantes, tal como a alternativa à utilização que os mesmos fazem a estratégias de vitimização secundária são, ainda, relações que iremos ter em conta durante a análise dos resultados obtidos. Para tal utilizamos um cenário de vitimização que revela a história de um crime de roubo entre adolescentes onde um seria punido com uma pena de prisão que poderia alargar entre os três e os quinze anos – de acordo com o art.210º nº2 do Código Penal Português.

Colocadas estas três hipóteses exploratórias, que serão de todo úteis para uma melhor compreensão da relação entre o desvio em adolescentes, a perceção das diferentes vítimas e a crença do mundo justo no recurso a estratégias de vitimização secundária, centrar-nos-emos agora no objetivo fulcral deste estudo que se prende, como já anteriormente referido, com a mediação da empatia cognitiva na relação entre a crença no mundo justo, a condição da vítima e o comportamento desviante na vitimização secundária.

O estudo da empatia tem reemergido como um tema de interesse na investigação científica (Zahn-Waxler & Radke-Yarrow, 1990), uma vez que a empatia nos permite, de forma rápida e automática, relacionarmo-nos com os estados emocionais dos outros, sendo

assim, fulcral, para a regulação das interações sociais (Wall, 2008). Numa perspectiva social, a empatia é considerada uma condição estruturante do ser humano por facultar a potencialidade para pensar e elaborar um apoio social ou afetivo ao outro (Formiga, 2012). As habilidades sociais têm um papel fulcral no desenvolvimento dos indivíduos e o seu défice pode levar à emergência de diversos problemas psicológicos tais como depressão, esquizofrenia, problemas de comportamento, delinquência e sociopatias em geral (Pavarino, Del Prette, & Del Prette, 2005).

Estudos anteriores demonstraram que a empatia é uma competência essencial para reduzir a culpa da vítima (e.g. Stel, Van den Bos, & Bal, 2012). Existe ainda outra investigação que aponta na mesma direção, sugerindo que o aumento da semelhança com a vítima, ou uma maior empatia para com a mesma, inibe os comportamentos de vitimização (Mendonça et. al, 2016).

Por exemplo, aspetos positivos do temperamento, como uma baixa reatividade e elevada capacidade de auto-regulação, tendem a estar associados a comportamentos pró-sociais. Pelo contrário, manifestações de agressividade têm sido relacionadas com défices na empatia e com comportamentos anti-sociais na adolescência (Pavarino, Del Prette, Del Prette, 2005a).

A redução da agressividade é outro fator a que a empatia aparece associada (Davis, 1983; Pavarino et al., 2005). No processo de redução da agressividade, Davis (1983) revela que na base, um dos processos de atuação presente é: (a) um que remete para a componente cognitiva agindo através da capacidade de “se colocar no lugar do outro”, contribuindo para que melhor se compreenda e tolere as posições dos outros, o que dará menos espaço à agressividade. Assim, a empatia aparece também estar ligada à promoção de comportamentos positivos, tais como o comportamento de ajuda e a prevenção ou redução dos comportamentos anti-sociais, incluindo agressão e delinquência (Wied et al., 2010).

Como referido anteriormente e, conforme o nosso conhecimento, não existem dados específicos neste âmbito tornando, portanto, vantajosa a realização desta análise. Através do conhecimento que a literatura nos proporciona, faz sentido assumir que a Tomada de Perspetiva, como dimensão do comportamento empático, poderá funcionar como um comportamento quase automático que, de certa forma, interceda a relação existente entre o comportamento desviante, a crença no mundo justo, a condição da vítima e a vitimização secundária, provocando nos jovens uma “olhar sobre o outro” que mesmo ao ameaçar a sua crença num mundo onde a justiça impera, independentemente do seu grau de desvio, e por este motivo diminui a recorrência a mais estratégias de vitimização.

Já tendo sido proposta anteriormente por outros autores (e.g. Medonça et al., 2016; Correia et al., 2012; Van den Bos et al., 2015) a empatia é um construto que poderá estar intrinsecamente relacionado com a defesa do mundo justo e, consequentemente, com as estratégias de vitimização. A literatura, tem já demonstrado que a competência empática está alicerçada a diversos tipos de comportamentos menos aceitáveis “aos olhos” da sociedade. O comportamento pró-social é um dos comportamentos afetados quando os jovens não revelam competências empáticas suficientes que lhes permitam “calçar os sapatos de outrem” e vivenciarem os seus problemas, pensamentos e sofrimento.

Na verdade, e como se foi observando ao longo do enquadramento teórico, é nos adolescentes que a empatia floresce para o meio social, onde tudo é novo e percecionado de forma mais complexa. Aqui a perceção que temos do outro, e o outro de nós, passa a assumir um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos. Também se sabe que nesta fase os jovens começam a optar por tirar as suas próprias conclusões e a agir e reagir de uma forma mais aceitável perante as normas e o princípio de justiça (Kohlberg; 1958).

O contrario também se pode constatar, quando existem jovens que durante o seu desenvolvimento, se vão dotando de diversas estratégias de defesa à ameaça que o que o rodeia poderá trazer para o seu mundo, que o mesmo prefere percecionar como um lugar onde a justiça é distribuída por quem a merece vivenciar. Aqui mesmo quando a empatia faz parte do funcionamento cognitivo do jovem, iremos explorar se, na existência da mesma, os jovens se mantêm fieis ao seu mundo coeso e impenetrável.

Posto isto, concluímos com a seguinte questão: Será que estes jovens com mais ou menos desvio, quando se revelam empáticos face à situação vivida pela vítima, estão dispostos a colocar ao largo a ameaça que esta perceção representa ao seu mundo justo, diminuindo a incidência em estratégias como a minimização, o evitamento, a culpabilização e a responsabilização da vítima e do sofrimento da mesma?

H4: A empatia cognitiva medeia a relação da crença no mundo justo, do comportamento desviante, e da condição da vítima, na utilização de estratégias de vitimização secundária.

Método

1. Amostra

Da amostra inicial, constituída por 292 participantes, foram retirados 25 questionários por conterem *outliers* – que se prendem com os valores, obtido nas respostas dadas pelos participantes, demasiado elevados ou demasiado baixos quando comparados com os restantes valores observados, o que reduz a consistência dos valores recolhidos - e *straight line* responses – que se caracterizam pelas respostas a uma ou mais escalas onde o participante se coloca sistematicamente no mesmo ponto da escala independentemente do valor ser baixo ou elevado. Com isto obteve-se um total de 267 questionários. Mais tarde foram retirados 18 questionários por um motivo que posteriormente será explanado. Perante estas alterações, a amostra em estudo, passou a ser constituída por 249 participantes, 124 do sexo masculino e 125 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos de idade ($M=15,86$, $DP=1,81$) (Tabela 1).

| | | Masculino | Feminino | Total |
|-------|----|-----------|----------|-------|
| Idade | 13 | 14 | 19 | 33 |
| | 14 | 12 | 18 | 30 |
| | 15 | 25 | 22 | 47 |
| | 16 | 20 | 18 | 38 |
| | 17 | 29 | 20 | 49 |
| | 18 | 18 | 17 | 35 |
| | 19 | 6 | 10 | 16 |
| | 20 | 0 | 1 | 1 |
| Total | | 124 | 125 | 249 |

Tabela 1. Distribuição dos Participantes por Idade e Género

Os participantes eram integrantes de duas escolas diferentes. Na primeira Escola, situada no Algarve, foram aplicados questionários aos 8º e 9º anos, já a segunda Escola compreendia os participantes dos 10º, 11º e 12º anos (Escola numa região da Grande Lisboa).

Os participantes obtidos em ambas as escolas, distribuíram-se da seguinte forma: 58 alunos integravam três turmas do 8º ano, 27 alunos duas turmas do 9º ano, 77 alunos integrantes de 4 turmas do 10º ano, uma turma constituída por 22 alunos do 11º ano e quatro turmas do 12º ano com o total de 65 alunos (Tabela 2).

| | | Frequência | Porcentagem |
|--------|---------|------------|-------------|
| Válido | 8º ano | 58 | 23,3 |
| | 9º ano | 27 | 10,8 |
| | 10º ano | 77 | 30,9 |
| | 11º ano | 22 | 8,8 |
| | 12º ano | 65 | 26,1 |
| | Total | 249 | 100,0 |

Tabela 2. Distribuição dos participantes por ano de escolaridade

Dos 249 participantes, constituintes da amostra em estudo, 67 já reprovaram de ano. Mais especificamente, 43 participantes reprovaram de ano uma vez, por duas vezes reprovaram 21 e por três ou mais vezes, reprovaram 5 participantes. Também foi possível observar que o 10º ano (N=22) foi o ano de escolaridade onde a reprovação foi mais frequente. Da amostra recolhida 52 alunos já haviam sido alvo de processos disciplinares; 20 foram alvo de processo disciplinas uma vez, 15 duas vezes e 15 três ou mais vezes. Também 15 participantes desta amostra, revelaram já ter tido problemas com a polícia.

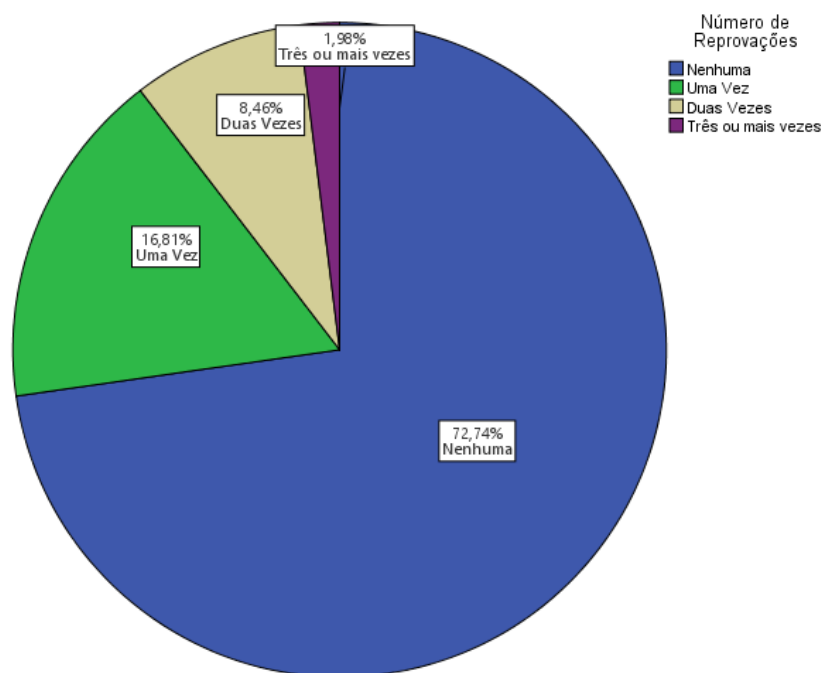


Figura 1. Distribuição, em percentagem, dos participantes pelo número de reprovações.

2. Desenho Experimental

Este estudo é experimental, com um desenho 2 (Inocência da Vítima: vítima inocente; vítima não inocente) x 2 (Comportamento Desviante: mais; menos) x 2 (Crença no Mundo Justo: alta; baixa) x 1 (Empatia Cognitiva), onde a primeira variável é manipulada e as

restantes de medição, á exceção da última que, apesar de medida, funcionará como variável mediadora.

3. Instrumentos

3.1. Notícia Fictícia

Tal como observado em estudos anteriores (e.g. Aguiar et al., 2008; Correia & Vala, 2003; Sebby & Johnston, 2012; Mendonça et al. 2016) e para que fosse possível realizar a manipulação da percepção de inocência, foram utilizadas, com base numa já pré-testada notícia fictícia (Mendonça et al., 2016), duas histórias com duas condições (vítima inocente; vítima não inocente) onde ambas retratavam um cenário de vitimização.

No estudo de Mendonça e colegas (2014), foi realizado um pré-teste, em jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos (vítima inocente N=28; vítima não inocente N=26), onde os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois cenários hipotéticos. Neste sentido, confirmou-se que a manipulação foi, bem sucedida, e que os participantes compreenderam a vítima inocente como mais inocente e menos inocente a vítima não inocente.

À semelhança desta investigação, no nosso estudo, os participantes foram informados de que lhes seria apresentada uma notícia de um jornal que relatava um assalto. De seguida, de maneira a manter o anonimato da pessoa que havia sofrido o assalto, alertamos os participantes para o facto do nome e sexo da mesma terem sido apagados, passando a ser referida como X. Após este esclarecimento, os participantes liam a notícia.

O início de ambas as versões apresentadas aos leitores informa que: “*X tem 15 anos e sofreu ontem um assalto quando regressava a casa.*”. Posto o objetivo de manipular a percepção de inocência da vítima, a versão que induzia a inocência, seguia-se com a frase “*A caminho da paragem de autocarro, X deu um encontrão sem querer noutro jovem aproximadamente da sua idade que se cruzou com ele na rua.*”. Já a versão que pretendia incitar a percepção de uma vítima não inocente, apresentava a mesma frase diferindo unicamente na intenção do encontrão dado pelo jovem que, nesta condição, deu “*de propósito*” o encontrão. A notícia prosseguia com uma frase igual em ambas as versões: “*O outro jovem não gostou e empurrou X para um canto, ameaçou-o com uma faca e pediu-lhe a carteira e o telemóvel com violência.*”. De modo a reforçar a manipulação, as duas versões voltam a diferir, relativamente à resistência de X ao assaltante (e.g. Yescavage, 1999), pelo que na versão da vítima inocente podia ler-se “*X não resistiu ao assaltante e deu-lhe logo todas as suas coisas.*”, enquanto na versão de vítima não inocente se lia “*X resistiu ao*

assaltante e recusou-se a dar-lhe as suas coisas”. A descrição que se segue é igual em ambas as condições “*O assaltante ficou irritado e esfaqueou X duas vezes na barriga de forma profunda, pegou na carteira e no telemóvel de X e fugiu*” bem como as consequências do assalto para a vida da vítima “*Os golpes foram graves e X terá problemas no futuro.*”. Para terminar a notícia, o destino do jovem assaltante é manipulado (e.g. Kleinke & Meyer, 1990) de forma a acentuar as diferenças na inocência da vítima. Assim, a condição que retrata a vítima inocente informa que “*Até à data, o assaltante não foi apanhado.*”, criando uma maior perceção de impunidade do agressor e por conseguinte maior inocência do jovem vitimizado. Já a versão de não inocência da vítima informa que “*O jovem assaltante foi apanhado hoje e enfrenta uma medida pesada.*”, reforçando a ideia de que a justiça foi parcialmente restaurada e, portanto, a perceção de inocência do ofendido é menor

As condições da história foram distribuídas de forma aleatória entre os participantes do presente estudo (vítima inocente N=123; vítima não inocente N=126).

3.2. Escala de Crença no Mundo Justo Geral

Apesar desta variável não estar sujeita a manipulação, a CMJ é considerada uma variável medida tendo sido utilizada como uma variável independente. A escala da CMJ foi desenvolvida por Dalbert, Montada & Schmitt (1987) e traduzida para português por Correia (2001), sendo composta por 6 itens, que são avaliados numa escala tipo-*Likert* que varia entre 1 -*discordo completamente*- e 6 -*concordo completamente*. Alguns itens como exemplo são: “*Basicamente, o mundo em que vivemos é justo*” e “*De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece.*”. Para evitar que os participantes percebam que se trata do tema “justiça”, e também à semelhança do observado no artigo de Mendonça e colegas (2016), foram utilizados nesta mesma escala 6 itens distratores neutros. Exemplos destes itens são “*A amizade é uma parte importante da vida.*”, “*O objetivo da vida é sermos felizes*” e “*As pessoas devem ajudar aqueles que mais necessitam.*”

Transversalmente a uma análise às qualidades psicométricas da Escala de Crença no Mundo Justo Geral (M=3.37, DP=0.75) observámos, no presente estudo, que o alfa de Cronbach assume um valor de 0.62 revelando, assim, um nível de consistência interna aceitável. Para que fosse possível responder às hipóteses propostas neste estudo, a escala de crença no mundo justo geral foi operacionalizada através da divisão pela mediana (Md=3.33) com o objetivo de criar dois grupos distintos onde um seria constituído pelos jovens que pontuavam acima da mediana resultando numa alta crença no mundo justo (N=137) e o outro,

pelos jovens com baixa crença no mundo justo cuja pontuação se situava abaixo da mediana (N=112).

3.3. Escala de Comportamentos Desviantes

Esta escala foi, originalmente, desenvolvida por Gouveia-Pereira e Carita (2005). Mais tarde, Sanches, Gouveia-Pereira, Gomes e Roncon (2014), adaptaram-na, tornando-se composta por 19 itens, referentes a diferentes comportamentos, com diferentes graus de gravidade. Estes últimos, pretendiam abranger a presença de condutas desviantes nos jovens, avaliados num estilo de resposta de dois pontos (0. *Não*; 1. *Sim*). Nesta escala, o participante deveria responder se participou ou se não participou, durante o último ano, em cada um dos diferentes tipos de comportamentos desviantes. Exemplos de itens são “*Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem?*” e “*Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício?*”.

Esta escala é operacionalizada através do somatório dos 19 itens, obtendo-se um valor global entre 0 (i.e. não praticou, no último ano, nenhum dos comportamentos referidos neste questionário) e 19 (i.e. praticou todos os comportamentos apresentados na Escala de Comportamentos Desviantes, durante o último ano).

No presente estudo, a análise às qualidades psicométricas da Escala de Comportamentos Desviantes (M=3.18, DP=2.968) revelou uma boa consistência interna ($\alpha = 0.81$). Esta escala foi, também, dividida através da sua mediana (Md=2.00), colocando os jovens que pontuavam abaixo deste valor, no grupo com menos comportamentos desviantes (N=134), contrariamente aos jovens que pontuaram acima deste valor (N=115), colocando-os no grupo com mais comportamentos desviantes.

3.4. Índice de Reatividade Interpessoal - IRI

O Índice de Reatividade Interpessoal - IRI (Davis, 1980, 1983), foi desenvolvido com o intuito de avaliar a perceção que os sujeitos têm sobre a sua capacidade empática. O IRI é um instrumento constituído por 24 itens e encontra-se dividido em quatro subescalas: Desconforto Pessoal (avalia o nível de ansiedade pessoal resultante de uma relação interpessoal), Fantasia (avalia a capacidade do próprio de colocar-se no contexto do outro ou de personagens fictícios), Preocupação Empática (avalia a capacidade de preocupar-se e demonstrar compaixão pelo outro diante de uma experiência negativa) e Tomada de Perspetiva (avalia a frequência com a qual o próprio assume espontaneamente o ponto de vista de outras pessoas) (Limpo, Alves & Castro, 2010).

Estas quatro subescalas, refletem os dois domínios da empatia, sendo que a Tomada de Perspetiva corresponde à empatia cognitiva e a Preocupação Empática, a Fantasia e o Desconforto Pessoal remetem para empatia emocional. No presente estudo, e para os objetivos e hipóteses em questão, utilizamos somente a dimensão da Tomada de Perspetiva constituída por 6 itens. Durante a aplicação do IRI foi pedido aos participantes que indicassem em que medida as afirmações se aplicavam a si próprios, usando uma escala de cinco pontos (tipo *Likert*). Este instrumento foi traduzido e adaptado para a população portuguesa por Limpo, Alves e Castro (2010), em estudantes universitários onde foi possível observar características psicométricas semelhantes à versão original (alfa de Cronbach = 0.82), e onde a subescala referente à Tomada de Perspetiva (empatia cognitiva) revelou um alfa de Cronbach = 0.74 (Limpo et. al., 2010).

Também no nosso estudo, e transversalmente a uma análise às qualidades psicométricas da dimensão referente à empatia cognitiva ($M=2.41$, $DP=0.77$) observamos que o alfa de Cronbach assumiu um valor de $\alpha = 0.74$ concedendo-lhe, assim, um nível de consistência interna significativo e relativamente elevado. Aqui, a Tomada de Perspetiva, foi operacionalizada através da divisão pela mediana ($Md=2.50$) com o objetivo de criar dois grupos distintos onde um seria constituído pelos jovens que pontuavam acima da mediana, revelando mais empatia cognitiva ($N=115$) e o outro, pelos jovens que revelavam menor empatia, cuja pontuação se situava abaixo da mediana ($N=134$). Este fator poderá revelar o seu impacto e influência, através das análises univariadas e das regressões lineares que, adiante, aprofundaremos.

Tendo em conta que Lerner (1965) define a CMJ como uma estratégia cognitiva, pareceu-nos pertinente utilizar apenas a dimensão que avalia a vertente cognitiva da empatia para, com isto, compreendermos os mecanismos que ambas mobilizam nos participantes.

3.5.As Variáveis Dependentes

3.5.1. Relevância Situacional

A relevância situacional atribuída, ou não, pelo observador quando perceciona qualquer das histórias de vitimização, foi medida através da posição de concordância com a frase “*Uma situação semelhante à de X pode acontecer-me a mim pessoalmente*”. Este item foi medido através de uma escala de 1 (*discordo totalmente*) a 7 (*concordo totalmente*) onde, quanto mais elevado fosse o valor da resposta obtida, maior seria a relevância pessoal, portanto menor o distanciamento, para quem lê a história (Mendonça, 2014).

3.5.2. Identificação à Vítima

À semelhança de Mendonça e colegas (2016), a identificação do leitor para com a vítima, foi medida através do grau de concordância com a frase “*X e eu somos parecidos*”, numa escala de 1 (*discordo totalmente*) a 7 (*concordo totalmente*). Quanto mais baixo o valor de resposta ao item se revelasse, maior seria o distanciamento e menor a identificação à vítima.

3.5.3. Vitimização Secundária

O facto, é que a literatura tem encontrado diversas formas de vitimização. Neste estudo, centrámo-nos na vitimização que ocorre através das questões da moralidade, ou seja, intrínsecas ao observador (i.e. a atribuição de justiça, o merecimento, a responsabilidade e culpabilização e a minimização e evitamento do sofrimento da vítima que se observa). Medimos a vitimização secundária através de seis itens semelhantes aos utilizados por Correia e colegas (2001) e por Mendonça e colegas (2016). Estes seis itens, pretendiam avaliar seis dimensões referentes a estratégias de vitimização secundária, sendo elas:

Perceção de justiça: Onde, o julgamento de justiça sobre a situação vivida pela vítima, foi medido através da resposta à questão “*O que achas da situação em que X se encontra?*”, numa escala de 1 (*completamente injusta*) a 7 (*completamente justa*);

Merecimento da vítima: A perceção dos jovens face ao merecimento da vítima foi medida através da frase “*X mereceu o que lhe aconteceu*”, numa escala de 1 (*discordo completamente*) a 7 (*concordo completamente*);

Responsabilização da vítima: Foi medida através da concordância com as questões “*X é responsável pelo assalto*” e “*X é culpado pelo assalto*”, numa escala de 1 (*discordo completamente*) a 7 (*concordo completamente*).

Evitamento da Situação: A avaliação do evitamento da situação foi medida através da concordância com a questão “*Se conhecesse X estarias disposto a conversar com ele?*”, numa escala de 1 (*discordo completamente*) a 7 (*concordo completamente*).

Minimização do sofrimento da vítima: A avaliação do sofrimento da vítima foi medida através da questão “*X continua a sofrer com as consequências do assalto*”, numa escala de 1 (*discordo completamente*) a 7 (*concordo completamente*). O item inerente a esta variável encontra-se formulado no sentido oposto dos restantes, pelo que pontuações mais baixas (maior discordância com a presença de sofrimento) refletem maior minimização do sofrimento, logo, maior vitimização secundária, recorrendo-se, portanto, á inversão deste mesmo item.

Primeiramente visionamos criar um índice onde iríamos agrupar todas as dimensões que avaliam as diferentes estratégias de vitimização secundária, sendo elas, a percepção de justiça, o merecimento, a responsabilização e culpabilização, o evitamento da vítima e a minimização do sofrimento da vítima, onde cada uma destas seria composta por um item. Já através do estudo desenvolvido por Mendonça e colegas (2016), compreendeu-se que, a utilização destas estratégias de vitimização secundária pelos jovens, não são mutuamente exclusivas, mas sim cumulativas revelando que todas trabalham em conjunto e no mesmo sentido.

Através de uma análise às qualidades psicométricas dos itens da Escala da Vitimização Secundária ($M=2.82$, $DP=1.35$) observámos que assumiu um valor de alfa de Cronbach $\alpha = 0.69$, que lhe concede um nível de consistência interna aceitável para as ciências sociais (e.g. $\alpha=0.60$) (DeVellis, 1991 cit. in Maroco & Garcia-Marques, 2006). No entanto, foi possível observar que ao retirar o item inerente á dimensão que avalia a estratégia do evitamento da vítima, a consistência interna aumentava consideravelmente ($\alpha=0.85$) atribuindo ao conjunto das restantes dimensões uma maior fiabilidade para as ciências sociais, tal como sugerido por Nunnally (1978) (cit. in Maroco & Garcia-Marques, 2006). Desta forma, optamos por retirar este item, passando o Índice de Vitimização Secundária a ser constituído pelos itens que avaliam a percepção de justiça, o merecimento da vítima, a responsabilização e a culpabilização da mesma e a minimização do seu sofrimento.

No final do instrumento, consta uma pergunta que permite complementar a manipulação da inocência da vítima: “*Para percebermos a capacidade de memorização desta notícia gostaríamos de saber, de acordo com o que leste (e sem voltar atrás), se X empurrou o outro jovem:*” sendo as hipóteses “*Sem querer*” e “*De propósito*”.

4. Procedimento

Por se tratar de uma recolha de dados em contexto escolar, este projeto foi primeiramente proposto à direção de duas escolas distintas. Nestas, foram contactados pessoalmente os respetivos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino seleccionados, que prontamente se dispuseram a colaborar após a apresentação do estudo e dos objetivos e ele inerentes, como também, a metodologia que seria utilizada para a realização do mesmo.

Posteriormente, foram realizadas e distribuídas autorizações para os encarregados de educação dos jovens menores de 18 anos, onde se descreviam brevemente os objetivos do

estudo e a duração do questionário, assegurando ainda o anonimato de cada participante e a total confidencialidade dos dados recolhidos.

Depois de confirmadas as autorizações, deu-se início à recolha de dados. Em ambos os estabelecimentos de ensino, a recolha de dados foi feita em contexto de sala de aula, no início da aula, dispensada pelos professores. Antes da distribuição dos questionários, foi feito um breve enquadramento do propósito do estudo e dos seus objetivos, reforçando-se sempre o carácter anónimo e confidencial do questionário dada a natureza mais pessoal de algumas questões. Assim, os jovens foram certificados de que não seriam identificados e que poderiam responder com a maior sinceridade, lembrando-os de que não se tratava de responder certo ou errado pois o estudo apenas pretendia conhecer a sua opinião enquanto adolescentes. Seguidamente foram dadas as instruções necessárias à realização da tarefa e, uma vez esclarecidas todas as dúvidas, deu-se início ao preenchimento do questionário.

O questionário é composto por uma folha de rosto com a apresentação do estudo e alguns dados sócio-demográficos. Com o falso propósito de realizar a validação de três escalas para a população portuguesa, seguiam-se a Escala de Crença no Mundo Justo Geral, a Escala Índice de Reatividade Interpessoal (IRI) e a Escala de Comportamentos Desviantes. Depois os participantes liam a notícia de vitimização utilizada com base em Mendonça et al. (2016) e finalmente surgiam as questões relacionadas com as variáveis dependentes. Após terminados e recolhidos todos os questionários, os participantes foram novamente esclarecidos caso existissem perguntas acerca do estudo. Por fim, surgiram os agradecimentos face à colaboração por parte dos alunos.

Resultados

Antes de responder às hipóteses anteriormente propostas, fomos testar algumas análises preliminares.

1. O Controlo da Manipulação

O controlo da manipulação foi verificado, através da seguinte questão: “*Para percebermos a capacidade de memorização desta notícia gostaríamos de saber, de acordo com o que leste (e sem voltar atrás), se X:...*”. O objetivo seria, os participantes que leram a história onde a vítima era inocente, assinalarem a opção “*Sem querer*” e os participantes na condição de vítima não inocente na opção “*De propósito*”. Dos participantes constituintes da amostra, dezoito assinalaram a opção errada, fazendo isto com que fossem retirados da mesma, gerando um total de 249 participantes.

Percebeu-se a inocência da vítima, através das respostas obtidas nas questões: “*X podia ter evitado o que lhe aconteceu*” (e.g. Correia & Vala, 2003; Correia, et al, 2001; Correia et al., 2012; Mendonça et al. 2016) e “*X é inocente relativamente ao que lhe aconteceu*”. Para cada uma destas variáveis, foi realizado um teste *t-student* para duas amostras independentes (Condição de inocência: vítima inocente; vítima não inocente) onde, os dois cenários apresentados relativamente ao evitamento da situação ($t_{(247)} = -10.935$; $p < 0.001$) e à inocência da vítima ($t_{(247)} = 5.443$; $p < 0.001$) obtiveram diferenças estatisticamente significativas.

Através dos resultados obtidos, foi possível verificar que os participantes perceberam o jovem X, que dá um encontrão “*sem querer*”, como menos capaz de evitar o assalto do qual foi vítima ($M = 3.28$, $DP = 2.27$) e mais inocente relativamente ao mesmo ($M = 5.27$; $DP = 2.28$) comparativamente ao jovem X que dá, “*de propósito*”, um encontrão, sendo considerado menos inocente ($M = 3.80$; $DP = 1.96$) e mais capaz de evitar a situação ($M = 5.94$, $DP = 1.49$).

2. A Escala dos Comportamentos Desviantes

De forma a analisar a distribuição dos comportamentos desviantes, segundo o género dos participantes, foi realizado o teste *t-student* para duas amostras independentes. Obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas entre os comportamentos desviantes dos jovens do sexo feminino e masculino ($t_{(247)} = 3.704$; $p < 0.007$) permitindo afirmar que os jovens do

sexo masculino (N=124; M=3.87, DP=3.26) apresentam, em média mais comportamentos desviantes do que os jovens do sexo feminino (N=125; M=2.51, DP=2.47), facto este que já tem sido encontrado na literatura (e.g. Gottfredson & Hirschi, 1990).

Para compreender a influência do insucesso escolar -medido através da existência ou não de retenções e de processos disciplinares -na presença de comportamentos desviantes realizámos, novamente um teste *t-student* para duas amostras independentes. Obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas ($t(247)=4.356$; $p<0.001$) entre os jovens que afirmavam já ter reprovado de ano (N=67) e aqueles que nunca tinham reprovado (N=182). De facto, os jovens que já tinham reprovado de ano apresentavam, em média, significativamente mais comportamentos desviantes (M=4.49; DP=3.92) do que aqueles que nunca tinham reprovado (M=2.71; DP=2.36). Isto indicando que, a presença de reprovações escolares está fortemente relacionada com um maior desvio dos adolescentes. Mais ainda, ao observarmos o número de retenções dos jovens, verificámos que a média de comportamentos desviantes destes jovens aumenta, com o aumento do seu número de retenções. Jovens que afirmaram ter reprovado uma vez (N=43) apresentam uma média de 3.88 (DP=3.36) comportamentos desviantes; esta média aumenta para 4.85 (DP=4.29) quando observámos os jovens com duas reprovações (N=21) e para 7.80 (DP=5.35) em jovens com três ou mais reprovações (N=5). Verificou-se que, o aumento gradual do desvio ocorre em função do número de retenções escolares.

2.1. O Comportamento Desviante e a Relevância Situacional

A fim de responder à primeira hipótese proposta, para se determinar o impacto que o comportamento desviante tem na relevância situacional, do cenário apresentado ao observador, foi realizado um teste *t-student* para duas amostras independentes (Comportamento Desviante: mais vs. menos).

Foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de jovens ($t(247)=5.287$; $p<0.001$), permitindo afirmar que, em média, os jovens com menos comportamento desviante (M=4.44; DP=2.12) consideram mais provável vir a encontrar-se numa situação semelhante à da vítima, comparativamente aos jovens com mais comportamento desviante que se distanciam significativamente mais (M=3.20; DP=1.47) (Figura 2).

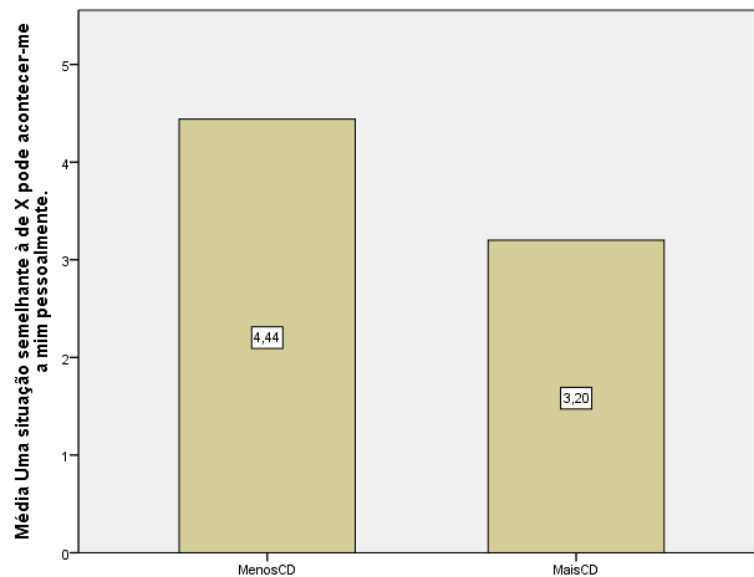


Figura 2. Média da Relevância Situacional segundo o Comportamento Desviante dos Participantes

2.2. A Condição da Vítima, o Comportamento Desviante e a Identificação à Vítima

De forma a responder à segunda hipótese proposta e verificar a influência tanto do comportamento desviante como da inocência da vítima, na identificação do observador à mesma, realizámos uma análise de variância univariada ANOVA 2 (Condição da Vítima: inocente; não inocente) x 2 (Comportamento desviante: menos/mais) para a variável dependente da Identificação à Vítima.

Não se obteve um efeito principal da condição da vítima ($F_{(1;245)}=0.001$; $p=0.981$) na identificação à vítima, contudo, foi possível observar um efeito principal do comportamento desviante ($F_{(1;245)}=5.456$; $p=0.020$) e um efeito de interação duplo entre a condição da vítima e o comportamento desviante ($F_{(1;245)}=104.663$; $p<0.001$).

Contrariamente ao que a literatura sugere, o efeito principal obtido neste estudo, demonstrou que, os comportamentos desviantes (mais vs. menos) na identificação à vítima, revelam que é no grupo de jovens com desvio comportamental que existe maior identificação, com o jovem vítima ($M=3.18$; $DP=0.13$), contrariamente aos jovens que apresentam menos desvio ($M=2.76$; $DP=0.12$).

Relativamente ao efeito de interação entre os comportamentos desviantes e a condição da vítima, na identificação do observador à mesma, foram realizadas comparações *post-hoc*

que nos permitiram determinar a significância dos contrastes a pares utilizando o procedimento de correção de Bonferroni.

Foi possível observar que, tal como expectável, são os jovens com mais comportamentos desviantes e na condição de vítima não inocente, que se identificam mais à vítima descrita na história ($M=4.10$; $DP=0.20$) comparativamente àqueles com menos comportamento desviante e na mesma condição de vítima ($M=1.83$; $DP=1.60$) sendo, este último grupo, o que apresenta menor identificação a vítima.

Indo ao encontro do que a literatura sugere, colocámos como segunda hipótese que os jovens com mais comportamentos desviantes e que foram expostos ao cenário de vítima inocente revelariam menor identificação à vítima descrita na história, comparativamente àqueles com menos comportamentos desviantes. Comprovou-se esta hipótese, tendo em conta que, é nos jovens com mais comportamentos desviantes, quando expostos ao cenário de vítima inocente, que se evidencia uma menor identificação à vítima descrita na história ($M=2.26$; $DP=0.17$; $p<0.001$) comparativamente àqueles com menos comportamentos desviantes ($M=3.68$; $DP=0.19$).

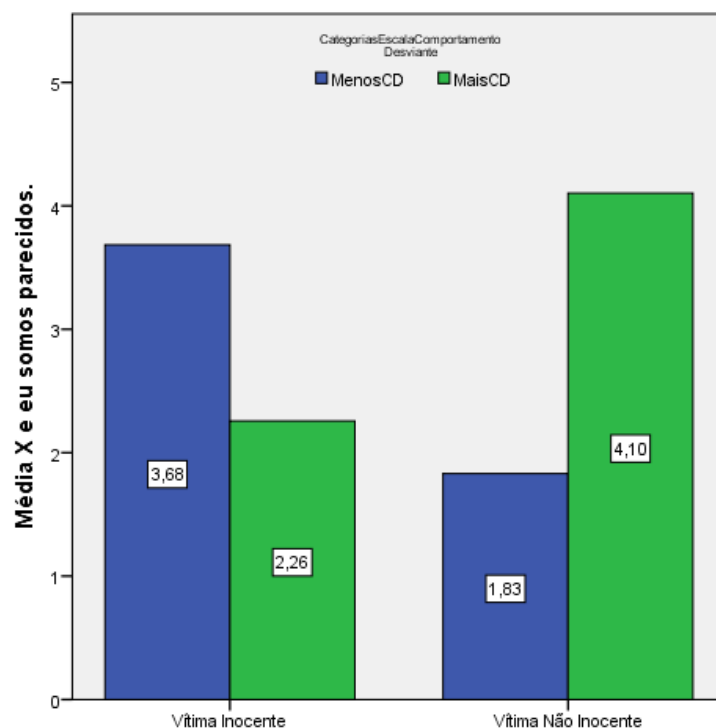


Figura 3. Média da Identificação à Vítima segundo o grau de desvio dos participantes (mais vs. menos) e a condição de inocência da vítima

3. A Vitimização Secundária

Como terceira hipótese propusemos que seriam os jovens com mais comportamentos desviantes, em condição de vítima inocente e com uma elevada crença no mundo justo que vitimizam significativamente mais, comparativamente aos jovens com menos comportamentos desviantes.

Posto isto, realizámos uma análise de variância univariada ANOVA: 2 (Inocência da vítima: inocente vs. não inocente) x 2 (Comportamento desviante: menos vs. mais) x 2 (Crença no mundo justo: alta vs. baixa) onde a variável dependente seria a Vitimização Secundária.

Observamos diferenças significativas em três efeitos principais: da condição de inocência ($F_{(1;241)}=211.221$; $p=0.001$), do comportamento desviante ($F_{(1;241)}=36.364$; $p<0.001$) e da crença no mundo justo ($F_{(1;241)}=50.883$; $p<0.001$); e em três efeitos de interação. Dois deles duplos; entre a inocência da vítima e a crença no mundo justo ($F_{(1;241)}=6.404$; $p=0.012$) e entre a inocência da vítima e o comportamento desviante ($F_{(1;241)}=8.455$; $p=0.004$) e um efeito de interação triplo, entre a percepção de inocência da vítima, o comportamento desviante e a crença no mundo justo ($F_{(1;241)}=4.713$; $p=0.031$).

No que diz respeito aos efeitos principais de cada uma das três variáveis, individualmente, na vitimização secundária, conseguimos observar que a vítima inocente é menos vitimizada secundariamente, pelos jovens ($M=2.03$; $DP=0.08$), do que a vítima não inocente ($M=3.66$; $DP=0.08$). Relativamente ao desvio, são os jovens que apresentam desvio comportamental que revelaram maior incidência em estratégias de vitimização secundária ($M=3.18$; $DP=0.08$) comparativamente aos jovens onde não se observou desvio comportamental ($M=2.51$; $DP=0.78$). Por fim, e indo ao encontro do que a literatura nos esclarece (e.g. Lerner, 1965), são os indivíduos com maior crença no mundo justo que recorrem significativamente mais a estratégias de vitimização ($M=3.25$; $DP=0.08$), comparativamente àqueles com uma baixa crença ($M=2.44$; $DP=0.08$), onde poderá estar presente uma menor necessidade de preservar esta última.

Com o objetivo de comprovar a nossa terceira hipótese proposta, recorremos a comparações *post-hoc*, para se perceber a significância dos contrastes existentes entre três variáveis (vítima inocente e não inocente; mais e menos comportamentos desviantes; elevada e baixa crença no mundo justo).

Foi possível confirmar esta hipótese ao observar que os jovens que leram o cenário de vítima inocente, com alta crença no mundo justo e desvio comportamental, revelaram maior

necessidade de recorrer a estratégias de vitimização secundária ($M=3.56$; $DP=0.16$) comparativamente àqueles que apresentaram menos desvio ($M=1.57$; $DP=0.15$). De facto, isto vem confirmar a nossa hipótese pois esta diferença de médias revelou-se altamente significativa ($p<.001$). É importante destacar que, em consonância com o observado e descrito na literatura, quando se verifica maior crença no mundo justo (Lerner, 1965) e mais comportamentos desviantes (Mendonça et al. 2016), existe sempre uma maior necessidade de defender a crença e, por isso, recorrer sistematicamente a diversas estratégias de vitimização. Aqui, também foi possível observar que o grupo de jovens na presença deste tipo de vítima, quando com uma elevada crença no mundo justo, e com mais comportamentos desviantes, vitimizam mais o jovem vítima ($M=3.56$; $DP=0.16$) ao contrário dos jovens com uma menor crença no mundo como lugar justo de reciprocidade e onde possamos depositar a nossa confiança ($M=1.49$; $DP=0.14$).

De acordo com o sugerido por Lerner (1965), concluímos que quando os sujeitos observam uma injustiça e tem alta crença no mundo justo, existe sempre vitimização secundária por parte dos observadores. Neste sentido, quem tem uma elevada crença vitimiza sempre mais tendo em conta que, quando uma vítima é responsável pelo seu sofrimento, ressalta a justiça do mundo onde todos os atos são recíprocos e onde tudo é justo e cada um tem aquilo que merece.

Afinal, o que motiva alguém a denegrir e culpabilizar uma vítima, reconhecida como inocente, ao invés de reagir com compaixão? Lerner e Simmons (1966), propuseram que estas reações negativas podem ser motivadas por uma preocupação com a justiça. No seu estudo, participantes a quem foi apresentado o sofrimento de uma vítima inocente compensavam a vítima quando lhes era efetivamente dada essa oportunidade. Nestas condições, podemos observar uma reação onde a injustiça era reconhecida e os participantes se sentiam motivados a reagir com compaixão e empatia. Em contrapartida, quando os jovens não tinham qualquer controlo ou forma de compensar a vítima, optavam sempre por derogá-la.

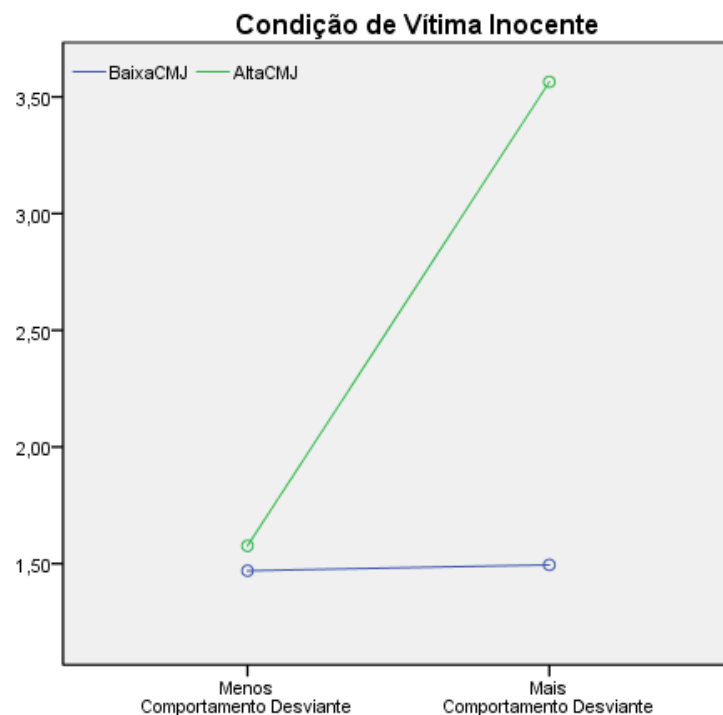


Figura 4. Média da utilização de estratégias de Vitimização Secundária segundo a história de inocência, o Comportamento Desviante e a Crença no Mundo Justo dos Participantes.

Não obstante, os resultados obtidos no grupo onde a vítima não é inocente, portanto, é culpada, responsável e merecedora do seu sofrimento, que é minimizado, colocando-a numa posição justa, merecem a nossa atenção. Foi aqui, que se verificou um padrão semelhante de vitimização ainda que mais agravado. Nesta condição foram, também, os jovens com elevada crença no mundo justo e mais comportamento desviante ($M=4.34$; $DP=0.17$) que vitimizaram significativamente mais, comparativamente aos jovens também com elevada crença no mundo justo, mas com menos desvio comportamental ($M=3.50$; $DP=0.12$; $p<.001$).

Verifica-se em paralelo que, neste grupo, os jovens que apresentam mais desvio comportamental, e baixa crença vitimizam relativamente menos a vítima ($M=3.33$; $DP=0.18$) comparativamente aos jovens onde o alto desvio se mantém, mas a crença no mundo justo é elevada ($M=4.34$; $DP=0.17$). Constatamos que este último grupo é o que apresenta uma maior incidência no que concerne a utilização de estratégias de vitimização secundária.

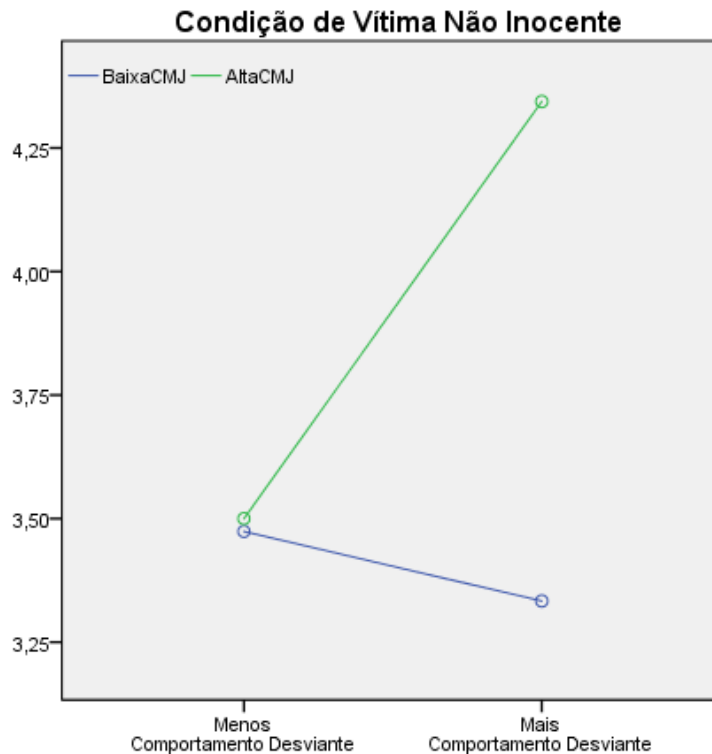


Figura 5. Média da utilização de estratégias de Vitimização Secundária segundo a história de não inocência, o Comportamento Desviante e a Crença no Mundo Justo dos Participantes.

Curiosamente, observamos que na amostra em estudo, é no grupo de jovens, com maior crença no mundo como um lugar justo e mais desvio comportamental, que na presença de vítima não inocente, se observa maior utilização de estratégias de vitimização secundária. É verdade que a literatura refere que, tendencialmente, a vítima inocente é sempre mais vitimizada secundariamente. Contudo, constatamos que os jovens com desvio, perante o sofrimento de uma vítima não inocente, quando acompanhados de uma elevada crença no mundo justo, munem-se de justificações para a justiça observada, que vem fortalecer a sua perceção de mundo como lugar onde a justiça impera e onde coisas más acontecem a pessoas más, afastando-se da sensação de proximidade com a situação e com a vítima percecionada,

Em linha com os resultados obtidos podemos supor que, os jovens que percecionaram a vítima que teve mais controlo na situação vivida, revelaram mais preocupação com a justiça, julgando mais a vítima precisamente pela justiça que vive, face aos seus atos. Com o objetivo de fortalecer a crença no mundo justo e manter a sua fidedignidade, supomos que este pressuposto seja plausível.

Conforme sugerido pela literatura, é também possível observar, independentemente de os jovens estarem ou não em presença de vítima inocente, são os que tem elevada crença no

mundo justo e que demonstram mais comportamentos desviantes que recorrem significativamente mais a estratégias de vitimização secundária (Mendonça et al., 2016).

Os valores relativos aos sujeitos que revelaram baixa crença no mundo justo, permitiram observar que, independentemente da vítima ser inocente ($p=0.646$) ou não inocente ($p=0.900$), jovens com mais ou menos comportamentos desviantes não parecem recorrer tanto a estratégias de vitimização secundária, já que as diferenças entre a vitimização e o comportamento desviante não diferem estatisticamente neste grupo.

4. Correlações

| | Vitimização Secundária | Crença no Mundo Justo | Comportamento Desviante | Empatia Cognitiva |
|-------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|
| Vitimização Secundária | - | | | |
| Crença no Mundo Justo | .249** | - | | |
| Comportamento Desviante | .129* | -.037 (n.s.) | - | |
| Empatia Cognitiva | -.414** | -.119 (n.s.) | -.308** | - |

* $p < .05$, ** $p < .01$.

n.s. – não significativo

Tabela 3. Correlação entre os factores Vitimização Secundária, Crença no Mundo Justo, Comportamento Desviante e Empatia Cognitiva.

Com o objetivo de testar a relação existente entre o comportamento desviante dos jovens, a crença no mundo justo, a empatia cognitiva e a vitimização secundária, recorreremos a uma análise bivariada de correlação de Pearson (Tabela 3). No presente estudo, a vitimização secundária correlacionou-se fraca, mas positivamente, com a crença no mundo justo, o que significa que quanto mais os jovens da nossa amostra recorrem a estratégias de vitimização secundária, mais a sua crença no mundo como lugar coeso e justo se evidencia. Além disso, a vitimização secundária correlacionou-se da mesma forma, fraca e positiva, com o desvio comportamental dos adolescentes, revelando que a incidência em estratégias de vitimização secundária está alicerçada a pontuações mais altas nos comportamentos desviantes dos jovens da nossa amostra. Observamos também que a vitimização secundária e a empatia cognitiva dos jovens, se correlacionam, mas aqui de forma moderada e negativa, sugerindo que quanto mais os sujeitos recorrem a estratégias de vitimização secundária, tendencialmente, níveis mais baixos de empatia cognitiva apresentam, e vice-versa.

Também foi possível observar que a empatia e o comportamento desviante dos jovens se correlacionam negativamente e, apesar da correlação fraca entre ambas, compreendeu-se, novamente, que os aumentos dos valores referentes ao desvio comportamental diminuem os valores da competência empática dos jovens, e vice-versa.

Relativamente à crença no mundo justo, observamos que os níveis desta não se revelaram significativos excluindo a possibilidade de existência de correlação entre a crença no mundo justo e o comportamento desviante, mas principalmente, entre a empatia cognitiva e a crença no mundo justo. Posto isto, e tendo em conta que faria somente sentido utilizar esta variável e perceber a mediação que existe quando colocamos a empatia entre a crença no mundo justo e a vitimização secundária, optámos por não utilizar a crença no mundo justo, por não revelar impacto na nossa variável mediadora, tão central para a quarta hipótese em estudo.

5. Análise da Mediação

Seguidamente vamos analisar o modelo de mediação central a este estudo, a fim de responder à quarta hipótese proposta – a empatia cognitiva medeia a relação entre a crença no mundo justo, o comportamento desviante, a condição da vítima e a vitimização secundária.

Nesse sentido, analisámos separadamente o efeito da empatia como variável mediadora em três modelos de mediação simples, entre cada uma das variáveis independentes na vitimização secundária. Confirmaram-se todos os pressupostos à realização das regressões lineares, à exceção da crença no mundo justo que, na amostra em estudo, não revelou significância na correlação com a empatia cognitiva tendo sido, por esse motivo, excluída de qualquer análise de mediação.

Em baixo estão descritas as regressões lineares necessárias a cada uma das variáveis independentes bem como o teste de Sobel respetivo (Sobel, 1982). O teste de Sobel permite determinar se existe uma redução significativa do impacto da variável independente na variável dependente após a inclusão da variável mediadora no modelo e se, por sua vez, o efeito da mediação é estatisticamente significativo.

Inerente a qualquer modelo de mediação realizado, optamos primeiramente por analisar a regressão existente entre a empatia cognitiva e a vitimização secundária. Observou-se um efeito forte e negativo da mesma na vitimização secundária ($\beta = -.414$, $p < .001$, $R^2_a = .168$), permitindo concluir que a tomada de perspetiva constitui um bom preditor da vitimização secundária. Os resultados sugerem que na presença de uma competência empática

desenvolvida, menos se observa a incidência em estratégias de vitimização secundária por parte dos jovens desta amostra, onde o oposto também se observa, de acordo com as correlações acima descritas.

5.1. Do Comportamento Desviante

Com o objetivo de determinar o efeito mediador da empatia, mas agora tendo em conta a relação entre o comportamento desviante e a vitimização secundária, foram realizadas algumas regressões lineares e múltiplas.

A primeira regressão linear demonstrou que o comportamento desviante dos jovens tem uma influência significativamente negativa na empatia cognitiva ($\beta = -.308$, $p < .001$, $R^2_a = .091$). Nesse sentido e de acordo com o modelo de regressão, comportamentos desviantes parecem prever significativamente, de forma negativa, a competência empática dos jovens. Compreende-se que estas variáveis variam em sentidos opostos logo, e na amostra em estudo, existe uma maior tendência de o desvio comportamental aumentar com a diminuição da empatia cognitiva, mais precisamente, da tomada de perspectiva.

A segunda regressão linear revelou, também, um efeito significativo e positivo, do comportamento desviante na vitimização secundária ($\beta = .129$, $p = .042$, $R^2_a = .013$). Nesse sentido, o modelo de regressão revela que existe, ainda que a atingir o limite da significância, um efeito onde está presente a tendência de o comportamento desviante estar positivamente relacionado com a vitimização secundária. Indo ao encontro do evidenciado na literatura (Mendonça et al., 2016), o comportamento desviante parece revelar-se um fator que causa impacto na incidência em estratégias de vitimização secundária.

Numa última análise de regressão, considerando agora os dois fatores (i.e., comportamento desviante e empatia cognitiva) foi possível concluir que: a) a empatia mantém um efeito negativamente significativo na vitimização secundária ($\beta = -.414$, $p < .001$, $R^2_a = .165$); contudo, b) o efeito do comportamento desviante na vitimização secundária caiu, consideravelmente para um nível não significativo ($\beta = .001$, $p = .981$). Ao que parece, quando colocamos a empatia nesta relação o comportamento desviante perde força na relação com a vitimização secundária.

Por fim, voltámos a recorrer ao teste Z de Sobel através da macro para mediação simples no SPSS (Preacher & Hayes, 2004) para testar a significância da mediação da empatia entre o comportamento desviante na vitimização secundária. Este teste permitiu concluir que o efeito indireto do comportamento desviante na vitimização secundária através da empatia cognitiva é altamente significativo ($Z = 4.04$, $p < .001$). Os resultados obtidos sugerem que os

efeitos se dão devido à empatia logo, esta última, parece mediar de forma total e significativa a relação entre o comportamento desviante e a vitimização secundária.

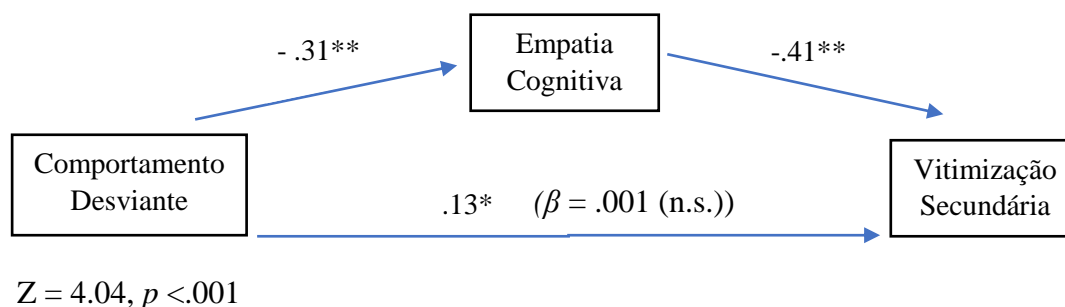


Figura 6. Modelo de Mediação da Empatia Cognitiva entre o Comportamento Desviante e a Vitimização Secundária

5.2. Da Condição da Vítima

Por fim, iremos determinar o efeito mediador da empatia cognitiva na relação entre condição da vítima e a vitimização secundária. Também aqui, foram realizadas várias análises de regressão para determinar os efeitos diretos e indiretos do modelo de mediação.

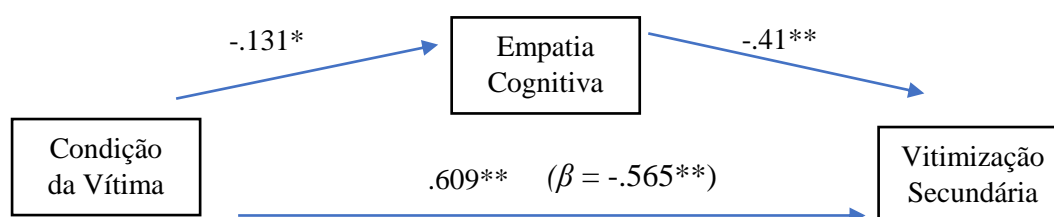
A primeira regressão linear demonstrou que a condição da vítima tem uma influência negativa na competência empática revelando-se, significativa ($\beta = -.131, p = .039, R^2_a = .013$). Nesse sentido, a condição em que a vítima se encontra -inocente ou não inocente-, tem um impacto significativo na empatia, onde existe uma tendência de a competência empática ser negativamente afetada pelo sofrimento de qualquer das vítima descritas na história.

Na segunda regressão linear, foi possível observar uma relação positiva, moderada e significativa entre a condição da vítima e a vitimização secundária ($\beta = .609, p < .001, R^2_a = .369$), confirmando que o modelo de regressão prediz de forma significativa a vitimização secundária.

Agora através dos dois fatores (i.e., condição da vítima e empatia cognitiva) foi possível demonstrar que: a) a condição da vítima mantém o efeito moderado, significativo e positivo na vitimização secundária ($\beta = .565, p < .001, R^2_a = .481$); e b) o efeito da empatia na vitimização secundária se revela negativo, moderado e significativo ($\beta = -.340, p < .001$).

Ainda através da variável, condição da vítima, utilizamos novamente o teste Z de Sobel através da macro para mediação simples no SPSS (Preacher & Hayes, 2004) para testar a significância da mediação. Este teste permitiu concluir que, o efeito indireto da condição da vítima na vitimização secundária, através da empatia, é significativo ($Z = 1.98, p = .05$).

sugerindo que a empatia dos jovens se revela uma boa mediadora da relação entre a condição da vítima e a vitimização secundária.



$Z = 1.98, p = .05$

Figura 7. Modelo de Mediação da Empatia Cognitiva entre a Condição da Vítima e a Vitimização Secundária

Em conclusão, este conjunto de testes permitiu-nos estabelecer a presença de dois modelos de mediação onde, o primeiro, revelou que a empatia media completamente a relação entre o comportamento desviante dos jovens e as estratégias de vitimização secundária a que os mesmos recorrem, já no segundo modelo de mediação realizado, observou-se uma mediação parcial da empatia na relação entre a condição da vítima e a vitimização secundária. Os resultados obtidos trouxeram a confirmação parcial da nossa quarta hipótese proposta onde não se verificou, somente, a mediação da empatia na relação entre a crença no mundo justo e a vitimização secundária.

Discussão

1. Comportamento Desviante e Relevância Situacional

A relevância situacional é tida como a probabilidade que qualquer observador representa em se colocar numa situação semelhante à da vítima, que observa (Shaver, 1970).

Como primeira hipótese, considerámos que seriam os jovens com mais comportamentos desviantes os que mais se distanciariam da situação vivida pela vítima, comparativamente aos jovens com menos comportamentos desviantes. Os resultados obtidos seguiram o sentido esperado, revelando que os jovens com menos desvio comportamental tiveram significativamente mais em consideração a possibilidade de vivenciarem uma situação semelhante à da vítima, contrariamente aos jovens com mais desvio.

Compreendemos que as nossas predições foram confirmadas. Seria expectável que esta hipótese se confirmasse, tendo em conta, as conclusões retiradas num estudo realizado por Mendonça (2014), que procurou compreender de que forma os adolescentes, perante o seu grau de desvio comportamental, incidiam em estratégias de vitimização secundária ao percecionarem o sofrimento de uma vítima. No seu estudo, os resultados obtidos indicam uma tendência para que, jovens com mais desvio, demonstrem uma menor relevância situacional, comparativamente a jovens com menos desvio.

De acordo com a literatura, o fato de serem os jovens com mais comportamentos desviantes os que se distanciam da situação de vitimização como a apresentada na história, está relacionado com a tendência, destes, considerarem menos provável virem a vivenciar uma situação de vitimização como a apresentada na história (Shaver, 1970; Mendonça 2014) e, por isso, revelaram maior dificuldade em se colocar na situação que a vítima vivência. Conclui-se, portanto, que quanto maior se revelar o comportamento desviante dos jovens, menor será a relevância situacional que o cenário hipotético apresentado, representa. Os nossos resultados, sugerem que quanto menos próximo o cenário representado é do mundo que rodeia o jovem desviante, mais este se distancia da situação, logo, parece existir um impacto destas percepções e mecanismos nos julgadores. Um facto, é que esta proximidade ou distanciamento poderá ter uma grande influência nos processos empáticos que recaem sobre o outro através dos julgamentos que fazemos, sobre os mesmos.

Deve-se ter em conta, que as conclusões acima tomadas, correspondem apenas ao cenário de vitimização representado, visto que, outros cenários poderão suscitar diferentes reações, percepções e mecanismos no observador. De facto, Walster (1967) não encontrou diferenças significativas entre os cenários de vitimização que testou, contudo Shaver (1970)

considerou que este pressuposto se deveu ao facto de ser pouco provável que os participantes algum dia se encontrassem em algum dos cenários apresentados e, por esse motivo, estes últimos se revelarem pouco relevantes ou ameaçadores. Considerámos que o motivo pelo qual conseguimos obter uma diferença tão significativa entre os dois grupos, se prende com a questão de a população em estudo, estar mais próxima da realidade do cenário de vitimização apresentado, tendo em conta que este consiste num roubo entre dois jovens.

2. Comportamento Desviante, Condição de Inocência e Identificação à Vítima

Na continuidade da hipótese anterior, propusemos, como segunda hipótese que, ao percecionarem uma vítima inocente, os jovens com mais desvio comportamental, seriam os que menos se identificariam com a vítima inocente, comparativamente aos jovens com menos desviância.

Posto isto, comprovou-se, também, a segunda hipótese proposta. Os jovens com mais comportamentos desviantes, na presença de uma vítima inocente, afirmam ser significativamente menos semelhantes à mesma, ao contrário dos jovens com menos desvio, encontrando estes últimos, mais características semelhantes entre si e a vítima, identificando-se significativamente mais com a mesma.

Foi possível observar a distinta dissemelhança entre os dois grupos, através das diferenças encontradas que permitiram observar numa escala de sete pontos, quase três pontos de diferença. De facto, Mendonça e colegas (2016) relatam uma diferença significativa entre estes dois grupos onde também se percebeu que o jovem com desvio comportamental representa menor capacidade de se colocar na situação da vítima e, até mesmo, de se identificar com ela.

Mendonça (2014) considerou que, pelo facto de os jovens com desvio partilharem comportamentos da mesma natureza dos do agressor, maior probabilidade existiria de se aproximarem mais ao mundo deste último e, por isso, responsabilizarem-no menos pela sua acção, contrariamente à forma como responsabilizariam a vítima, afastando-se da mesma, do seu sofrimento e da situação (e.g. Mendonça, 2014). Como já referido, o cenário hipotético retratava uma situação onde um jovem rouba um objeto a outro (telemóvel e dinheiro). Este tipo de crimes, são relativamente comuns entre adolescentes que se fazem acompanhar por condutas delinquentes, principalmente por volta dos 17 anos de idade (Gottfredson & Hirshi, 1990). O cenário de vitimização utilizado (Mendonça et al., 2016) foi construído e direccionado especificamente para um público alvo como o do presente estudo, com o objetivo de tornar evidentes, as questões presentes na identificação à vítima.

Curiosamente, observamos que os valores extremos desta análise se prendiam com os jovens com mais condutas desviantes e que percepcionavam a vítima não inocente, sendo estes, os que se assemelhavam mais à vítima descrita na história comparativamente àqueles com menos desvio. Este último, foi o grupo que apresentou menor identificação à vítima.

Este facto, segue a lógica oposta do acima proposto (Shaver, 1970), levando-nos a supor, que, quando estes jovens com desvio e com a probabilidade de já terem vivenciado uma situação semelhante à da apresentada na história, se identifiquem e se aproximem mais à reação da vítima que “*regiu ao assaltante e recusou-se a dar as suas coisas*”. Talvez pela forma como a vítima reage, faz com que, para além da possível semelhança que sente face ao agressor, os jovens com condutas desviantes se aproximem significativamente mais ao seu comportamento. Seguimos a mesma lógica da semelhança ou dissemelhança para com as vítimas, ao observarmos que jovens com menos desvio, ao observarem a reação da vítima que dá “de propósito” um encontrão, se identifiquem menos com seu comportamento e com a mesma.

Aqui parecem estar presentes questões empáticas onde o jovem desviante se identifica mais com a vítima não inocente e consegue colocar-se no lugar da mesma, e, compreender a sua reação perante a abordagem do agressor que esfaqueia a vítima. Por outro lado, os jovens com menos desvio, distanciam-se mais desta vítima ao perceberem o seu comportamento durante o assalto. Também aqui poderíamos supor que, estes jovens, por se identificarem menos com a vítima e com a sua reação, tenham mais dificuldade em compreender a sua reação e, por isso, sejam menos empáticas. Também Correia e colegas (2012), vão ao encontro deste pressuposto, que sugere que, a identificação ou dissemelhança à vítima é influenciada, em parte, pelo grau de proximidade que o observador sente face aos comportamentos da vítima. A natureza dos comportamentos dos jovens, como também a realidade que lhes proporcionam, poderá refletir-se no facto de qualquer jovem, independentemente do grau de desvio, se assemelha ou dissemelhar mais da vítima dependendo do que o cenário desperta e representa para si. Diversos estudos têm, ainda considerado que a semelhança entre o participante e a vítima poderão estar a ser condicionados por fatores como o género e a etnia ou, até mesmo, o estatuto social (e.g. Kapla & Miller, 1978; Grubb & Harrower, 2009).

3. Vitimização Secundária

Os resultados obtidos confirmaram estar em linha com as nossas predições, tendo sido possível observar a importância das variáveis comportamento desviante, crença no mundo

justo e percepção da inocência da vítima, bem como, as reações que estas provocam no observador.

Posto isto, sugerimos como terceira hipótese que: jovens na presença de vítima inocente, que apresentam mais comportamentos desviantes e uma elevada crença no mundo justo, incidem mais em estratégias de vitimização secundária do que jovens com menos desvio comportamental e menos crença no mundo justo. Indo ao encontro desta, confirmou-se que o padrão geral da análise à vítima inocente, revela que os jovens com mais comportamentos desviantes e elevada crença no mundo como lugar justo e harmonioso, são os que se revelam sempre mais ameaçados pela vítima inocente, comparativamente aos jovens com menos desvio e com menos CMJ. Isto veio confirmar a nossa terceira hipótese.

Igualmente a Mendonça e colegas (2016) concluímos também que, estes jovens, são duplamente ameaçados por este tipo de vítima, vitimizandoo-a mais, devido à menor identificação que sentem com a mesma (Shaver, 1970; Walster, 1967). A maior vitimização entre os jovens com mais desvio e alta crença no mundo justo, pode ser explicada pela grande ameaça que uma vítima inocente provoca, fazendo ressaltar a necessidade de repor a ideia de um mundo justo e recíproco, onde tem de existir uma justificação para que um jovem seja assaltado e esfaqueado, injustamente.

Perante os resultados obtidos, concluímos que os jovens com condutas delinquentes, percepcionam a história como mais ameaçadora à sua realidade, relativamente à crença que querem defender. Os jovens desviantes, quando confrontados com a ameaça do sofrimento injusto de uma vítima, munem-se das diversas estratégias de vitimização para que seja possível reduzirem essa mesma ameaça, manterem a sua crença intacta e distanciarem a situação observada.

Já os jovens com menos desvio utilizam menos estratégias de vitimização secundária, provavelmente pela já reportada identificação que sentem com a vítima inocente. De facto, já Shaver (1970) propôs uma *Teoria da Atribuição Defensiva*, onde considerou que quanto mais significativo para o leitor, fosse a vítima na história, menos responsabilidade pelo acontecimento representado lhe seria atribuída. Outro facto é que esta teoria se opõe à *Teoria da Crença no Mundo Justo* de Lerner (1965), que defende, que uma vítima de qualquer situação, seria sempre culpabilizada ou avaliada de forma negativa pelo observador, de maneira a atenuar a injustiça observada. Ora, se participantes com menos desvio que se assemelham mais à vítima, a desvalorizassem e vitimizassem, de forma a preservar a ideia de um mundo justo, passariam a estar mais próximos de se desvalorizar a si próprios.

Desta forma, e neste caso em particular, propomos que em condições semelhantes às aquelas recriadas no nosso cenário, a atribuição defensiva, em jovens com menos desvio, se sobreponha à necessidade de manter a crença num mundo justo e coerente. Supomos até, que processos empáticos poderão estar aqui presentes, assumindo que quanto mais desenvolvida se revelar esta competência em jovens com menos desvio, menor se revele a incidência em estratégias de vitimização secundária, mesmo quando a crença é ameaçada. Como sabemos, o jovem desviante revela, à partida, uma competência empática menos desenvolvida, o que poderá estar na origem de uma maior vitimização.

A este pressuposto, junta-se ainda a elevada crença no mundo justo que, tal como sabemos, promove ainda mais a utilização de estratégias irracionais de defesa ao mundo coeso e harmonioso (Lerner, 1965; Alves & Correia, 2002) diminuindo, provavelmente, a empatia nos adolescentes.

A literatura tem comprovado que são os indivíduos com elevada CMJ, que têm sido positivamente relacionados com comportamentos de ajuda para com pessoas em necessidade (DePalma et al., 1999). Contudo, na impossibilidade de ajudar a vítima, os observadores são levados a utilizar estratégias irracionais de preservação da crença, onde quem se faz acompanhar de uma forte CMJ, é precipitado a recorrer a estratégias de vitimização secundária.

Quando a vítima que deu um encontro “*sem querer*” é observada, confirma-se o facto acima proposto, quando, a interação entre os fatores da crença no mundo justo e dos comportamentos desviantes revelam que quando a crença no mundo como lugar justo é mais consistente, os sujeitos vitimizam mais de forma secundária. Observou-se o contrário relativamente àqueles, que consideram o mundo um lugar pouco recíproco, onde coisas más acontecem tanto a pessoas boas como más e, que as injustiças podem surgir na vida de pessoas justas, sejam elas merecedoras ou não de qualquer sofrimento.

A ameaça que uma vítima inocente causa a um indivíduo que percebe o mundo como lugar justo, está já extensivamente reportada na literatura. Tal como inicialmente proposto por Lerner (1980), os observadores com alta crença no mundo justo sentem-se, sistematicamente, mais ameaçados pela presença de uma vítima inocente do que os observadores com baixa crença. Estes resultados replicam aqueles já encontrados em vários outros estudos (e.g. Correia & Vala, 2003; Kleinke & Meyer, 1990; Sebby & Johnston, 2012).

Na adolescência, ao contrário do que acontecia na infância, com o pressuposto da justiça emergente, deixa de estar presente a dificuldade em identificar situações e acontecimentos como aleatórios ou produto do acaso (Correia & Vala, 2004). De facto, com a

maturação cognitiva própria da idade, os adolescentes aprendem que, grande parte do que se passa no mundo, ocorre sem nenhum padrão sequencial, admitindo a arbitrariedade e compreendendo que, maus comportamentos, são por vezes recompensados e que as pessoas nem sempre merecem o que recebem (Dalbert & Dzuka, 2004).

Para tentar neutralizar a incómoda percepção de injustiça, o adolescente aprende a utilizar estratégias cognitivas que nem sempre são benéficas. Reações semelhantes de restauração cognitiva de justiça são observadas em pré-adolescentes, adolescentes e adultos, com diferentes padrões comportamentais de acordo com grupos etários (Dalbert & Dzuka, 2004). De facto, a percepção que estas vítimas provocam nos jovens, suscita automaticamente uma ameaça direta ou indireta ao mundo onde cada um tem aquilo que merece, resultando na necessidade de justificarem uma injustiça, através de estratégias de vitimização e, assim, restaurarem a crença de justiça no mundo, com o intuito de a manterem intacta (e.g. Lerner, 1980; Mendonça et al., 2016).

Vários estudos têm mostrado que vítimas interpretadas como inocentes têm mais probabilidade de ser ajudadas pelos observadores do que vítimas julgadas como não inocentes (e.g. Weiner et al., 1988). Contudo o nosso estudo revelou resultados contraditórios que vão no sentido oposto, deste pressuposto.

Indo ao encontro do que sugere o padrão global dos resultados, observou-se, sistematicamente, que foi o grupo que leu a história onde, o jovem vítima, deu um encontro “*de propósito*”, onde os participantes recorreram mais a estratégias de vitimização secundária comparativamente ao grupo onde a vítima se revela inocente, portanto que deu o encontro “*sem querer*”.

No nosso estudo, a vitimização que provém das consequências da situação a que a vítima não inocente está exposta – atribuição de justiça, responsabilização, culpa e a necessidade de justificação do merecimento da situação vivida - vão ainda, ao encontro da teoria de Lerner (1980) que explica a lógica da incidência em quaisquer estratégias de vitimização, perante o sofrimento de qualquer vítima.

Concluimos que, quando a situação de sofrimento em que a vítima se encontra é da sua inteira responsabilidade, justa e merecida, os jovens – com mais ou menos desvio - são levados a vitimizar mais o sofrimento da mesma. O jovem que deu um empurrão “*de propósito*”, deve ser punido e, por isso, torna-se coerente que, quem mais vitimiza, ser o jovem que apresenta desvio e elevada crença contrariamente àquele que acredita menos no mundo como um lugar coeso e justo e que demonstra mais harmonia nas suas relações e na compreensão do outro.

Isto poderá ser explicado pelo já reportado na literatura, que sugere que, quando questionados de que forma a maioria das pessoas reagiria quando confrontadas com vítimas de um grande e permanente sofrimento, os indivíduos afirmam que a maioria das pessoas não aprovaria nem utilizaria estratégias de vitimização secundária. Isto reforça a ideia da preservação da crença como um processo inconsciente. A única exceção em que os participantes antecipavam a utilização de vitimização secundária foi encontrada nas situações que envolvem uma vítima não inocente, responsável pelo seu sofrimento (Alves & Correia, 2009; Alves & Correia, 2010).

Ora se, à partida, percebemos que o jovem desviante se identifica menos com a vítima e se distancia mais da situação vivida pela mesma quando esta é inocente, parece lógico, que, perante uma situação onde uma vítima teve controlo sobre o seu sofrimento, o adolescente desviante se aproxime mais do agressor, colocando a possibilidade de ambos partilharem comportamentos da mesma natureza (Mendonça, 2014). Percebe-se, com isto, que o facto de ter sido a vítima não inocente, a mais vitimizada, torna-se congruente aceitar que o façam com o intuito de fortalecer a CMJ e sustentando que, a sensação de justiça, na qual o jovem vítima só está na situação em questão por ter dado um encontrão, “*de propósito*”, no agressor.

Faz sentido, esta vitimização, ocorrer nos jovens com mais desvio pois, aqui, a vítima provocou parcialmente o assalto, comportamento que o jovem desviante provavelmente já presenciou ou praticou e, por esse motivo, são ativados mecanismos conscientes que lhe permitem manter a crença intacta, e mais ainda, fortalece-la. Isto anula no jovem a sensação de que o mesmo poderá estar exposto a tal arbitrariedade mesmo que pratique os mesmos atos.

Foi na junção entre estes três fatores – vítima não inocente, mais desvio e elevada crença no mundo justo - que se observou a combinação de maior risco para a vitimização secundária.

Deverá ser desconfortante, sentir que no mundo onde estes jovens “*vivem*”, as coisas más acontecem a pessoas más. Por se aproximarem mais de comportamentos da natureza, dos descritos na história de não inocência, também eles se sentem recetivos ao facto dessas mesmas coisas más lhes poderem acontecer, visto que os seus comportamentos são pouco aceitáveis, puníveis e injustos.

Durante esta análise, a vitimização secundária em jovens com mais ou menos desvio volta a variar, consoante a proporção da crença que têm no mundo justo. Predizendo que a crença no mundo justo é consecutivamente a variável que explica a vitimização secundária logo, e no geral, são os jovens com valores mais elevados de CMJ, os que mais vitimizam as

vítimas. Esta diferença está presente e marca todas as diferentes interações criadas, entre as variáveis em estudo.

De facto, a atribuição de culpa é feita em função daquele com quem o observador se identifica, mais ainda, parece existir um evitamento do dano e distanciamento da situação que se traduz no objetivo de minimizar a possibilidade percebida de um incidente semelhante também acontecer a quem observa (Fulero & Delara, 1976). Como se as justiças percebidas precisassem da base e reforço da noção e prova de que, quem faz coisas injustas, merece finais infelizes.

Por fim, a análise da vitimização secundária na não inocência é o único caso onde os jovens com baixa crença no mundo justo e menos comportamento desviante se sobrepõem àqueles com mais comportamento desviante. No grupo com menos desvio, o nosso estudo segue o sentido oposto a outros estudos realizados (e.g. Correia et al., 2001; Mendonça et al. 2016). O presente estudo revelou que quem pratica menos condutas desviantes, vitimiza mais o jovem que “*resiste*” ao assalto. Percebe-se, novamente, que os processos de identificação influenciam a forma como os indivíduos se afastam ou aproximam das histórias que percecionam.

É importante destacar que, no nosso estudo, os jovens com desvio e mais crença revelaram, maioritariamente, valores mais altos no que respeita a incidência em estratégias de vitimização. Posto isto, compreendemos que a vitimização secundária, aumenta com o aumento de comportamentos desviantes, principalmente, quando os indivíduos se fazem acompanhar de uma elevada crença no mundo justo.

Quando nos debruçamos sobre estes pressupostos, percebemos que, na sua maioria, os resultados obtidos, vão ao encontro do que já tem sido evidenciado na literatura que estuda os diversos fatores que transportam à vitimização secundária. A empatia é uma competência presente nos seres humanos que, desenvolvida ou não, poderá suportar perceções mais fortes e fornecer ao indivíduo ferramentas para que o “calçar os sapatos do outro” não se torne tão doloroso e consequentemente, não promova a utilização de estratégias de vitimização secundária que tanto afetam vítimas inocentes, retirando-lhes a esperança de lutar pela justiça. Posto isto, procuramos compreender, de que forma a empatia cognitiva interfere na relação entre as variáveis comportamento desviante, crença no mundo justo e inocência e, principalmente, qual o efeito destas na vitimização secundária.

3.1. Análise de Mediação

Confirmada a terceira hipótese, colocamos como quarta hipótese: A empatia cognitiva medeia a relação da crença no mundo justo, dos comportamentos desviantes, e da condição da vítima na utilização de estratégias de vitimização secundária. Esta, foi parcialmente confirmada tendo em conta que o modelo de mediação que englobava a crença no mundo justo, a vitimização secundária e a empatia cognitiva, não se revelou significativo.

Primeiramente, percebemos que existe um efeito significativo, da empatia cognitiva na vitimização secundária. Este facto parece ir ao encontro da necessidade de os observadores recorrerem mais a estratégias de vitimização quando conseguem perceber o sofrimento de alguém, culpado ou não culpado. A empatia pode ser percecionada como um fator protetor, diminuindo determinados tipos de comportamento criminal, uma vez que a sua ausência, ou o seu processamento deficiente, poderão facilitar a prática de violência ou atos de ofensa a outros (Jolliffe & Farrington, 2004). Este facto, poderá impedir os indivíduos com comportamentos agressivos, a poderem iniciar relações sociais com sucesso, sem serem baseadas na superficialidade e na impessoalidade (Mullins-Nelson et al., 2006). Contudo, e ao contrário do que o papel da competência empática deveria refletir nos sujeitos, os jovens com comportamento desviante, mais dificilmente adotam a perspetiva da vítima. Posto isto, optam maioritariamente por minimizar o sofrimento da mesma, distanciá-la, culpabilizá-la e responsabilizá-la pelo sucedido, ao invés de, compreenderem o seu sofrimento. Sabe-se que, quando os sujeitos percebem o sofrimento de qualquer vítima, se defendem desta ameaça ao seu mundo como lugar justo e optam por vitimizá-la mais.

A primeira relação que procuramos analisar revelou que não existe um efeito mediador da empatia na relação entre a crença no mundo justo e a vitimização secundária. De acordo com a teoria que defende que o mundo é um lugar justo (Lerner, 1965), todas as ameaças resultam em estratégias que levam os observadores a recorrer a justificações aleatórias para que a vida que percebem e projetam, seja vivida em plenitude, com esforços que resultaram em recompensas e sem injustiças. Isto, leva-nos a supor que mesmo quando surgem situações onde os jovens poderiam revelar atitudes mais humanas, como a empatia, estes defendem intensamente esta perceção do mundo, independentemente do *“casaco que o outro veste”* ou do sofrimento do mesmo, optando por vitimizar sempre mais qualquer vítima. Ora, para que estas funções desempenhem o seu papel reconfortante e de reciprocidade nos indivíduos, situações onde estes percebem o seu contracto com o mundo justo quebrado, situações onde o observador compreende o sofrimento do outro e vivencie a sua história, revelam-se uma ameaça. Aqui emerge quase automaticamente a perceção de que,

comportarem-se de uma forma justa ou injusta é indiferente, perante um mundo onde o princípio da reciprocidade parece não existir, e onde, perdem a capacidade de justificar os acontecimentos injustos, que não controlamos.

Afinal, o que motiva alguém a denegrir e culpabilizar uma vítima, reconhecida como inocente, ao invés de reagir com compaixão? Lerner e Simmons (1966) propuseram que estas reações negativas podem ser motivadas por uma preocupação com a justiça. No seu estudo, participantes a quem foi apresentado o sofrimento de uma vítima inocente, compensavam a vítima quando lhes era efetivamente dada essa oportunidade. Nestas condições, podemos observar uma reação onde a injustiça era reconhecida e os participantes se sentiam motivados a reagir com compaixão e empatia. Em contrapartida, quando não foi possível recompensarem a vítima, os sujeitos derogaram mais o seu carácter. Torna-se congruente aceitar este pressuposto através do que conhecemos da literatura. Tendo em conta, que se volta a observar uma relação forte entre a crença no mundo justo e a incidência em estratégias de vitimização, compreende-se que a empatia não sustente um efeito relacional suficientemente forte para retirar intensidade à relação entre a crença no mundo justo e vitimização secundária.

Contudo, foi possível confirmar em parte a quarta hipótese, tendo em conta que, a empatia cognitiva, se revelou um bom preditor da relação entre o comportamento desviante dos jovens e a vitimização secundária. Este pressuposto poderá estar relacionado com o já reportado na literatura. O facto de a adolescência ser considerada um período conturbado (Born, 2005) que traz aos adolescentes uma nova ideia do seu meio e das suas relações (Decety, 2010), ressalta a importância de estabelecer desde cedo a competência empática. Esta proporcionará aos jovens, ferramentas que lhes permitirão uma melhor adaptação social. Sabe-se que, a empatia medeia os comportamentos sociais assertivos e os comportamentos pró-sociais; as poucas condutas sociais agressivas; estratégias cognitivas de interação social assertivas e comportamentos sociais harmoniosos (Garaigordobil & Galdeano, 2006). Ou seja, o incumprimento destes mesmos comportamentos transporta os jovens para condutas delinquentes de comportamento menos favoráveis a nível social que, neste caso, se traduzem na utilização de estratégias de vitimização secundária.

Tomando a empatia cognitiva como a capacidade de representação do estado mental interno do outro e a empatia afetiva, como a componente mecânica, responsável pela “tradução” da comunicação pelo observador, Blair (2008) acrescenta que, em consequência, indivíduos violentos têm uma manifesta dificuldade na aprendizagem por associação estímulo-reforço. No entanto, o mesmo não ocorre nos aspetos da cognição social, onde está

implicada a amígdala. De facto, parece que este estudo vai ao encontro do constatado na nossa investigação. Supondo que a empatia cognitiva permite aos indivíduos “sentirem o que o outro sente” e, como já percebido, é nos adolescentes onde existe uma escassa promoção desta competência, que mais se refletirá a probabilidade de estes recorrerem a condutas menos aprovadas e aceitáveis, socialmente.

De facto, na análise da direção da relação entre a empatia e o comportamento anti-social, um estudo de Jolliffe e Farrington (2004) sustenta que, a empatia cognitiva está negativamente mais relacionada com o comportamento violento e ofensivo. O nosso estudo segue o mesmo sentido, tendo em conta que, os altos valores do comportamento desviante diminuem a competência empática e, por sua vez, aumentam a incidência em estratégias de vitimização secundária. Sendo assim, faz parte da empatia cognitiva, segundo Decety e Jackson (2004), a consciência eu-outro, anteriormente referida, e que parece estar relacionada com as funções executivas no cérebro (Russel, 1996; cit. por Decety & Jackson, 2004, p. 81). Estas funções executivas são processos que monitorizam e controlam os pensamentos e ações, incluindo a auto-regulação, o planeamento, a flexibilidade cognitiva, a resposta de inibição e a resistência à interferência (Eslinger, 1996; Shallice, 1988; cit. por Decety & Jackson, 2004, p. 82), e estão, ainda, envolvidas nos processos de atenção e de concentração, bem como no pensamento abstrato e na formação de conceitos (Moffitt, 1990; cit. por Jolliffe & Farrington, 2004, p. 470). Estes défices ao infligirem interferências no processo da empatia, promovem uma redução da habilidade de pensar abstratamente ou de entender as relações de causa e efeito, inibindo o entendimento e a partilha do estado emocional do outro (Jolliffe & Farrington, 2004).

Seguindo esta lógica, e de acordo com o observado, percebemos que estes dois comportamentos vagueiam em sentido contrário na vida dos jovens, o que sugere que no emergir de comportamentos desviantes, o fator empatia se dissolva, não fomentando a perceção do outro e a capacidade de o jovem perspetivar o sofrimento de qualquer vítima. Surge a teorização em volta da tentativa de explicar e compreender que o deficiente processamento da competência empática se reflete nos comportamentos desviantes dos jovens e da forma como estes percecionam vítimas de situações justas ou injustas. Diversos estudos se tem dedicado a perceber de que forma as diversas estratégias de vitimização secundária atuam (e.g. Correia, 2006) como também, a forma como a população jovem com mais e menos desvio reage a injustiças (Mendonça et al., 2016).

Sabemos que as pessoas se baseiam no resultado dos acontecimentos que observam para lhes dar sentido, mesmo quando reconhecem a situação como sendo produto do acaso.

Contudo, nem sempre nos é possível ajudar ou compensar a vítima em contexto real, ameaça esta, que nos leva a tentar reduzir a injustiça percebida (Mendonça et al., 2016).

Ora se o desvio comportamental reduz nos jovens os comportamentos pró-sociais, tal como a empatia, podemos supor que dentro destas justiça ou injustiças, este sinta menos capacidade de compensar a vítima, por isso vitimizam-na mais. É precisamente nas situações em que não está ao alcance do observador a possibilidade de compensação da vítima em que este se encontra consciente de que o seu sofrimento não é merecido e, por esse motivo injusto, surgem estratégias de defesa da justiça que se revelam em estratégias de vitimização secundária. No fundo, são estratégias psicológicas irracionais uma vez que não reduzem a injustiça em si mesma, mas apenas a percepção da mesma (Lerner, 1980; Lerner & Simmons, 1966).

Perante as relações acima descritas, e tendo em conta a relação entre o comportamento desviante e a vitimização secundária, torna-se congruente que a empatia cognitiva seja responsável pela mediação significativa entre estes fatores, comprovando, em parte, a quarta hipótese proposta. Observou-se uma tendência de os valores seguirem as previsões propostas, sugerindo, assim, que a empatia dos jovens exerce uma força com grande impacto relativamente ao comportamento desviante que têm na vitimização secundária. Ao que parece, o recurso a estratégias de vitimização secundária, para além de ser afetado positivamente pelo comportamento desviante dos jovens, este último ainda afeta negativamente a empatia cognitiva, tomada de perspectiva.

Por fim, tentámos também compreender de que forma a condição em que a vítima se encontra – inocente ou não inocente – influencia os processos de vitimização, quando se coloca a empatia como medidora da relação entre estes factores. Compreende-se que a percepção de qualquer tipo de vítima aumenta exponencialmente a incidência em estratégias de vitimização. Investigação, tem mostrado que vítimas em geral tendem a ser secundariamente vitimizadas (Lerner & Simmons, 1966).

A vitimização secundária é produto não só da opinião pública, mas também daqueles que rodeiam a vítima, originando uma diminuição do suporte social tão crucial para a sua reabilitação física e psicológica (Ross, Lutz & Lakey, 1999). Isto afasta a probabilidade de as vítimas reportarem crimes ou obterem ajuda (Davison & Farreras, 2010).

Contudo, quando apresentada uma vítima sem a possibilidade de pôr termo ao seu sofrimento, isto é, quando o seu sofrimento se prolongava, os participantes escolheram termos mais negativos para a descrever (Lerner & Simmons, 1966; Miller, 1977). Trata-se, de facto,

de um mecanismo de proteção não normativo, ativado pela preocupação da existência de um mundo onde afinal o sofrimento pode prevalecer. Se o sofrimento prevalece para a vítima observada, torna-se legítima a possibilidade de que atinja também ao observador algures no futuro (Lambert, Burroughs & Chasteen, 1998) bloqueando assim a sua capacidade empática de se insurgir em prol da vítima.

Posto isto, a empatia parece funcionar como um fator que medeia a forte relação entre a condição em que os jovens percecionam a vítima e a vitimização secundária. Ora, se sabemos que, quando surge a empatia a vitimização secundária diminui, podemos também assumir que, o aumento da vitimização secundária se traduz num fator que anula a empatia.

4. Considerações finais e propostas para estudos futuros

Neste estudo, julgamos ter demonstrado o importante papel que a desviância representa, nas percepções dos adolescentes acerca da inocência de uma vítima e consequentes julgamentos que recaem sobre ela. Percebemos que são os jovens com mais desvio que vitimizam mais as vítimas, mais precisamente, quando estas são não inocentes.

Os resultados permitiram ainda reforçar o impacto da crença no mundo justo como variável explicativa destas percepções, consolidando a sua importância na compreensão do fenómeno da vitimização secundária. Sabemos agora, que o jovem cujo desvio é mais alto é menos capaz de se imaginar na situação da vítima e identifica-se menos com ela.

Mais ainda, também o envolvimento em mais condutas desviantes na adolescência interage com uma alta crença no mundo justo e propicia a vitimização e estigmatização de outros jovens.

As aplicações práticas deste estudo são claras. As atitudes para com as vítimas têm influência direta no facto de a vítima reportar ou não a agressão à polícia ou aos serviços médicos (Pollard, 1992). Identificada a elevada desviância em adolescentes como potenciadora de estratégias de estigmatização, podemos agora intervir junto destes jovens no sentido de trabalhar as suas crenças e aumentar a probabilidade de que tais agressões sejam reportadas. O trabalho deve ser feito com base na promoção de empatia com a vítima (Krebs, 1975), salientando as semelhanças entre os dois e diminuindo a indiferença e o distanciamento. A importância desta gestão de proximidade com a vítima reside não só na redução de vitimização e consequente promoção da queixa, como no aumento da possibilidade de socorro caso estes jovens sejam observadores de uma situação de vitimização real.

Percebemos também que a empatia cognitiva media duas das relações propostas. Concluindo que a relação entre o desvio dos jovens e a incidência em estratégias de vitimização é intercetada por baixos valores da empatia. Sugere-se, portanto, que a ausência ou diminuição desta última torna mais forte a relação direta entre o desvio e a vitimização. Faz todo o sentido que assim se revele esta mediação, pois, observamos que na existência de comportamentos desviantes a empatia se dissolve. Outro ponto interessante que constatámos prende-se com o facto de a condição em que a vítima se encontra, estar fortemente relacionada com a incidência em estratégias de vitimização. Aqui, mesmo quando o “*calçar os sapatos do outro*” se impõe, os jovens vitimizam sempre as vítimas independentemente do seu sofrimento. Ora, Atribuir responsabilidade a outra entidade que não o acaso permite ao observador escapar à sensação de arbitrariedade e, de certa forma, contribui para que este se sinta capaz de evitar que tal infelicidade lhe aconteça (Chaikin & Darley, 1973). Sabemos que as pessoas se baseiam no resultado dos acontecimentos que observam para lhes dar sentido, mesmo quando reconhecem a situação como sendo produto do acaso.

Concluímos também, que com o aumento da empatia, a busca por justificações aleatórias justas ou injustas face a vítimas, diminui, provocando nos autores um comportamento pró-social, mais próximos das mesmas, e vice-versa.

Posto isto, podemos considerar que a partilha de estados emocionais e de representações mentais se traduz num processo custoso para o observador (Hodges & Klein, 2001). Uma vez que os recursos cognitivos são limitados, podemos inferir que uma maior ativação emocional por parte do observador significa menos disponibilidade cognitiva para a interação com o outro, podendo refletir-se na incapacidade de responder adequadamente às necessidades do outro. Investigações neste sentido, seriam pertinentes, tendo em conta que as questões emocionais, inerentes à empatia, poderão suscitar resultados mais esclarecedores face ao comportamento destes jovens e à sua perceção de vítimas.

Também do ponto de vista teórico, este estudo contribui com algumas direções interessantes a seguir. De modo a compreender a extensão do impacto da empatia, no desvio em interação com a crença no mundo justo e a inocência da vítima na vitimização secundária, será importante que futuros estudos criem diferentes cenários de vitimização que não envolvam, somente o comportamento delinquente (e.g. doença, acidente etc.) e que induzam nos participantes a sensação de proximidade da situação observada e mais probabilidade de serem empáticos.

De facto, os fenómenos de vitimização secundária aqui obtidos foram explicados através do comportamento desviante de adolescentes num cenário que retratava nada mais que

um comportamento desviante na forma de um roubo. Este cenário particular poderá ter ativado as estratégias de estigmatização observadas, pelo que só testando outros cenários será possível concluir se os dados aqui encontrados se mantêm ou se restringem ao contexto do crime de roubo e agressão. Outras direções que poderão clarificar os resultados obtidos podem passar pela manipulação do grupo de pertença da vítima; pela manipulação da gravidade das consequências da vitimização; ou pela medição da vitimização em características como a atratividade ou derrogação do carácter da vítima, como já tem sido feito na investigação em crença no mundo justo.

Por fim, seria também pertinente, perceber se as componentes emocionais inerentes à empatia se cruzam com o processo cognitivo onde assenta a defesa do mundo justo e leva à utilização de estratégias de vitimização, irracionais. Será que quando confrontados com qualquer sofrimento os jovens com esta vertente da empatia, mais estruturada, afastam a crença e aceitam que o sofrimento de alguém, simplesmente com o intuito de ajudarem a vítima, independentemente da ameaça que esta revela? Se a resposta a esta pergunta se revelasse positiva, poderíamos assumir que apesar da crença como automatismo cognitivo que ajuda os indivíduos a viver num mundo harmonioso e coeso, poderia ser posta de lado quando os jovens se colocam não só cognitivamente, mas também emocionalmente, no sofrimento das vítimas.

Referências

- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). *Justice in our world and in that of others: Belief in a just world and reactions to victims*. *Social Justice Research*, 21, 5068.
- Alves, H. & Correia, I. (2009). *A first approach to social norms regarding reactions towards innocent and noninnocent victims*. *Portuguese Journal of Social Science*, 8, 133-145.
- Alves, H., & Correia, I. (2010). *Personal and general belief in a just world as judgment norms*. *International Journal of Psychology*, 45, 221-231.
- Barnett, M. A., Tetreault, P. A., Esper, J. A. & Bristow, A. R. (1986). *Similarity and empathy: The experience of rape*. *Journal of Social Psychology*, 126, 47-49.
- Baron-Cohen, S., Richler, J., Bisarya, D., Gurunathan, N., & Wheelwright, S. (2003). *The Systemizing Quotient: An investigation of adults with Asperger syndrome or highfunctioning autism, and normal sex differences*. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 358 (1430), 361–374.
- Batson, C. D. (1991). *The altruism question: toward a social psychological answer*. Hillsdale. Nj: Erlbaum.
- Batson, C. D. (2009). *These things called empathy*, In J. Decety & W Ickes (eds.), *The social Neuroscience of Empathy* (pp. 3-15). Cambridge, MA: MIT Press.
- Bègue, L., & Muller, D. (2006). *Belief in a just world as moderator of hostile attributional bias*. *British Journal of Social Psychology*, 46, 117-126.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa, Climepsi Editores
- Brickman, P., Rabinowitz, V. C., Coates, D., Cohn, E., & Kidder, L. (1982). *Models of helping and coping*. *American Psychologist*, 37, 364–384.7

- Cadwell, S. (1991). *Twice removed: The stigma suffered by gay men with AIDS*. Smith College Studies in Social Work., 61, 236–246.
- Calloway-Thomas, C. (2010). *Empathy in the global world: an intercultural perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications
- Casoni, D. & Brunet, L. (2003). *La psychocriminologie*. Les Presses de l'Université de Montréal.
- Chaikin, A. L., & Darley, J. M. (1973). *Victim or perpetrator? Defensive attribution of responsibility and the need for order and justice*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, 268-275
- Chaikin, A. L., & Darley, J. M. (1973). *Victim or perpetrator? Defensive attribution of responsibility and the need for order and justice*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, 268-275
- Colby, A., and Kohlberg, L. (1987). *The Measurement of Moral Judgment*, Vols. 1–2. Cambridge, London, Cambridge University Press.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2001). *The effects of belief in a just world and victim's innocence on secondary victimization, judgements of justice, and victim's deservingness*. *Social Justice Research*, 14, 327-341.
- Correia, I., & Vala, J. (2003). *When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering*. *Social Justice Research*, 16, 379-400.
- Correia, I., & Vala, J. (2004). *Belief in a just world, subjective well-being and trust of young adults*. In C. Dalbert and H. Sallay (Eds.), *The justice motive in adolescence and young adulthood: Origins and consequences*. London: Routledge.
- Correia, I; Vala, J. & Aguiar, P. (2008). *Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world*. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 3138.

- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). *When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification*. *Personality and Individual Differences*, 53, 747-752.
- Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Alfragide, Casa das Letras
- Dadds, M. R., Hawes, D. J., Frost, A. D. J., Vassallo, S., Bunn, P., Hunter, K., & Merzl, S. (2009). *Learning to 'talk the talk': the relationship of psychopathic traits to deficits in empathy across childhood*. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(5) 599–606.
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). *Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier skalen*. *Psychologische Beiträge*, 29, 596-615.
- Dalbert, C., and Yamauchi, L. (1994). *Belief in a just world and attitudes toward immigrants and foreign workers: A cultural comparison between Hawaii and Germany*. *J. Appl. Soc. Psychol.* 24: 1612-1626.
- Dalbert, C. (1999). *The World is More Just for Me than Generally: About the Personal Belief in a Just World Scale's Validity*. *Social Justice Research*, Vol. 12, No. 2.
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource: Dealing with challenges and critical life events*. New York: Plenum Press.
- Dalbert, C. (2002). *Beliefs in a just world as a buffer against anger*. *Social Justice Research*, 15, 123-145.
- Dalbert, C., Lipkus, I. M., Sallay, H. & Goch, I. (2001). *A just and an unjust world: Structure and validity of different world beliefs*. *Personality and Individual Differences*, 30, 561-577.

- Dalbert, C. & Dzuka, J. (2004). *Belief in a just world, personality, and well-being of adolescents*. In C. Dalbert & H. Sallay (Eds.), *The justice motive in adolescence and young adulthood: Origins and consequences* (pp. 101-116). London, UK: Routledge.
- Dalbert, C. & Radant, M. (2004). *Parenting and young adolescents' belief in a just world*. In C. Dalbert & H. Sallay (Eds.), *The justice motive in adolescence and young adulthood: Origins and consequences* (pp. 11-25). London, UK: Routledge.
- Dalbert, C., & Filke, E. (2007). *Belief in a just world, justice judgments, and their functions for prisoners*. *Criminal Justice and Behavior*, 34, 1516-1527.
- Damon, W. (1944). *Social and personality development: infancy through adolescence*. New York: W. W. Norton & Company.
- Davis, M. H. (1980). *A multidimensional approach to individual differences in empathy*. *JSAS Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10, 85.
- Davis, M. H. (1983). *Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 113-126.
- Decety, J., & Cowell, J. M. (2014). *The complex relation between morality and empathy*. *Trends Cogn Sci*, 18(7), 337-339
- Decety, J., & Ickes, W. (Eds.). (2009). *The social neuroscience of empathy*. Cambridge: MIT Press.
- Decety, J., & Jackson, P. L. (2004). *The functional architecture of human empathy*. *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews*, 3, 71-100.
- DeJudicibus, M. A., & McCabe, M. (2001) *Blaming the target of sexual harrassment: impact of gender role, sexist attitudes and work role*, *Sex roles*. (44), 401-417

- DePalma, M. T., Madey, S. F., Tillman, T. C., & Wheeler, J. (1999). *Perceived patient responsibility and belief in a just world affects helping*. Basic and Applied Social Psychology, 21, 131-137.
- Dias e Andrade. (1997). *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Dias, M. G. F., & Fontaine, A. M. (2001). *Tarefas desenvolvimentais e bem-estar de jovens universitários*. col. "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas", Lisboa: FCG-FCT.
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2006). *The belief in a just world and subjective well-being in old age*. Aging & Mental Health, 10, 5, 439-444.
- Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1990). *Empathy: conceptualization, measurement and relation to prosocial behavior*. Motivation and Emotion, 14, 131-149. Elsegood
- Eisenberg, N., & Strayer, J. (1987). *Critical issues in the study of empathy*. In N. Eisenberg, & J. Strayer (Eds.). Empathy and its development (pp.313). New York: Cambridge University Press
- Emler, N. & Reicher, S. (2005). *Delinquency: cause or consequence of social exclusion?* In D. Abrams, J. Marques & M. Hogg (Eds). The social psychology of inclusion and exclusion (pp. 211-241). Philadelphia: Psychology Press.
- Enz, N. & Zoll, N. (2006). *Cultural differences in empathy between Chine, Germany and the UK*. www.nicve.salford.ac.uk/elvis/resources/empathy.
- Erikson E. (1963). *Childhood and society* (2ºed.) New York: Norton.
- Erikson, E. (1986) *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Falcone, E. M. O. et al. (2008) Inventário de empatia: desenvolvimento e validação de uma medida brasileira. Avaliação Psicológica, v. 7, n. 3, p. 321-334.

- Farrington, D. (1995). *The challenge of teenage antisocial behavior*. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people: Challenges for prevention* (pp. 83-130). Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge
- Farrington, D.P. et al. (1996). *The Concentration of Offending in Families*. Legal and Criminological Psychology.
- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). *Valores psicossociais e orientacao a dominancia social: un estudo acerca de preconceito*. Psicologia: reflexão e crítica, 20 (3), 490-498.
- Findlay, L. C., Girardi, A., & Coplan, R. J. (2006). *Links between empathy, social behavior, and social understanding in early childhood*. Early Childhood Research Quarterly , 21, 347–359.
- Flight, J. I., & Forth, A. E. (2007). *Instrumentally violent youths. The roles of psychopathic traits, empathy, and attachment*. Criminal Justice and Behavior, 34(6), 739-751.
- Fulero, S. & DeLara, C. (1976). *Rape victims and attributed responsibility: A defensive attribution approach*. Victimology, 1, 551_563
- Furnham, A. (2003). *Belief in a just world: research progress over the past decade*. Personality and Individual Differences, 34, 795-817.
- Furnham, A. & Procter, E. (1992). *Sphere-specific just world beliefs and attitudes to AIDS*. Human Relations, 45, 265–280.
- Gammer, C. & Cabié, M-C. (1999). *Adolescência e crise familiar*. Lisboa: Climepsi Editores. 1ª Ed. Portuguesa
- Garaigordobil, M., & Galdeano, P. G. (2006). *Empatía en niños de 10 a 12 años*. Psicothema, 18(2),180-186

- Goleman, D. (1995). *Inteligência Emocional*. Temas e Debates – Atividades Editoriais, Lda.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de Justiça na Adolescência: a escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Grubb, A.R., & Harrower, J.A. (2009) *Understanding attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim*. *Journal of Sexual Aggression*, 15 (1), 63-81
- Hafer, C. (2000). *Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified stroop task*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 165–173.
- Hafer, C. L. (2000). *Investment in long-term goals and commitment to just means drive the need to believe in a just world*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1059-1073.
- Hafer, C.L., & Bègue, L. (2005). *Experimental research on just-world theory: Problems, developments, and future challenges*. *Psychological Bulletin*, 131 (1), 128–167.
- Hall, J. A., Davis, M. H., & Connelly, M. (2000). *Dispositional empathy in scientists and practitioner psychologists: Group differences and relationship to self-reported professional effectiveness*. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 37(1), 45-56. doi:10.1037/h0087758
- Hare, R.D., Neumann, C.S. (2008). *Psychopathy as a clinical and empirical construct*. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 217–246.
- Hodges, S. D., & Klein, K. J. (2001). *Regulating the costs of empathy: the price of being human*. *The Journal of socio-economics*, 30(5), 437-45

- Hoffman, M. L. (2000) *Empathy and moral development: implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2004). *Empathy and offending: a systematic review and meta-analysis*. *Aggression and Violent Behavior*, 9(22), 441-476.
- Jolliffe, D. & Farrington, D. (2011). *Is low empathy related to bullying after controlling for individual and social background variables?*, *Journal of Adolescence* 34,59-71, doi:10.1016/j.adolescence.2010.02.001
- Kahn, A., Gilbert, L. A., Latta, R. M., Deutsch, C., Hagen, R., Hill, M., McGaughey, T., Ryen, A. H. & Wilson, D.W. (1977). *Attribution of fault to a rape victim as a function of respectability of the victim: A failure to replicate or extend*. *Representative Research in Social Psychology*, 8, 98-107.
- Kaplan, M. F. & Miller, L. E. (1978). *Effects of jurors' identification with the victim depend on likelihood of victimisation*. *Law and Human Behaviour*, 2, 353_361.
- Kazdin, A.; Bucla-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social. Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Amadora, McGraw-Hill.
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, 14, 343–353.
- Kohlberg, L. (1958). *The development of modes of thinking and choices in years 10 to 16*. Ph. D. Dissertation, University of Chicago.
- Kohlberg, L. (1969). *Stage and sequence: The cognitive-developmental approach to socialization*. In Goslin, D. A. (ed.), *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago, IL, Rand McNally, pp. 347–480.

- Kohlberg, L. (1976). *Moral stages and moralization. In Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (T. Lickona, Ed.), pp: 31-53, New York Holt, Rinehart and Winston.
- Krahe, B. (1988). *Victim and observer characteristics as determinants of responsibility attributions to victims of rape*. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 50-58.
- Krebs, D. (1975). *Empathy and altruism*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 1134-1146.
- La Rosa, J. (2003). *Psicologia e Educação. O significado do Aprender*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- Lerner, M. J. (1965). *Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, 355-360
- Lerner, M. J. (1977). *The justice motive: Some hypotheses as to its origins and forms*. *Journal of Personality*, Volume 45, 1, 1-12
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: a fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Lerner, M. J. (1998). *The two forms of belief in a just world: Some thoughts on why and how people care about justice*. In L. Montada & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). *Just world research and the attribution process: Looking back and ahead*. *Psychological Bulletin*, 85, 1030-1051.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). *The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection?* *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203-210.
- Limpo, T., Alves, R. A., & Castro, S. L. (2013). *Medir a empatia: Adaptação portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal*. *Laboratório de Psicologia*, 8(2), 171-184.

- Lipkus, I. (1991). The construction and preliminary validation of a global belief in a just world scale and the exploratory analysis of the multidimensional belief in a just world scale. *Personality and Individual Differences*, 12, 1171-1178.
- Lipkus, I. M., & Bissonnette, V. L. (1996). Relations among belief in a just world, willingness to accomodate and marital well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 1043-1056.
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., and Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus others. *Pers. Soc. Psychol. Bull.* 22: 666-677.
- Lourenço O.M. (1992) *Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações*. Coimbra: Almedia.
- MacDonald, K. (1988). Socialization in the context of the family: a sociobiological perspective. In K. MacDonald (Ed.). *Sociobiological perspectives on human development*. (pp. 320-339). New York: Springer Verlag.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4, 65-90.
- Martinho, L. (2010). *O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti Social dos Adolescentes*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Matsinhe, D. (2011). *A crença no mundo justo, a agressividade, personalidade e metas de sucesso em jovens prisioneiros e jovens estudantes*. Tese de Mestrado. ISCTE-IUL
- Mendonça, R. D. (2014) *Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária: O papel do Comportamento Desviante na Adolescência*. Dissertação de Mestrado, ISPA

- Mendonça, R.D., Gouvei-Pereira, M., Miranda, M. (2016) Belief in a Just World and Secondary Victimization: The role of adolescence deviant behavior. *Personality and Individual Differences*.
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701
- Moffitt, T. (2006). Life-course-persistent versus adolescence-limited antisocial behavior. In D. Cicchetti, D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation* (pp. 570-598). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Montada, L. (1992). Attribution of responsibility for losses and perceived injustice. In Montada, L., Filipp, S. H., and Lerner, M. J. (Eds.), *Life Crises and the Experience of Loss in Adulthood* (pp. 131-161). Hillsdale: Erlbaum
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Otto, K., Glaser, D., & Dalbert, C. (2009). Mental health, occupational trust, and quality of working life: does belief in a just world matter? *Journal of Applied Social Psychology*, 39 (6), 1288-1315.
- Pancer, S. M. (1988). Salience of appeal and avoidance of helping situations. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 20, 133-139
- Pavarino, M.; Del Prette, A.; Del Prette, Z.(2005) O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância: *Psico* v. 36, n. 2, pp. 127-134. Rogers, C. (2009). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa : Padrões Culturais Editora.
- Penfold, P. S. (1992). Sexual abuse by therapists: Maintaining the conspiracy of silence. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 11, 5–15.
- Piaget, J. *A epistemologia genética*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.
- Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2004). SPSS and SAS procedures for estimating indirect effects in simple

- Preston, S. D., & de Waal, F. B. M. (2002). Empathy: It's the ultimate and proximate bases. *Behavioral and Brain Sciences*, 25, 1-20. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12625087>
- Redl, F., & Wineman, D. (1951) Children who hate: the disorganization and breakdown of behavior controls. New York, NY, US: Free Press.
- Roberts, W., & Strayer, J. (1996). Empathy, emotional expressiveness, and prosocial behavior. *Child Development*, 67, 449-470
- Rogers, C. (2009). Tornar-se Pessoa. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- Ross, L. T., Lutz, C. J., & Lakey, B. (1999). Perceived social support and attributions for failed support. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 896–909.
- Roth-Hananiaa, R., Davidovd, M., Zahn-Waxlerc, C. (2011). Empathy development from 8 to 16 months: Early signs of concern for others. *Infant Behavior & Development*, 34, 447– 458.
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1973). Belief in a just world and reactions to another's lot: A study of participants in the National Draft Lottery. *Journal of Social Issues*, 29, 73-93.
- Rubin, Z. & Peplau, L.A. (1975) *Who believes in a just world? Journal of Social Issues*, 31 (3): 65-69
- Rueckert, L., & Naybar, N. (2008). Gender differences in empathy: The role of the right hemisphere. *Brain and Cognition*, 67 (2), 162-167. doi:10.1016/j.bandc.2008.01.002
- Ryan, W. (1971). Blaming the victim. New York: Pantheon Books
- Sampaio, L. R.; Camino, C. P. dos S.; Roazzi, A. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 212-127, 2009.

- Sanches, C., Gouveia-Pereira, M., & Carugati, F. (2012). Justice judgements, school failure, and adolescent deviant behaviour. *British Journal of Educational Psychology*, 82, 606-621.
- Sanches, C. & Gouveia-Pereira, M., Gomes, H., Roncon, F. (2014). Construção e Validação da Escala de Comportamentos Desviantes.
- Schaffer, M., Clark, S., & Jeglic, E. L. (2009). The role of empathy and parenting style in the development of antisocial behaviors. *Crime & Delinquency*, 55(4), 586-599.
- Scholte, R. & Van Aken, M. (2006). Peer relations in adolescence. In S. Jackson & L. Goossens (Eds.). *Handbook of adolescent development*. (pp. 175-199). New York: Psychology Press
- Sebby, R. A., & Johnston, L. M. (2012). Effects of victim innocence and BJW (belief in a just world) upon derogation of an ingroup/outgroup victim. *Psychology Research*, 2, 135-141.
- Shaffer, D. R., & Kipp, K. (2010). *Developmental Psychology-Childhood and Adolescence*. (8^a Ed). Wadsworth: Cengage Learning.
- Shaver, K. G. (1970). Defensive attribution: Effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14, 101-113.
- Singer, T., Seymour, B., O'Doherty, J. P., Stephan, K. E., Dolan, R. J., & Frith, C. D. (2006). Empathic neural responses are modulated by the perceived fairness of others. *Nature*, 439, 466-469. doi: 10.1038/nature04271.
- Smith, K. B. (1985). Seeing justice in poverty: The belief in a just world and ideas about inequalities. *Sociological Spectrum*, 5, 17-29.

- Sobel, M. E. (1982). Asymptotic intervals for indirect effects in structural equations models. In S. Leinhardt (Ed.), *Sociological methodology 1982* (pp. 290-312). San Francisco: Jossey-Bass.
- Soto, J. A., & Levenson, R. W. (2009). Emotion recognition across cultures: The influence of ethnicity on empathic accuracy and physiological linkage. *Emotion*, 9(6), 874-884. doi: 10.1037/a0017399
- Sprinthall, N. A. & Collins, A. W. (1994). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Sprinthall, N. A. & Collins, A. W. (2003). *Psicologia do adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Stahly, G. B. (1988). Psychosocial aspects of the stigma of cancer: An overview. *Journal of Psychosocial Oncology*, 6, 3–27.
- Strelan, P. (2007). The prosocial, adaptive qualities of just world beliefs: Implications for the relationship between justice and forgiveness. *Personality and Individual Differences*, 43, 881–890.
- Sutton, R. M., & Douglas, K. M. (2005). Justice for all or justice for me? More evidence of the importance of self-others distinction in just world beliefs. *Personality and Individual Differences*, 39, 637-645.
- Sutton, R. M. & Winnard, E. J. (2007). Looking ahead through lenses of justice: The relevance of just-world beliefs to intentions and confidence in the future. *British Journal of Social Psychology*, 46, 649-666.
- Tassinari, M. A., Cordeiro, A. P. S., & Durange, W. T. (2013). *Revisitando o plantão psicológico centrado na pessoa*. Curitiba: CRV.
- Taylor, D. M., Wright, G. C., Moghaddam, F. M., and Lalonde, R. N. (1990). The personal/group discrimination discrepancy: Perceiving my group, but not myself, to be a target for discrimination. *Pers. Soc. Psychol. Bull.* 16: 254-262.

- Thornton, B. (1984). Defensive attribution of responsibility: Evidence for an arousal-based motivational bias. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46, 721- 734.
- Thompson, J. (1987). *Understanding teenagers' reading*. Melbourne: Methuem Australia
- Titchener, E. (1909). *Experimental psychology of the thought processes*. New York: Macmillan.
- Van den Bos, K & Maas, M. (2009). On the psychology of the belief in a just world: exploring experiential and rationalistic paths to victim blaming. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35 (12), 1567-1578.
- Van den Bos, K., Vermunt, R., & Wilke, H. A. (1997). Procedural and distributive justice: What is fair depends more on what comes first than on what comes next. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 95-104.
- Veiga, F., Santos, E.. (2010). UMA ESCALA DE AVALIAÇÃO DA EMPATIA: ADAPTAÇÃO PORTUGUESA DO QUESTIONNAIRE TO ASSESS AFFECTIVE AND COGNITIVE EMPATHY. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
- Vygotsky, L. S. *Psicologia da arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Walker, J., Archer, J. & Davies, M. (2005). Effects of rape on male survivors: A descriptive analysis. *Archives of Sexual Behaviour*, 34, 69-80.
- Walster, E. (1967). "Second guessing" important events. *Human Relations*, 20, 239-249
- Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*, 71, 3 -15
- Wispé, L. (1986). The distinction between sympathy and empathy: To call forth a concept, a word is needed. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 314-321.

- Wolfradt, U. & Dalbert, C. (2003). Personality, values and belief in a just world. *Personality and Individual Differences*, 35 (8), 1911-1918.
- Yescavage, K. (1999). Teaching women a lesson: Sexually aggressive and sexually nonaggressive men's perceptions of acquaintance and date rape. *Violence Against Women*, 5, 796-812
- Zahn-Waxler & Radke-Yarrow. (1990). *Motivation and Emotion: The origins of empathic concern*. (vol.14). (2). Springer US
- Zoll, C., & Enz, S. (2010). A Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy in Children, Retirado de <http://www.opusbayern.de/unibamberg/volltexte/2010/235/pdf/ZollEnzA.pdf>
- Zuckerman, M. & Gerbasi, K. C. (1977) Belief in internal control or belief in a just world: The use and misuse of the I-E scale in prediction of attitudes and behavior. *Journal of Personality*, 45: 346-378.

Anexos

ANEXO I- QUESTIONÁRIO VÍTIMA NÃO INOCENTE



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

Olá!

Somos do ISPA – Instituto Universitário.

Estamos a desenvolver dois estudos e gostávamos de contar com a tua ajuda. No estudo 1 estamos a validar duas escalas para a população portuguesa. No estudo 2, estamos interessados em saber como é que os jovens da tua idade avaliam uma notícia de jornal.

Não existem respostas certas ou erradas, queremos apenas saber a tua opinião. É importante que leias com atenção toda a informação. Se tiveres dúvidas não hesites em perguntar. O QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO E CONFIDENCIAL e os dados só serão utilizados nestes estudos. O preenchimento demora cerca de 20 minutos.

Antes de começares, gostaríamos de saber um pouco mais sobre ti:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: _____ anos.

Nacionalidade: _____

Ano de escolaridade: _____ ano.

Qual é a tua média: _____ valores.

Já alguma vez chumbaste de ano? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quantas vezes? _____ vezes. Em que ano(s)? _____

Alguma vez foste alvo de um processo disciplinar? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quantas vezes e em que anos. _____

Já alguma vez foste detido ou tiveste algum problema com a polícia?

Sim ☐ Não ☐ Se sim, porquê? _____

Obrigada pela tua participação! Podes começar.

ESTUDO 1

A seguir vais ver uma lista com várias afirmações. Faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião sobre as frases abaixo.

Exemplo: se concordas completamente com a frase “Eu prefiro cinema a teatro” responderias assim:

| | Discordo Completamente | Discordo | Discordo Ligeiramente | Concordo Ligeiramente | Concordo | Concordo Completamente |
|----------------------------|---------------------------|----------|--------------------------|--------------------------|----------|---------------------------|
| Eu prefiro cinema a teatro | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

| | Discordo Completamente | Discordo | Discordo Ligeiramente | Concordo Ligeiramente | Concordo | Concordo Completamente |
|--|---------------------------|----------|--------------------------|--------------------------|----------|---------------------------|
| 1 Basicamente, o mundo em que vivemos é justo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 2 O objectivo da vida é sermos felizes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 3 De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 4 A justiça vence sempre a injustiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 5 O mundo é um sítio com pessoas muito diferentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6 Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 As pessoas devem lutar por aquilo em que acreditam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8 As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) constituem uma excepção à regra. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9 É importante ser paciente para alcançar os objectivos de vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10 A amizade é uma parte importante da vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11 As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12 As pessoas devem ajudar aqueles que mais necessitam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

ESTUDO 1

As seguintes afirmações estão relacionadas com os teus pensamentos e sentimentos em diversas situações. **Faz um círculo à volta do número que melhor te descreve.**

Exemplo: se a frase “eu gosto muito de teatro” te descrevesse muito bem, responderias assim:

| | Não me descreve bem | | | | Descreve-me muito bem | |
|--------------------------|---------------------|---|---|---|-----------------------|--|
| Eu gosto muito de teatro | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |

| | | Não me descreve bem | | | | Descreve-me muito bem | |
|----|---|---------------------|---|---|---|-----------------------|--|
| | | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 1 | Tenho muitas vezes sentimentos de ternura e preocupação pelas pessoas menos afortunadas do que eu. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 2 | De vez em quando tenho dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 3 | Às vezes, não sinto muita pena quando as outras pessoas estão a ter problemas. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 4 | Facilmente me deixo envolver nos sentimentos das personagens de um romance. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 5 | Em situações de emergência, sinto-me desconfortável e apreensivo/apreensiva. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 6 | Habitualmente mantenho a objectividade ao ver um filme ou um teatro e não me deixo envolver por completo. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 7 | Quando há desacordo, tento atender a todos os pontos de vista antes de tomar uma decisão. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 8 | Quando vejo que se estão a aproveitar de uma pessoa, sinto vontade de a proteger. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 9 | Por vezes tento compreender melhor os meus amigos imaginando a sua perspectiva de ver as coisas. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 10 | É raro ficar completamente envolvido/envolvida num bom livro ou filme. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 11 | Quando vejo alguém ficar ferido, tendo a permanecer calmo/calma. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 12 | As desgraças dos outros não me costumam perturbar muito. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 13 | Depois de ver um filme ou um teatro, sinto-me como se tivesse sido uma das personagens. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 14 | Estar numa situação emocional tensa assusta-me. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 15 | Geralmente sou muito eficaz a lidar com emergências. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 16 | Fico muitas vezes emocionado/emocionada | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |

| | | | | | | |
|-----------|--|---|---|---|---|---|
| | com coisas que vejo acontecer. | | | | | |
| 17 | Acredito que uma questão tem sempre dois lados e tento olhar para ambos. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18 | Descrever-me-ia como uma pessoa de coração mole. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19 | Quando vejo um bom filme, consigo facilmente pôr-me no lugar do protagonista. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20 | Tendo a perder o controlo em situações de emergência. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21 | Quando estou aborrecido/aborrecida com alguém, geralmente tento pôr-me no seu lugar por um momento. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22 | Quando estou a ler uma história ou um romance interessante, imagino como me sentiria se aqueles acontecimentos se tivessem passado comigo. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 23 | Quando vejo alguém numa emergência a precisar muito de ajuda, fico completamente perdido/perdida. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 24 | Antes de criticar alguém, tento imaginar como me sentiria se estivesse no seu lugar. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |

ESTUDO 1

A seguir vais ver uma lista de comportamentos que os jovens da tua idade fazem. Coloca um X se, DURANTE O ÚLTIMO ANO, tiveste algum destes comportamentos.

Lembra-te: o questionário é anónimo e confidencial, ninguém vai saber que foste tu que respondeste. Por favor, responde com sinceridade!

Exemplo:

Durante o último ano, alguma vez foste ao cinema?

| Sim | Não |
|-----|-----|
| X | |

| DURANTE O ÚLTIMO ANO, ALGUMA VEZ... | | Sim | Não |
|-------------------------------------|---|-----|-----|
| 1. | Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas? | | |
| 2. | Mentiste a adultos (ex.: familiares, professores, etc.)? | | |
| 3. | Consumiste cocaína ou heroína? | | |
| 4. | Usaste uma moto ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário? | | |
| 5. | Bateste a um adulto (ex.: professor, familiar, agente de segurança, etc.)? | | |
| 6. | Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete? | | |
| 7. | Estragaste ou destruíste bens públicos ou privados (ex.: parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)? | | |
| 8. | Consumiste haxixe (“ganzas”) ou marijuana (“erva”)? | | |
| 9. | Roubaste alguma coisa que valia mais de que 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 10. | Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem? | | |
| 11. | Vendeste droga (ex.: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc.)? | | |
| 12. | Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 13. | Faltaste às aulas porque não te apetecia ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta? | | |
| 14. | Conduziste uma moto ou um carro sem ter carta de condução? | | |
| 15. | Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”)? | | |
| 16. | Transportaste uma arma (ex.: navalha, pistola, etc.)? | | |
| 17. | Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 18. | Fizeste grafitis em edifícios ou noutros locais (ex.: escola, transportes, muros, etc.)? | | |
| 19. | Assaltaste uma carro, uma loja, escola ou outro edifício? | | |

ESTUDO 2

A seguir vais encontrar uma notícia sobre um assalto retirada de um jornal local. Para que não seja identificada, o nome e o sexo da pessoa que foi alvo do assalto não são revelados. Essa informação foi apagada e substituída por um X.

Por favor, lê a notícia com atenção.

“X tem 15 anos e sofreu ontem um assalto quando regressava a casa. A caminho da paragem de autocarro, X deu um encontrão de propósito noutra jovem aproximadamente da sua idade que se cruzou com ele na rua. O outro jovem não gostou e empurrou X para um canto, ameaçou-o com uma faca e pediu-lhe a carteira e o telemóvel com violência. X resistiu ao assaltante e recusou-se a dar-lhe as suas coisas. O assaltante ficou irritado e esfaqueou X duas vezes na barriga de forma profunda, pegou na carteira e no telemóvel de X e fugiu. Os golpes foram graves e X terá problemas no futuro. O jovem assaltante foi apanhado hoje e enfrenta uma medida pesada.”

ESTUDO 2

A seguir estão algumas perguntas sobre a notícia que acabaste de ler. Faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião. Lembra-te de que não existem respostas certas ou erradas, responde de forma espontânea seguindo o teu primeiro impulso.

Exemplo: Se achas que a notícia é pouco interessante poderias responder assim

Esta notícia é interessante

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

1. O que achas da situação em que X se encontra?

| | | | | | | | | |
|-----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---------------------|
| Completamente Injusta | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Completamente Justa |
|-----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---------------------|

2. Uma situação semelhante à de X pode acontecer-me a mim pessoalmente.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

3. X e eu somos parecidos.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

4. X podia ter evitado a situação que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

5. X mereceu o que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

6. X é responsável pelo assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

7. X é culpado(a) pelo assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

8. X é inocente relativamente aquilo que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

9. Se conhecesse X estaria disposto(a) a conversar com ele(a).

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

10. X continua a sofrer com as consequências do assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

Agora, vamos-te pedir que nos digas em que medida achas que as seguintes características descrevem X. De acordo com a ideia com que ficaste de X, faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião.

Exemplo: Se achas que X é muitíssimo “Prestável” responderias assim

Prestável

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Educado

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Hostil

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Arrogante

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Responsável

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Mau(á)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Simpático(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Agressivo(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Sincero(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Egoísta

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Cooperante

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Para percebermos a capacidade de memorização desta notícia gostaríamos de saber, de acordo com o que leste (e sem voltar atrás), se X empurrou o outro jovem:

De propósito ☐ Sem querer ☐

Já foste alvo de um assalto semelhante ao desta notícia de jornal?

Sim ☐ Não ☐

Já fizeste um assalto semelhante ao desta notícia de jornal?

Sim ☐ Não ☐

Ao responder e entregar este questionário autorizo que as minhas respostas sejam utilizadas para fins de investigação.

Muito obrigado por ter respondido ao questionário!

ANEXO II- QUESTIONÁRIO VÍTIMA INOCENTE



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

Olá!

Somos do ISPA – Instituto Universitário.

Estamos a desenvolver dois estudos e gostávamos de contar com a tua ajuda. No estudo 1 estamos a validar duas escalas para a população portuguesa. No estudo 2, estamos interessados em saber como é que os jovens da tua idade avaliam uma notícia de jornal.

Não existem respostas certas ou erradas, queremos apenas saber a tua opinião. É importante que leias com atenção toda a informação. Se tiveres dúvidas não hesites em perguntar. O QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO E CONFIDENCIAL e os dados só serão utilizados nestes estudos. O preenchimento demora cerca de 20 minutos.

Antes de começares, gostaríamos de saber um pouco mais sobre ti:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: _____ anos.

Nacionalidade: _____

Ano de escolaridade: _____ ano.

Qual é a tua média: _____ valores.

Já alguma vez chumbaste de ano? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quantas vezes? _____ vezes. Em que ano(s)? _____

Alguma vez foste alvo de um processo disciplinar? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quantas vezes e em que anos. _____

Já alguma vez foste detido ou tiveste algum problema com a polícia?

Sim ☐ Não ☐ Se sim, porquê? _____

Obrigada pela tua participação! Podes começar.

ESTUDO 1

A seguir vais ver uma lista com várias afirmações. Faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião sobre as frases abaixo.

Exemplo: se concordas completamente com a frase “Eu prefiro cinema a teatro” responderias assim:

| | Discordo Completamente | Discordo | Discordo Ligeiramente | Concordo Ligeiramente | Concordo | Concordo Completamente |
|----------------------------|---------------------------|----------|--------------------------|--------------------------|----------|---------------------------|
| Eu prefiro cinema a teatro | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

| | Discordo Completamente | Discordo | Discordo Ligeiramente | Concordo Ligeiramente | Concordo | Concordo Completamente |
|--|---------------------------|----------|--------------------------|--------------------------|----------|---------------------------|
| 1 Basicamente, o mundo em que vivemos é justo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 2 O objectivo da vida é sermos felizes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 3 De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 4 A justiça vence sempre a injustiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 5 O mundo é um sítio com pessoas muito diferentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6 Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 As pessoas devem lutar por aquilo em que acreditam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8 As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) constituem uma excepção à regra. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9 É importante ser paciente para alcançar os objectivos de vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10 A amizade é uma parte importante da vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11 As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12 As pessoas devem ajudar aqueles que mais necessitam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

ESTUDO 1

As seguintes afirmações estão relacionadas com os teus pensamentos e sentimentos em diversas situações. **Faz um círculo à volta do número que melhor te descreve.**

Exemplo: se a frase “eu gosto muito de teatro” te descrevesse muito bem, responderias assim:

| | Não me descreve bem | | | | Descreve-me muito bem | |
|--------------------------|------------------------|---|---|---|--------------------------|--|
| Eu gosto muito de teatro | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |

| | | Não me descreve bem | | | | Descreve-me muito bem | |
|----|---|------------------------|---|---|---|--------------------------|--|
| | | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 1 | Tenho muitas vezes sentimentos de ternura e preocupação pelas pessoas menos afortunadas do que eu. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 2 | De vez em quando tenho dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 3 | Às vezes, não sinto muita pena quando as outras pessoas estão a ter problemas. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 4 | Facilmente me deixo envolver nos sentimentos das personagens de um romance. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 5 | Em situações de emergência, sinto-me desconfortável e apreensivo/apreensiva. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 6 | Habitualmente mantenho a objectividade ao ver um filme ou um teatro e não me deixo envolver por completo. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 7 | Quando há desacordo, tento atender a todos os pontos de vista antes de tomar uma decisão. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 8 | Quando vejo que se estão a aproveitar de uma pessoa, sinto vontade de a proteger. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 9 | Por vezes tento compreender melhor os meus amigos imaginando a sua perspectiva de ver as coisas. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 10 | É raro ficar completamente envolvido/envolvida num bom livro ou filme. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 11 | Quando vejo alguém ficar ferido, tendo a permanecer calmo/calma. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 12 | As desgraças dos outros não me costumam perturbar muito. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 13 | Depois de ver um filme ou um teatro, sinto-me como se tivesse sido uma das personagens. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 14 | Estar numa situação emocional tensa assusta-me. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 15 | Geralmente sou muito eficaz a lidar com | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | |

| | | | | | | |
|-----------|--|---|---|---|---|---|
| | emergências. | | | | | |
| 16 | Fico muitas vezes emocionado/emocionada com coisas que vejo acontecer. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 17 | Acredito que uma questão tem sempre dois lados e tento olhar para ambos. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18 | Descrever-me-ia como uma pessoa de coração mole. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19 | Quando vejo um bom filme, consigo facilmente pôr-me no lugar do protagonista. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20 | Tendo a perder o controlo em situações de emergência. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21 | Quando estou aborrecido/aborrecida com alguém, geralmente tento pôr-me no seu lugar por um momento. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22 | Quando estou a ler uma história ou um romance interessante, imagino como me sentiria se aqueles acontecimentos se tivessem passado comigo. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 23 | Quando vejo alguém numa emergência a precisar muito de ajuda, fico completamente perdido/perdida. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 24 | Antes de criticar alguém, tento imaginar como me sentiria se estivesse no seu lugar. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |

A seguir vais ver uma lista de comportamentos que os jovens da tua idade fazem. Coloca um X se, DURANTE O ÚLTIMO ANO, tiveste algum destes comportamentos.

Lembra-te: o questionário é anónimo e confidencial, ninguém vai saber que foste tu que respondeste. Por favor, responde com sinceridade!

Exemplo:

Durante o último ano, alguma vez foste ao cinema?

| Sim | Não |
|-----|-----|
| X | |

| DURANTE O ÚLTIMO ANO, ALGUMA VEZ... | | Sim | Não |
|-------------------------------------|---|-----|-----|
| 1. | Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas? | | |
| 2. | Mentiste a adultos (ex.: familiares, professores, etc.)? | | |
| 3. | Consumiste cocaína ou heroína? | | |
| 4. | Usaste uma moto ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário? | | |
| 5. | Bateste a um adulto (ex.: professor, familiar, agente de segurança, etc.)? | | |
| 6. | Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete? | | |
| 7. | Estragaste ou destruíste bens públicos ou privados (ex.: parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)? | | |
| 8. | Consumiste haxixe (“ganzas”) ou marijuana (“erva”)? | | |
| 9. | Roubaste alguma coisa que valia mais de que 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 10. | Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem? | | |
| 11. | Vendeste droga (ex.: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc.)? | | |
| 12. | Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 13. | Faltaste às aulas porque não te apetecia ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta? | | |
| 14. | Conduziste uma moto ou um carro sem ter carta de condução? | | |
| 15. | Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”)? | | |
| 16. | Transportaste uma arma (ex.: navalha, pistola, etc.)? | | |
| 17. | Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)? | | |
| 18. | Fizeste grafitis em edifícios ou noutros locais (ex.: escola, transportes, muros, etc.)? | | |
| 19. | Assaltaste uma carro, uma loja, escola ou outro edifício? | | |

ESTUDO 2

A seguir vais encontrar uma notícia sobre um assalto retirada de um jornal local. Para que não seja identificada, o nome e o sexo da pessoa que foi alvo do assalto não são revelados. Essa informação foi apagada e substituída por um X.

Por favor, lê a notícia com atenção.

“X tem 15 anos e sofreu ontem um assalto quando regressava a casa. A caminho da paragem de autocarro, X deu um encontrão sem querer noutro jovem aproximadamente da sua idade que se cruzou com ele na rua. O outro jovem não gostou e empurrou X para um canto, ameaçou-o com uma faca e pediu-lhe a carteira e o telemóvel com violência. X não resistiu ao assaltante e deu-lhe logo todas as suas coisas. Mesmo assim, o assaltante ficou irritado e esfaqueou X duas vezes na barriga de forma profunda, pegou na carteira e no telemóvel de X e fugiu. Os golpes foram graves e X terá problemas no futuro. Até à data, o assaltante não foi apanhado.”

ESTUDO 2

A seguir estão algumas perguntas sobre a notícia que acabaste de ler. Faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião. Lembra-te de que não existem respostas certas ou erradas, responde de forma espontânea seguindo o teu primeiro impulso.

Exemplo: Se achas que a notícia é pouco interessante poderias responder assim

Esta notícia é interessante

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

1. O que achas da situação em que X se encontra?

| | | | | | | | | |
|-----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---------------------|
| Completamente Injusta | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Completamente Justa |
|-----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---------------------|

2. Uma situação semelhante à de X pode acontecer-me a mim pessoalmente.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

3. X e eu somos parecidos.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

4. X podia ter evitado a situação que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

5. X mereceu o que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

6. X é responsável pelo assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

7. X é culpado(a) pelo assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

8. X é inocente relativamente aquilo que lhe aconteceu.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

9. Se conhecesse X estaria disposto(a) a conversar com ele(a).

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

10. X continua a sofrer com as consequências do assalto.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo Completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo Completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

Agora, vamos-te pedir que nos digas em que medida achas que as seguintes características descrevem X. De acordo com a ideia com que ficaste de X, faz um círculo à volta do número que melhor representa a tua opinião.

Exemplo: Se achas que X é muitíssimo “Prestável” responderias assim
Prestável

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Educado

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Hostil

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Arrogante

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Responsável

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Mau(á)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Simpático(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Agressivo(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Sincero(a)

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Egoísta

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Cooperante

| | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| Nada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Muitíssimo |
|------|---|---|---|---|---|---|---|------------|

Para percebermos a capacidade de memorização desta notícia gostaríamos de saber, de acordo com o que leste (e sem voltar atrás), se X empurrou o outro jovem:

De propósito ☐ Sem querer ☐

Já foste alvo de um assalto semelhante ao desta notícia de jornal?

Sim ☐ Não ☐

Já fizeste um assalto semelhante ao desta notícia de jornal?

Sim ☐ Não ☐

Ao responder e entregar este questionário autorizo que as minhas respostas sejam utilizadas para fins de investigação.

Muito obrigado por ter respondido ao questionário!